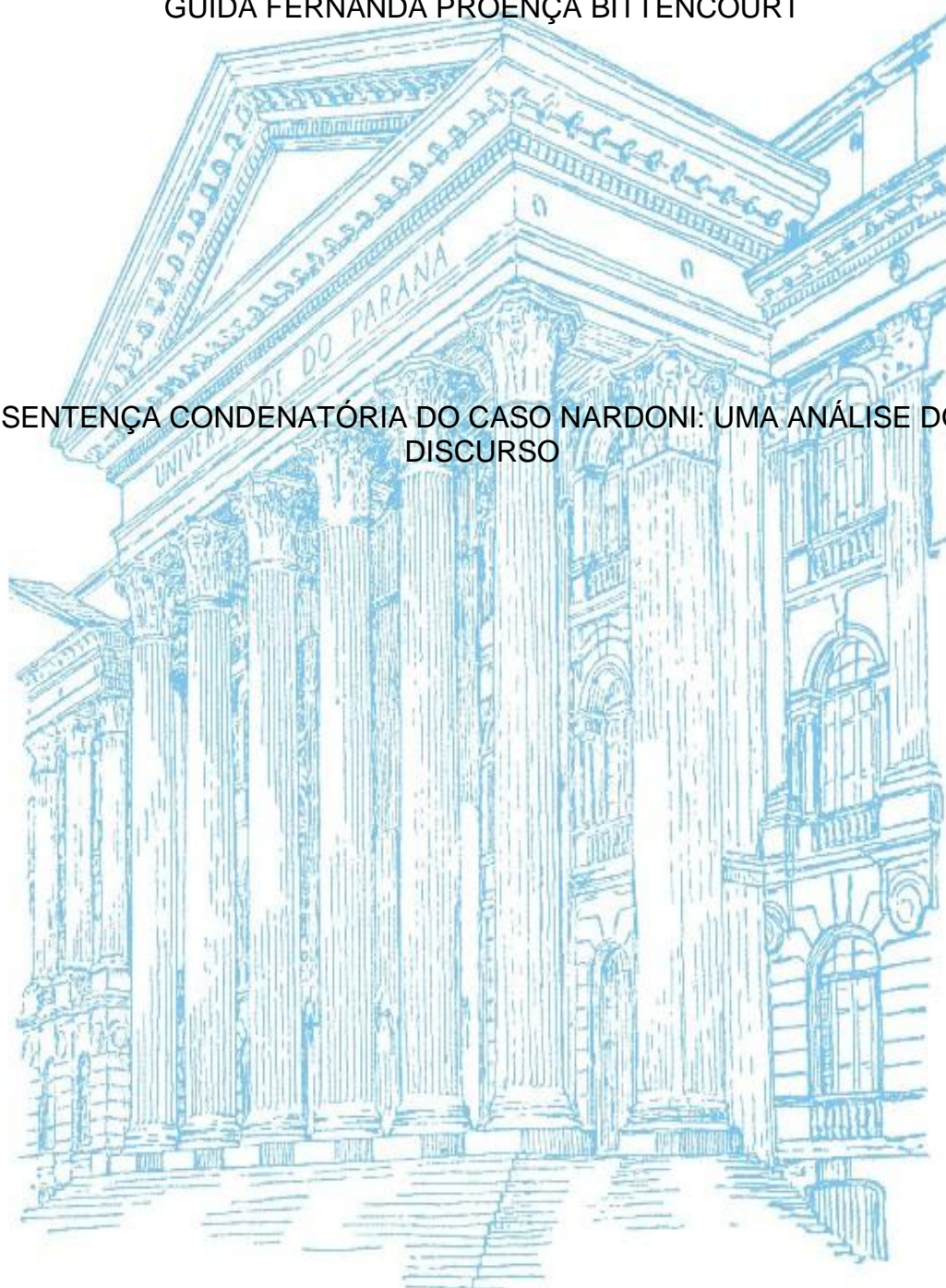


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT

SENTENÇA CONDENATÓRIA DO CASO NARDONI: UMA ANÁLISE DO DISCURSO



CURITIBA

2012

GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT

SENTENÇA CONDENATÓRIA DO CASO NARDONI: UMA ANÁLISE DO
DISCURSO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em estudos linguísticos, no Programa de Pós Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Prof. Dra. Ligia Negri.

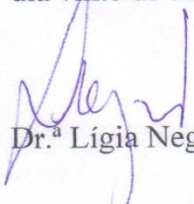
CURITIBA

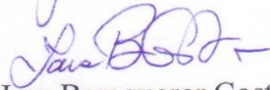
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ata quingentésima quinquagésima quarta, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu a mestrand **GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT**. No dia vinte de abril de dois mil e doze, às quatorze horas, na sala 1005B, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **LÍGIA NEGRI**, Presidente, **SÍRIO POSSENTI** e **IARA BEMQUERER COSTA**, designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada: "**SENTENÇA CONDENATÓRIA DO CASO NARDONI: UMA ANÁLISE DO DISCURSO**", apresentada por **GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT**. A sessão teve início com a apresentação oral da mestrand sobre o estudo desenvolvido. Logo após a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora **LÍGIA NEGRI** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**, devendo encaminhar à Coordenação em até 60 dias a versão final da dissertação. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia vinte de abril de dois mil e doze. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx


Dr.ª Lígia Negri


Dra. Iara Bemquerer Costa


Dr. Sírrio Possenti


Guida Fernanda Proença Bittencourt



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

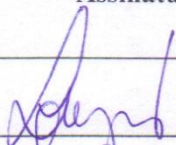

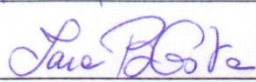
PARECER

Defesa de dissertação da mestranda GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados LÍGIA NEGRI, SÍRIO POSSENTI e IARA BEMQUERER COSTA arguíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“SENTENÇA CONDENATÓRIA DO CASO NARDONI: UMA ANÁLISE DO DISCURSO”.

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

| Banca | Assinatura | APROVADA Não APROVADA |
|----------------------|--|-----------------------------|
| LÍGIA NEGRI |  | Aprovada |
| SÍRIO POSSENTI |  | APROVADA |
| IARA BEMQUERER COSTA |  | APROVADA |

Curitiba, 20 de abril de 2012


Prof. Dr. Luís Gonçalves Bueno de Camargo
Coordenador

Aos meus amores todos (felizmente são muitos...)

Meu irmão, parceiro de sempre; meus pais, os incentivadores incondicionais; minha sócia Flávia, que se onerou excessivamente no escritório, suportando minha ausência, não sem, é claro, reclamar eternas saudades (amor verdadeiro, amor eterno); minha amiga de sempre, Thyenne, por dividir comigo o deslumbre pelo pôr do sol e pelas noites de lua. A Ira (grande Ira!), amor sempre.

AGRADECIMENTOS

Escolher o orientador já é uma declaração antecipada de respeito e admiração. Por isso, agradeço a Profa. Dra. Lígia Negri, que superou todas as minhas (altas) expectativas no acompanhamento do trabalho, pelo sempre otimismo e pela confiança. Não posso deixar de agradecer a amizade, digamos, extralinguística;

À Profa. Dra. Iara Bemquerer pelas contribuições sempre pertinentes e enriquecedoras;

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira e Prof. Dr. Sirio Possenti pela disponibilidade, pelas considerações e sugestões ao trabalho;

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos;

À CAPES/Reuni, pela bolsa concedida em parte do desenvolvimento do trabalho.

Aos olhos generosos que se detiveram sobre este trabalho, dividindo comigo a tarefa a que me propus, agradeço pelas dicas, sugestões, críticas e propostas.

Aos ouvidos que, pelo caminho, fui enchendo com minhas descobertas e frustrações, ficam as desculpas pela eventual falta de medida e francos agradecimentos: na minha própria fala fui elaborando o trabalho e encontrando meus caminhos, pelo que só posso agradecer.

O desejo diz: "Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar nela e por ela, como um destroço feliz". E a instituição responde: "Você não tem por que temer começar; estamos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, que ele lhe advém".

Foucault, A ordem do discurso.

RESUMO

A partir do arcabouço teórico da Análise do Discurso de linha francesa, propomos um estudo da sentença condenatória do casal Nardoni, proferida em Tribunal do Júri. Trata-se de um crime de imensa repercussão social, e, por mobilizar sociedade, imprensa e judiciário, nos chama a atenção para os embates discursivos prováveis, possíveis e realizados em torno do julgamento dos acusados. Tentamos demonstrar que este acontecimento discursivo é o espaço de uma série de lutas ideológicas, como a que se dá entre a constante luta de manutenção do poder do Estado e a reação criminosa de indivíduos da sociedade. O discurso objeto de nosso estudo é constituído por múltiplas camadas formativas, dentre elas a que constrói um *ethos* do sujeito do discurso; a instância da legitimação do discurso (pelo lugar de quem fala, e pela vontade de verdade do discurso); os ecos do discurso religioso e o sentido que se dá pelo gênero. Lançamos um olhar para as condições de produção objetivando construir o encadeamento histórico que faz surgir este conjunto de enunciados e não outro em seu lugar, apontando para a existência de um já-dito, nem sempre sob o controle do sujeito do discurso. Destacamos, ainda, alguns fenômenos linguísticos tratando-os à luz da AD, como a referenciação, que ancora o discurso no mundo, inscrevendo-o em uma ordem de acontecimentos; o uso de frases formulaicas e jargões que remetem o discurso à sua fonte legitimadora; o estilo e subjetividade do sujeito do discurso, articulando suas escolhas discursivas ao corte do inconsciente e da ideologia; e o uso de citações e argumentos de autoridade que moldam o *ethos* do sujeito. Para evidenciar os destaques que fizemos no nosso estudo, trazemos dois outros casos de grande repercussão no Tribunal do Júri (Suzane Richthofen e Lindemberg Alves), a título de comparação, cotejando alguns itens e daí ensaiando algumas reflexões. Esperamos ter minimamente demonstrado o quão rico é este espaço discursivo e como nele residem questões que transbordam à mera punição por uma infração legal.

Palavras-chave: Análise do discurso, discurso jurídico, sentença condenatória, ideologia.

ABSTRACT

From the theoretical Discourse Analysis of French scene framework, we propose a study of the Nardoni Couple sentence, handed down on the Jury. This is a crime of immense social repercussions, and for mobilizing society, media and Judiciary, calls our attention to the likely discursive shocks, possible and performed around the defendants' trial. We try to demonstrate that this discursive event is a space of a series of ideological struggles in between the constant struggle to maintain state power and criminal reaction from individuals in society. The object-speech of our study consists in multiple formation layers – among them the one building an *ethos* of the subject of discourse –; the instance of the legitimacy of the discourse (for the place of the speaker and for the true speech aim); the religious discourse echoes and the direction given by the genre. We launch a look at the conditions of production aiming to build the chain of history that gives rise to this set of statements and not another in its place, pointing to the existence of an already-said, not always under the control of the subject's speech. We also highlight some linguistic phenomena by treating them in the Discourse Analysis view, such as referencing, which anchors the discourse in the world by putting it in an order of events; the use of formulaic phrases and jargon referring the speech to its legitimating source; style and subjectivity of the subject of discourse, articulating their discursive choices to cut the unconscious and ideology; and the use of quotations and arguments of authority that shapes the *ethos* of the subject. To show the highlights done in our study, we present two other cases of great impact on the Jury (the *Suzane Richthofen* and *Lindemberg Alves* cases) to compare some items and rehearsing some reflections. We hope to have minimally demonstrated how rich the discursive space is how resides in it issues that overflows the mere punishment for a legal infraction.

Keywords: Discourse Analysis, legal discourse, condemnatory sentence, ideology

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----|----------------------------|
| CF | – Constituição Federal |
| CPP | – Código de Processo Penal |
| CP | – Código Penal |
| HC | – <i>Habeas Corpus</i> |
| MP | – Ministério Público |

SUMÁRIO

i. Preliminares

| | |
|--------------------------------|----|
| OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS..... | 11 |
|--------------------------------|----|

ii. Dos fatos

| | |
|--|----|
| 1. O <i>CORPUS</i> E UM SUJEITO MÚLTIPLO..... | 15 |
| 1.1 Do crime ao júri | 15 |
| 1.2 Dos trâmites | 15 |
| 1.3 Esse sujeito múltiplo – um <i>ethos</i> em busca de legitimidade | 20 |
| 1.3.1 Do sujeito | 20 |
| 1.3.2 <i>Ethos</i> – Da retórica para a Análise do Discurso | 24 |
| 1.3.3 Um discurso que realiza - Uma fala-ação | 28 |
| 1.4 Das instituições e do poder – legitimação | 32 |
| 1.5 Efeito de sentido de verdade – um viés legitimador | 37 |

iii. Do direito

| | |
|--|----|
| 2. DISCURSO E GÊNERO – MÚLTIPLAS CAMADAS | 45 |
| 2.1 Uma concepção de discurso | 45 |
| 2.2 Um sentido dado pelo gênero | 47 |
| 2.3 Das condições de produção | 54 |
| 2.3.1 Das condições de produção imediatas..... | 58 |
| 2.3.2 Das condições de produção remotas | 64 |

iv. Das provas produzidas

| | |
|---|-----|
| 3. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE | 72 |
| 3.1 Suzane Richthofen, casal Nardoni e Lindemberg Alves: uma comparação..... | 72 |
| 3.2 Frases formulaicas, jargão e latinismos | 81 |
| 3.3 Estilo e subjetividade..... | 90 |
| 3.4 Citações e argumentos de autoridade | 106 |

| | |
|-------------------------------|-----|
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 109 |
| 5. BIBLIOGRAFIA | 113 |

v. *Do rol de documentos que instruem*

| | |
|---------------------|-----|
| 6. ANEXOS | |
| 6.1 Anexo I | 119 |
| 6.2 Anexo II | 120 |
| 6.3 Anexo III | 128 |
| 6.4 Anexo IV | 134 |

i – Preliminares

OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Optamos por inserir essas observações introdutórias na seção *preliminares*, como um símbolo dos nossos interesses em dar o primeiro passo para entrar no universo do discurso jurídico.

As *preliminares de mérito* são defesas de ordem processual que podem encerrar a demanda (chamadas de peremptórias), ou apenas dilatar o curso do processo (chamadas de dilatórias). Aqui, portanto, como não queremos por fim a nada, mas pelo contrário, iniciar uma discussão que proporemos, nossas preliminares, são, pois, dilatórias.

Não que seja o caso de retardar o curso desse nosso processo, mas definitivamente não é o caso de nenhuma arguição peremptória. É que a partir do aparato teórico fornecido pela Análise do Discurso de linha francesa, propomos, neste estudo, uma leitura da sentença condenatória do casal Nardoni, acusado e condenado pela defenestração da menor Isabella, filha do réu.

A Análise do Discurso (doravante AD) “à francesa” surge a partir da tentativa de articular a um tempo o marxismo à teoria lacaniana do inconsciente propondo que a ideologia se liga ao inconsciente pelo viés da interpelação dos indivíduos em sujeitos – é uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência.

A ideia, portanto, é “explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados” (PÊCHEUX, 2008: 60) desvelando efeitos de sentido possíveis.

Entendemos que o discurso jurídico, em especial uma sentença condenatória proferida em Tribunal do Júri seja um exemplar digno de um olhar atento, porque ali estão inscritas as lógicas de relação de uma sociedade. A partir de avaliação a respeito da reprovabilidade de uma conduta é possível inferir uma série de valores para uma dada sociedade: o que é um crime, quais os níveis graduais de reprovabilidade de um crime, e como uma sociedade responde ao crime. Muito se revela, portanto, a respeito das ideologias dominantes.

Então essas preliminares têm o condão apenas de apresentar o que será discutido e proposto como análise (e, porque não dizer, de mérito), indicando de saída os métodos, objeto e objetivos do estudo.

Na primeira seção – que chamaremos de *Dos fatos* - apresentaremos o *corpus*, traçando um caminho cronológico desde a ocorrência do crime até a efetiva condenação, com o proferimento da sentença, destrinchando os trâmites pré-processuais até a instrução do processo penal, para então chegarmos à sentença condenatória, bastante específica por envolver o Júri Popular.

A partir daí, olhando já para a sentença condenatória, destacaremos a construção de um *ethos* do sujeito do discurso e sua inscrição num aparelho de Estado que lhe confere legitimação no dizer – nos importa aqui quem fala e o lugar de onde fala. Vale dizer que as questões relativas ao sujeito do discurso são bastante relevantes para a AD. Esta, por sua construção epistemológica, bebe da fonte da psicanálise (especialmente o corte do inconsciente) e do marxismo (especialmente o materialismo histórico e a ideologia).

À medida em que apresentamos o cabedal teórico que embasa a análise proposta, paralelamente discutimos já os dados da sentença condenatória do casal Nardoni, por entendermos que essa abordagem metodológica seja mais produtiva, ao ilustrar o embasamento teórico com o discurso em estudo.

Para tratar da legitimação, especialmente da legitimação institucional, como é o caso, passaremos pelas questões da liturgia da fala (proposta de Bourdieu), da ritualística foucaultiana e da performatividade dos atos de fala de Austin.

E chamaremos essa seção de *Dos fatos* não apenas pela remissão a fatos do mundo que nos servem de inscrição histórica do discurso (referendados por Pêcheux e Foucault), mas também aproveitando a estrutura de uma petição judicial, ousando brincar com as fórmulas (rígidas?) do Direito e da prática jurídica.

E a prática jurídica exige a eleição de gêneros compatíveis com esse campo, para que se produzam os sentidos objetivados, daí porque trataremos das cenas da enunciação, em especial a cena genérica, por entendermos que se trata de um gênero especial, cuja constituição complexa constitui os efeitos de sentido do discurso. Para isso, discutiremos as cenas da enunciação propostas por

Maingueneau, passando necessariamente pelas discussões acerca dos discursos constituintes e das dimensões de legitimação e poder – as quais retomamos, aqui sob o viés da constituição do gênero enquanto instância de sentido e significação.

Se apresentamos, já na primeira parte, os dados do mundo desde o crime até o Júri sob a perspectiva técnica dos trâmites legais, voltamos a essa temática, em outra seção para tratar especificamente das condições de produção do discurso, circunscrevendo, por consequência, a produção de efeitos de sentido, sem perder de vista a repercussão social e a ansiosa expectativa de condenação dos acusados premida pela intensa cobertura midiática.

Abordamos, então, as condições de produção próximas e remotas para a existência emergência do discurso. Tanto as origens *dos delitos e das penas* (numa referência à obra basilar de Beccaria) quanto um olhar sobre os atores diretos dessa relação social (e processual) sobre a qual se funda a sentença em análise.

Em todas as seções, apresentaremos os recortes teóricos que orientam e autorizam as leituras propostas, associados a excertos da sentença condenatória, buscando exemplificar o tratamento da teoria com os dados.

No último capítulo, *uma proposta de análise*, destacamos alguns fenômenos linguísticos recorrentes no *corpus*, apresentando a análise dividida em subseções, organizadas em torno de tais estratégias, por exemplo: referenciação; expressões formulaicas, jargões e latinismos; estilo e subjetividade; e, por fim, citações e argumentos de autoridade. Embora, vale dizer, entendamos tratar-se de uma divisão meramente pedagógica, que organiza a leitura do texto, já que o discurso se constitui de um todo unitário. Destacamos da análise os elementos linguísticos mais recorrentes, sistematizando suas ocorrências na seção final, chamada *Das provas produzidas*, ainda flertando com a estrutura básica dos petítórios, especialmente a recomendada pelo art. 282 do Código de Processo Civil, que elenca os requisitos da petição inicial.

Cumpramos ainda destacar que as divisões propostas nesta parte final não são estanques e rígidas, já que ao observarmos um dado, dele decorrem outras reflexões que não deixamos de fazer, subvertendo a ideia de uma divisão rigorosa em prol do desenvolvimento dos desdobramentos possíveis – assumindo o risco de

certa desordem ao olhar para os fenômenos destacados. Entendemos que não é o caso de simplesmente recortar e classificar as ocorrências linguísticas dos dados que nos interessam, mas observar, a partir de sua identificação, e pensar como se dá sua inserção no discurso – e não outra em seu lugar – a partir do que, necessário dar espaço a outras reflexões.

Finalmente nos ocupamos de propor uma análise geral da sentença, apresentando dois outros *cases* de relevo, como comparação, buscando reforçar nossas observações.

ii. Dos fatos

1. O CORPUS E UM SUJEITO MÚLTIPLO

1.1 Do crime ao júri

A primeira questão que deve ser respondida é relativa à escolha do *corpus* de análise. Por que a sentença judicial condenatória do casal Nardoni? Há uma série de motivos que justificam esta escolha. A primeira delas é justamente o interesse generalizado que despertou no momento do seu proferimento. Este discurso judicial escapou aos típicos limites de circulação entre advogados, juízes, promotores, e ganhou a atenção de milhares de brasileiros que acompanharam ansiosos a condenação dos réus, em razão da imensa reprov social ao crime.

Uma razão menos evidente é a própria natureza da sua elaboração, que, para ser entendida merece breves comentários sobre o rito do Tribunal do Júri: A natureza dos julgamentos no Tribunal do Júri prevê a submissão de um crime (necessariamente um atentado voluntário contra a vida) a um júri popular formado por quaisquer pessoas do povo previamente inscritas no rol de voluntários do Tribunal, sorteados aleatoriamente momentos antes da convocação. Efetivamente, quem decidirá o destino dos acusados serão esses sete membros do júri, ao votar *sim* ou *não* para cada quesito formulado pelo juiz que preside o julgamento no júri.

1.2 Dos trâmites

Dessa forma, cronologicamente o processamento se dá da seguinte maneira: após a constatação de um crime, instaura-se o inquérito policial presidido pelo delegado de polícia para as investigações. Concluídas as investigações policiais, o delegado encaminha ao Ministério Público (MP) a conclusão de suas investigações. O Promotor de Justiça, representante do Ministério Público, por sua vez, após analisar a investigação policial – e com base nela - decide se, sob seu ponto de vista, houve ou não crime. Ao convencer-se de que houve crime, oferece denúncia

em face do acusado ao juiz de direito competente¹ para o julgamento do pretense crime.

Cabe ao juiz fazer uma análise prévia dos fatos narrados pelo Ministério Público (doravante MP), observando as questões relativas à competência, a observância a certas formalidades da denúncia para então, dar o primeiro despacho aceitando a denúncia e inaugurando a ação penal. Superadas as fases pré-processuais, com o primeiro despacho do juiz, inicia-se a fase processual: advogados defendem os acusados, MP acusa. Formado o tripé processual (MP, Juiz e parte(s)), a trajetória processual diz respeito à produção de provas de ambas as partes – tanto acusação quanto defesa. Tais provas, estas que podem ser tanto de natureza técnica, pericial, quanto declaratória (para construir uma imagem do acusado), testemunhal.

Nesse momento não se trata ainda de Tribunal do Júri, mas estamos nas varas de competência residual: até este momento da tramitação, não se sabe se o crime em questão será julgado como um crime doloso contra a vida, porque os requisitos para o julgamento popular são: a) ser um crime; b) ser um crime doloso²; c) ser um crime doloso contra a vida. Ou seja, se for um crime contra a vida, mas sem intenção direta do resultado morte, não será encaminhado ao júri; assim como se for um crime doloso, mas não tenha tido como alvo a vida, mas o patrimônio, o encaminhamento será diverso do júri.

Cabe então ao juiz que aceitou a denúncia pronunciar-se sobre o crime, a partir das provas já produzidas nos autos do processo, decidindo se se trata de

¹ A competência de que tratamos é a competência jurisdicional, com base no organograma da justiça. Há crimes que devem ser processados pela justiça federal, outros, pela justiça estadual, havendo ainda as justiças especializadas (como a militar, por exemplo). Além disso, mas sem a pretensão de esgotar o assunto, há na sistemática brasileira, alteração de competência em razão da prerrogativa de função exercida pelo acusado. A respeito das competências, Mameluke (2008:36) leciona que “A competência jurisdicional é determinada, nos termos do art. 69 do CPP pelo lugar da infração, pelo domicílio ou residência do réu, pela natureza da infração, pela distribuição, pela conexão ou continência, pela prevenção e pela prerrogativa de função”.

² Resumidamente para os fins deste trabalho podemos definir ‘crime doloso’ como “aquele em que o agente prevê o resultado lesivo de sua conduta e mesmo assim decide leva-a adiante produzindo o resultado” (MIRABETTE, 2002) ou o conceito do próprio Código Penal, em seu art. 18, I, que reza que “doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”.

crime doloso contra a vida. Em caso positivo, o juiz profere sentença de pronúncia³, que remeterá os autos ao foro do júri para julgamento popular, mas, caso o juiz entenda que há falta de um dos requisitos mencionados, não pronuncia os acusados e julga o crime em questão, aplicando a pena com base nos limites de dosimetria⁴ das penas impostas pelo Código Penal.

Então, com a sentença de pronúncia dos acusados, os autos do processo (fisicamente falando) são remetidos ao tribunal do júri para o processamento nesse foro: é a fase do Júri. A partir daí iniciam-se os trabalhos objetivando formar o convencimento dos jurados. Procede-se a leitura de trechos de provas já constantes nos autos, produção e apresentação de novas provas em plenário, debates orais, oitiva de testemunhas, dos réus, e demais atos processuais. Findo o espetáculo de acusadores e defensores, cabe ao juiz do Tribunal do Júri formular os quesitos que serão submetidos aos jurados. Isto se explica pelo fato de que, naquele episódio do plenário, as teses (tanto da defesa quanto da acusação) podem mudar e são elas que orientam a formação dos quesitos. Então, se a tese da defesa se basear em negativa de autoria, pela ausência do acusado do local físico do crime (estava fora do país, por exemplo), um dos quesitos obrigatórios no rol deverá versar sobre a tese da defesa: “O réu estava no local do crime?/ O réu estava no país na data do crime?”. Sendo assim, a impossibilidade formal do cometimento do crime – ausência do país na data do ato criminoso – será albergada pela quesitação, devendo ser respondida pelos jurados.

Repisando a cronologia de modo bastante sucinto, temos como fato originário uma conduta pretensamente criminosa como dado do mundo, seguido da investigação policial que deve encaminhar ao MP suas conclusões. O MP, ao verificar a existência do crime, denuncia os acusados ao juízo competente, cabendo ao juiz aceitar a denúncia ou não. Aceita a denúncia, inicia-se o trâmite da ação penal, com a produção de provas pela defesa e acusação até que se forme o convencimento do juiz para decidir se aquela conduta trata-se de crime intencional

³ A matéria está disposta no art. 413 do CPP, e “caso se convença da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz deverá, de forma fundamentada, pronunciar o acusado” (MAMELUQUE, 2008: 120). Para Nucci (2008:61) “trata-se de decisão de natureza mista, pois encerra a fase de formação da culpa, inaugurando a fase de preparação do plenário, que levará ao julgamento de mérito”.

⁴ Com base em agravantes e atenuantes deve calcular a pena na *dose* certa para cada um dos réus denunciados, observando a participação pessoal de cada um em cada etapa do crime – individualizando condutas.

contra a vida. Em caso positivo, o juiz pronuncia os acusados para o processamento no Tribunal do Júri. Outro juízo entra em cena – que desconhece o que se deu até então. Forma-se o júri, defesa e acusação apresentam suas teses, o novo juiz elabora os quesitos, os jurados deliberam com base na quesitação e cabe a este segundo juiz elaborar o *decisum* final, absolvendo ou condenando, conforme a vontade da maioria simples dos jurados.

E tudo isto foi necessário para chegarmos a um ponto que justifica a escolha do *corpus* para este trabalho: após a votação do júri orientada pelos quesitos formulados pelo juiz, o júri se reúne em uma área reservada e delibera sobre as questões – votando sempre apenas *sim* ou *não* para a quesitação, resultando na condenação ou absolvição do acusado. A partir desta decisão soberana do Conselho de Sentença cabe ao juiz elaborar a sentença condenatória – e aqui reside o fato mais interessante – não com base em seu convencimento pessoal acerca do que vira e ouvira na tribuna, mas com base na deliberação do júri, que pode ser contrária à sua opinião técnica. Então, o juiz, além de ser representante do Estado, no monopólio da função punitiva, é mero porta-voz da decisão dos sete jurados que, reunidos, votaram *sim* ou *não* sem sequer elaborar justificativas explícitas para sua decisão (e até proibidos disso, pelo princípio da incomunicabilidade do Conselho de Sentença).

Os quesitos, portanto, subjazem ao texto da sentença, o que significa dizer que o compõem em suas estruturas, porque orientam a votação do Conselho de Sentença, e, por consequência, a elaboração do texto final da sentença, com base na vontade da maioria. No anexo I constam os quesitos elaborados pelo juiz presidente do Tribunal do Júri, para este caso em particular.

No item 1.A. dos Quesitos, vemos a seguinte questão: “A esganadura causou a morte?”, que pressupõe lógica e semanticamente a existência de alguma esganadura. Ora, o juiz não se ocupa de perguntar se houve esganadura. Por algum motivo, desde logo, considera inequivocamente a existência de esganadura. A questão apenas suscita dúvida quanto à eficiência dessa esganadura no ‘efeito morte’. Encontramos, portanto, no texto da sentença (Anexo II), referência à eficácia da esganadura no ‘evento morte’ como uma das qualificadoras do crime. Assim vemos no corpo da sentença, transcrito em (1):

- (1) [os réus] (...) agindo em concurso e com *identidade de propósitos*, *teriam* praticado crime de homicídio triplamente qualificado pelo meio cruel (asfixia mecânica e sofrimento intenso), utilização de recurso que impossibilitou a defesa da ofendida (surpresa na *esganadura* e lançamento inconsciente pela janela) e com o objetivo de ocultar crime anteriormente cometido (*esganadura* e ferimentos praticados anteriormente contra a mesma vítima) contra a menina ISABELLA OLIVEIRA NARDONI. (linhas 5 a 11, grifos nossos)

Grifamos, ainda em (1) a expressão *identidade de propósitos*, por entendermos que tal juízo de valor, neste ponto do relatório da sentença⁵, aparece como um elemento da subjetividade da avaliação do sujeito de discurso, que após participar do plenário, julgou no seu íntimo que ambos os réus foram movidos pelos mesmos propósitos quando do cometimento do crime⁶. Tal comentário, contudo, excede no momento (apenas mero relatório dos trabalhos), como também no conteúdo de avaliação – não é a este sujeito que cabe tal valoração da conduta. Aliás, essa marca apenas adianta como será o restante do texto, em que o sujeito do discurso deixará na superfície do discurso suas impressões íntimas sobre aquilo que narra – vincula-se, portanto, à decisão proferida pelo júri. Corroborar sua decisão, dando seu aval ao *decisum* do conselho de populares.

Outro termo que merece destaque em (1) é *teriam* que marca formalmente o momento da sentença. Trata-se do relatório da sentença e até que se profira a expressão “*passo a decidir*” não há conteúdo vereditório, não há julgamento, mas preliminares, mera (re)construção discursiva daquilo que – em tese – teria se dado no mundo dos fatos. O efeito de sentido é de recuo, portanto. Em que pese o fato de o sujeito do discurso ter encontrado (à revelia da legalidade formal) *identidade de propósitos* na conduta dos réus, imediatamente, esse mesmo sujeito, relativiza o efetivo exercício da conduta criminosa, ao optar pela forma *teriam* em oposição à

⁵ Parte inicial da sentença em que o juiz apenas *relata* sucintamente os trabalhos – desde a denúncia oferecida pelo MP até a decisão soberana do conselho de sentença - para então passar à decisão, em que temos: “Aponta a denúncia também que os acusados (...) após o regular processamento do feito em Juízo, os réus acabaram sendo pronunciados, nos termos da denúncia, remetendo-se a causa assim a julgamento ao Tribunal do Júri, cuja decisão foi mantida em grau de recurso.(...) por esta razão, os réus foram então submetidos a julgamento perante este Egrégio 2º Tribunal do Júri (...). É a síntese do necessário”. Tal ponto será retomado detidamente quando da análise direta da sentença.

⁶ Nesta ocasião, como veremos na análise, o juiz descreve as teses de acusação. Não há, contudo, marca de citação direta, como aspas, e, portanto inferimos se tratar de uma paráfrase. Não sabemos se estes são os termos da denúncia, mas seja como for, a opção por acolher a expressão usada pela acusação, ou a criação desta expressão implica na interferência do sujeito do discurso. É seu espaço de manobra.

afirmação categórica do cometimento do crime, com a forma “(...) com identidade de propósitos (Ø) *praticaram* o crime”. Vejamos nas duas colunas abaixo a comparação possível em (1):

“[os réus] (...) *agindo* em concurso e com *identidade de propósitos*, *teriam* praticado crime de homicídio triplamente qualificado

“[os réus] (...) *agindo* em concurso e com *identidade de propósitos*, *praticaram* o crime de homicídio triplamente qualificado”

Aqui, observa-se, portanto, uma tentativa de o sujeito discursivo de refrear sua voz no discurso, marcando como possibilidade aquilo que de fato acreditava inexoravelmente ter acontecido, inclusive *com identidade de propósitos* entre os acusados⁷.

1.3 Esse sujeito múltiplo – um *ethos* em busca de legitimidade

1.3.1 Do sujeito

O *corpus* do nosso trabalho, então, ganha ainda mais uma camada de interesse, já que, em que pese o discurso da sentença condenatória ser de natureza argumentativa, de cunho vereditório, não exprime necessariamente a vontade do sujeito do discurso, já que a decisão fora tomada pelo Conselho de Sentença, cabendo ao juiz presidente debruçar-se sobre a dosimetria da pena, a partir da resposta da quesitação. O *sujeito do discurso*, pois, se desdobra em uma complexidade ainda maior do que ordinariamente, oferecendo ainda mais elementos de interesse para um olhar orientado pelo aparato teórico da análise do discurso de orientação francesa.

Aqui vale um pequeno parêntese que justifique a escolha do termo *sujeito do discurso*⁸ em substituição (oposição) a *autor*, *locutor*, *falante* ou qualquer outra denominação, porque, para a Análise do Discurso (AD), o sujeito que enuncia tem

⁷ Vale dizer que ao longo da apresentação do aparato teórico, buscaremos introduzir pequenas análises do *corpus*, com o fim de visualizar este ou aquele ponto apresentado.

⁸ Podemos também, eventualmente, usar *enunciador*, mas não sem alguma reserva.

características especiais que norteiam a análise: este sujeito é clivado e assujeitado (atravessado pela ideologia e pelo inconsciente: ambas “dissimulam sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências* ‘*subjetivas*’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’ (PÊCHEUX, 1997: 153))”.

Aderimos, portanto, à *forma-sujeito* do discurso, introduzida por Althusser e enunciada por Pêcheux (1997:183), segundo a qual “todo indivíduo humano, isto é, social, só poder ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A forma-sujeito, de fato é a forma de existência histórica do sujeito no próprio interior de seus efeitos”. É por meio dela que se realiza a “incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso, a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*” (PÊCHEUX 1997:167).

Isso significa dizer que para a AD o sujeito não é uno, mas constituído, em parte também, pelas vozes do Outro numa relação intrinsecamente heterogênea (MAINGUENEAU, 2005). Trata-se de uma constituição polifônica, uma vez que o sujeito é portador de várias vozes enunciativas (CHARAUDEAU, 2006: 458).

Para este último autor, na AD o sujeito é tomado a partir de sua cisão, ou seja, é um sujeito dividido, porquanto carregue vários tipos de saberes, “dos quais uns são conscientes, outros são não-conscientes, outros ainda, inconscientes” (CHARAUDEAU, 2006: 458).

O sujeito assujeitado diz respeito à noção de que ele não está na origem do discurso, mas é perpassado por infinitos discursos anteriores que o tomam de assalto. Pêcheux (1997: 154/155) assevera que a interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela via da ideologia, criando como resultado o efeito Münchhausen⁹, segundo o efeito fantástico pelo qual o indivíduo (não-sujeito) é constituído pela Ideologia, que por sua vez, só existe para sujeitos.

É que “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos do *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações

⁹ Em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos (PÊCHEUX, 1997: 157). Citado também por Bourdieu (2007:215), em referência a estratégias autofundadoras.

ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1997: 161), de tal sorte que, embora este processo de determinação do sujeito seja ‘esquecido’¹⁰ (PÊCHEUX, 1997, 163), este esquecimento é também constitutivo, já que os traços constituintes (ideologia e inconsciente) são re-inscritos no discurso do próprio sujeito, e, como consequência, o sujeito do discurso é constitutivo do sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1997: 157/158), então, embora o sujeito não esteja na origem do discurso¹¹, o sujeito do discurso está na origem do seu discurso – o processo discursivo se dá no sujeito pelas relações de sentido e efeitos de sentido possíveis.

Pêcheux (1997: 261), a respeito disso, continua:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é ‘produzido como causa de si’. Busquemos explicitar essa simultaneidade e, para isso, voltemos, por um instante, à afirmação segundo a qual ‘o não-dito precede e domina a asserção’. Queremos dizer com isso que o *non-sens* das representações, que ‘não se mostram para ninguém’, que se configura o lugar do sujeito que toma a posição em relação a elas. (PÊCHEUX 1997: 261)

E, no caso do nosso *corpus* de análise, isso se dá ainda com mais força, ou mais evidentemente, porque não se trata do convencimento íntimo do juiz, que discursiviza suas ideias e conclusões acerca de tudo que fora apresentado em plenário. Mas sua posição é mais delicada e mais no limite do discurso, porque seu papel é dar argumentos técnicos e suporte teórico para a decisão dos jurados, sem, contudo, ter acesso à motivação do corpo do Júri. Cabe ao juiz, ao elaborar a sentença dar a explicação (motivar, no jargão técnico) da decisão dos jurados, sem, contudo, conhecer os motivos efetivamente existentes para a decisão. É, portanto, sua função justificar tecnicamente a opinião imotivada¹² de terceiros. Uma tarefa bastante ingrata.

¹⁰ Trata-se da teoria dos dois esquecimentos, formulada por Pêcheux (1997:173-4), pela qual o sujeito constitui o seu discurso e se constitui no discurso: o primeiro esquecimento diz respeito ao recalque do inconsciente, ou seja, às censuras impostas pelo consciente do sujeito a determinados temas; o segundo diz respeito a aquele pelo qual o falante seleciona na FD que o domina um enunciado e não outro. Trata-se de recobrir a liberdade do sujeito-falante.

¹¹ Para Pêcheux, o discurso (e o processo discursivo) não tem início, porque há sempre um já-dito, um discurso prévio sobre o qual ele se apóia.

¹² Por opção não discutiremos certas características do júri, por não dizer respeito ao objeto desta pesquisa, no entanto, relativamente à motivação dos jurados curioso destacar que a sistemática do Tribunal do Júri valoriza a imotivação das decisões dos jurados, porque a partir desta opinião imotivada dos populares é que o Júri pode cumprir sua função de punir com base no sentimento

E esse *sujeito* que sob as influências de seu inconsciente, das ideologias que o atravessam e da sua história – e na história - é que nos interessa. Comentando o texto de Althusser, destacamos de Possenti (2009), a respeito das questões fundadoras da AD, a seguinte passagem que é capaz de dar conta exatamente desses elementos ora apresentados:

‘não há Sujeito, há sujeitos; não há sujeitos da história, há sujeitos na história’. Ao dizer que não há Sujeito, o texto de Althusser significa que não existe um ser que satisfaça os predicados tradicionalmente atribuídos a Deus, ao Ego-Cogito, ao Sujeito Transcendental, isto é, que seja a Origem da história (...). Ao dizer que não há sujeitos da história, Althusser quer dizer que não são os homens, considerados em sua concretude, que fazem a história, porque dizer isso levaria este enunciado a compor-se com discursos que aceitam que a história é feita pelos homens (já que não pelo Homem) (POSSENTI, 2009:387).

Foucault (2010b) põe em diálogo a dimensão do homem transparente do *cogito* com a dimensão do irrefletido – desta informação do inconsciente e das ideologias que o atravessam e que necessariamente lhe escapam, propondo que:

Se efetivamente o homem é, no mundo, o lugar de uma reduplicação empírico-transcendental, se deve ser essa figura paradoxal em que os conteúdos empíricos do conhecimento liberam, mas a partir de si, as condições que os tornam possíveis, o homem não se pode dar na transparência imediata e soberana de um *cogito*; mas tampouco pode ele residir na inércia objetiva daquilo que, por direito, não acede e jamais acederá à consciência de si. O homem é um modo de ser tal que ele se funda esta dimensão sempre aberta, jamais delimitada de uma vez por todas, mas indefinidamente percorrida, que vai, de uma parte dele mesmo que ele não reflete num *cogito*, ao ato de pensamento pelo qual a capta e que inversamente vai desta captação ao atravancamento empírico, à ascensão desordenada dos conteúdos, os desvio das experiências eu escapam a si mesmas (FOUCAULT: 2010b: 445).

Aliás, Foucault¹³ (2010a) afirma que, ao analisar um discurso, não nos defrontamos com a manifestação de *um* sujeito, mas estamos diante, sim, do lugar

social de reprova sobre dada conduta. Imotivada, portanto, é porque a motivação da decisão não foi explicitada pelos jurados, mas que evidentemente está presente para a decisão.

¹³ Vale salientar que ao longo da sua produção, há um deslocamento, um movimento de aproximação e afastamento entre o pensamento foucaultiano e as teorias lacanianas da psicanálise. Para Birman a *renúncia* que constitui a subjetividade para Lacan é justamente o pomo da discórdia para Foucault.

Outra crítica de Foucault à psicanálise diz respeito ao fato de que o conhecimento de si, ofertado pela psicanálise e capaz de delinear a subjetividade do sujeito, atua como se fosse um conhecimento de fora de si, dado pelo psicanalista.

A partir desta discordância sem, no entanto, uma proposta alternativa, Foucault passa a interessar-se pela dinâmica do poder. O faz, contudo, sem uma proposta de teoria ideológica, razão porque seu pensamento ganha críticas de Pêcheux (1977:236), para quem, a essas alturas, “não se pode fazer teoria sem tomar, simultaneamente, posição na luta de classes”.

da dispersão do discurso. Então o sujeito é a interface da dispersão discursiva, já que é atravessado por múltiplos discursos anteriores. Nossa análise, pois, pretende desvelar, interpretar, analisar estas dimensões múltiplas marcadas na discursividade, porque a AD é teoria da “instância da enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, pg. 33), de modo que não nos interessa o sujeito antes do discurso, mas o *sujeito no/do discurso*.

1.3.2 – *Ethos* – Da retórica para a AD

Interessa-nos também investigar e analisar - ainda relativamente a este sujeito múltiplo - a construção de um *ethos* discursivo do sujeito do discurso observando este lugar de dispersões – tanto do próprio eu, como do lugar da enunciação, já que o que se põe à prova é justamente a sua legitimidade como sujeito do discurso.

Amossy (2006: 220) conceitua o *ethos* como a “imagem de si mesmo que o sujeito do discurso constrói em seu discurso para exercer uma influência” sobre o destinatário do discurso. Não se trata, por óbvio, da imagem real do sujeito, ou

Basicamente a divergência entre Pêcheux e Foucault reside em uma leitura bastante diversa de Marx: para o primeiro o engajamento ideológico implicava em um *fazer no mundo*, em uma tomada de posição política clara; ao passo que para o segundo noções como ‘ideologia’ e ‘luta de classes’ ficam de fora das suas investigações. Seguem, portanto, epistemologicamente, em diâmetros opostos.

Foucault, em meados dos anos 70, afirma que há certa concepção do marxismo que se impôs à universidade, segundo a qual, para ele, decorre uma noção “embaraçosa” da ideologia: trata-se da noção de que a ideologia possui um traço negativo pelo qual a “relação do sujeito com a verdade ou simplesmente a relação de conhecimento é perturbada, obscurecida” (2003, 26). Contudo para o filósofo, em verdade, a ideologia não é um véu que obscurece mas que é ela mesma que forja o sujeito e por conseguinte, forma as relações de verdade. Ou seja, é a partir dela, e não contra ela que a subjetivação é possível pela construção de noções relacionais. Para Foucault, a ideia de luta de poder (político) é mais nuclear do que a de luta de classe – “o poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (FOUCAULT, 2003: 51).

Consideramos pertinente, no entanto, trabalhar com esses autores, considerando os diálogos possíveis entre suas obras e as contribuições dadas de um a outro, justamente originadas pelas discordâncias. De saída, Foucault e Pêcheux têm interesses diferentes, mas que se cruzam em vários pontos. Pêcheux objetivava elaborar uma teoria do discurso para construir o campo da Análise do Discurso, articulando, para isso, a língua, os sujeitos e a História, especialmente a partir de um retorno a Saussure, Freud e Marx. Foucault, por outro lado, não tinha no discurso um fim, mas um instrumento para compreender as articulações entre os saberes (interesse pelo surgimento das ciências humanas) e os poderes, de tal modo que, conforme suas investigações caminhavam, surge a reflexão de que as coisas não preexistem às práticas discursivas. A partir de então, uma espécie de teoria de discurso ganha lugar central em sua obra.

Para Pêcheux a tanto a ideologia quanto o inconsciente são entes profundamente relacionados, porque são capazes de operar ocultando sua real existência, instrumentalizados pelo esquecimento e recalque, produzindo no sujeito uma rede de verdades desveladas pela clínica psicanalítica. Daí decorre outro afastamento entre Foucault e Pêcheux, uma vez que Foucault já negara as noções lacanianas, em especial a renúncia como subjetivadora.

melhor, não se trata da imagem que o sujeito tem de si mesmo, mas da imagem construída pela enunciação com o fim de causar este ou aquele resultado no destinatário. Nesta noção de *ethos* recuperada pela AD da retórica aristotélica, dividem espaço, como se pode observar, as noções de assujeitamento e de intenção do sujeito do discurso (cf. também Maingueneau, 1997 e 2008).

Eggs (2008:30) afirma que o *ethos* é “realidade problemática de todo discurso humano”, porque mediante as escolhas do sujeito (sejam conscientes ou decorrentes de uma FD) é que o eu se engendra no discurso e o constrói, porque o *ethos* é um efeito do discurso (MAINGUENEAU, 2008: 61), cuja manifestação é lateral, e não se dá em primeiro plano (MAINGUENEAU, 2008:57).

A noção de *ethos* é recuperada da retórica aristotélica e reintroduzida no arcabouço teórico da AD, especialmente por Maingueneau, para quem este conceito não diz respeito somente a um papel e um estatuto, mas se deixa apreender também como uma voz e um corpo (AMOSSY, 2006).

Neste estudo destacamos também o *ethos* do julgador sob dois prismas¹⁴ diversos: um, enquanto discurso institucional, cujo enunciador é mero porta-voz do judiciário, e portanto, tão somente ente que representa o Estado, a quem cabe o monopólio da punição; e outro, como a pessoa do julgador, afastada de sua ligação institucional. Porque, para Amossy (2008: 137), tanto a construção discursiva, o imaginário social quanto a autoridade institucional contribuem, para estabelecer o *ethos* e a troca verbal do qual ele é parte integrante; não se trata, porque:

a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguagreira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis. Não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu¹⁵)” (AMOSSY, 2008: 136).

Trata-se daquilo que se mostra no discurso, que inegavelmente aparece, mas não é dito. (DUCROT, 1987)

¹⁴ Esta divisão é meramente metodológica, porque estas duas instâncias necessariamente se imbricam no discurso e no sujeito.

¹⁵ Para Bourdieu (2007), no entanto, o poder se exerce pelo lugar de quem fala, e não se constrói no discurso. Diferença fundamental do ponto de vista que adotamos, no qual, como quer Foucault, há uma dupla implicação necessária: o lugar de quem diz e aquilo que diz. É a partir daí que o poder toma corpo, e só a partir daí que é possível a construção da verdade que importa em poder (FOUCAULT, 1979).

A expectativa de construção de uma identidade (*ethos*), que Fiorin (2008)¹⁶ apresenta como “sou isto e não aquilo”, não consegue ser integralmente controlada pelo sujeito – neste caso, o juiz – pela própria noção de sujeito da AD. Isto porque o ‘assujeitamento’ em AD diz respeito à existência do inconsciente, assim como de ideologias que atravessam o sujeito, que por sua vez, resiste, “um sujeito agindo, manobrando, mesmo que ele não saiba que está manobrando e mesmo que sua manobra não produza o efeito por ele eventualmente intencionado” (POSSENTI, 2009:103), o que se compatibiliza e se completa com o fato de que, a rigor, o sujeito “não está na origem do discurso”, mas se inscreve nele.

No discurso, portanto, não encontraremos uma manifestação

[...] majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. (FOUCAULT, 2010:61).

Mas “que os sujeitos trabalham (ou seja, não são simplesmente assujeitados), que haver trabalho dos sujeitos é uma característica fundamental dos discursos” (POSSENTI, 2009b pg. 101), é o que tentaremos deixar evidenciado. Vejamos como aparecem no *corpus* algumas pistas que, em certa medida, humanizam – dão carne – ao enunciador institucional, colocando o sujeito do discurso na superfície do material linguístico, de modo que torne visível, de um lado o assujeitamento, de outro, as manobras do sujeito, como em (2) a (5):

(2) *passo a decidir sobre a pena a ser imposta a cada um dos acusados* (linhas 34/5)

(3) [a majoração da pena] como forma de reprovação social à altura que o crime e os autores do fato *merecem* (linhas 43/4)

(4) Ademais, a *falta de lisura* no comportamento adotado pelos réus durante o transcorrer da presente ação penal (linhas 284/5)

(5) (...) a angústia *acima do normal* suportada pela mãe da criança Isabella (linhas 58/9)

Em (2) vemos a emergência do uso da primeira pessoa, de modo que o *eu* implícito está na superfície do discurso, muito embora, de fato, não seja este enunciador o sujeito do verbo *decidir*, porque, como vimos, a decisão foi dada pelo

¹⁶ Encontramos, antes, em R. Barthes (1975) esta mesma designação para o *ethos* do orador.

Conselho de Sentença. Mas o lugar da fala do sujeito exige que se concentre em suas mãos o poder decisório, o que fica evidente pelo uso da primeira pessoa. Já em (3) vemos um juízo emocional bastante evidente com a conjunção de ‘à altura’ com ‘merecem’ – o juízo de merecimento, nesse caso, decorre de uma avaliação subjetiva de causalidade. A modificação com *falta de lisura* que aparece em (4) é derivada de uma avaliação subjetiva e pessoal, assim como em (5) a avaliação de se tratar de uma angústia ‘acima do normal’, é uma marca importante que denuncia uma avaliação pessoal subjacente, em que seja possível estabelecer graus, como, por exemplo, ‘abaixo do normal, normal e acima do normal’.

Passemos ao excerto transcrito em (6):

(6) (...) as circunstâncias específicas que envolveram a prática do crime ora em exame demonstram a presença de uma *frieza emocional* e uma *insensibilidade **acentuada*** por parte dos réus, os quais após terem passado *um dia relativamente tranqüilo* ao lado da vítima, passeando com ela pela cidade e visitando parentes, teriam, ao final do dia, investido de forma *covarde* contra a mesma. (linhas 45 a 49)

Em (6) temos uma série organizada de termos reforçados, inclusive por meio de fórmulas atípicas, como em “frieza + emocional” e “insensibilidade + acentuada”. Neste caso, se pensássemos no primeiro termo, ou seja, se o sujeito enunciasse apenas *frieza* ou *insensibilidade* teríamos o mesmo significado para a sentença (quer dizer, a mesma carga informacional), mas os efeitos de sentido são reforçados com a conjunção de outro qualificador que destaque a expressão. O uso do adjetivo ‘covarde’ desvela outro julgamento particular do enunciador, inclusive opondo-se a um antônimo virtual (*valente*), num cenário possível em que haveria um ataque *valente* contra uma criança – e não ‘covarde’.

Além disso, o uso do termo *covarde*, em cujo entorno aparecem os itens *frieza*, *insensibilidade*, cria um efeito de sentido de qualificar os agentes como *covardes* e não apenas cinge-se ao ataque que ocorreu *covardemente*.

O aporte teórico da AD nos dará condição de discutir os elementos linguístico-textuais desta construção e de seu lugar no mundo, a partir do olhar da inserção deste sujeito na história, de seu lugar social e das condições de produção deste discurso.

Recuperando a marca da primeira pessoa em (2), com o uso de *passo a decidir* o sujeito cria um efeito de sentido de responsabilizar-se sobre a decisão, de vincular-se pessoalmente com o conteúdo vereditório. Assim também como em (7) a (9):

(7) Assim sendo, frente a todas essas considerações, *majoro* a pena-base (linha 82)

(8) Como não existem circunstâncias atenuantes de pena a serem consideradas, *torno* definitivas as reprimendas fixadas acima para cada um dos réus nesta fase (linhas 106/7)

(9) *condeno-os* às seguintes penas (linha 302)

Não é, no entanto, a opção firme do sujeito assumir a primeira pessoa invariavelmente. Em grande parte do discurso vemos a opção pela forma articulada pelo sujeito indeterminado expresso pela 3ª pessoa do singular acompanhada pelo índice de indeterminação, a partícula *se*. Tal opção, como vemos em (10) e (11) subsume a ideia de inclusão de todas as pessoas verbais, criando um efeito de sentido que universaliza a informação do predicado; em (12) vemos a expressa menção ao responsável pela decisão, afastando o sujeito do discurso, bem como em (13), com a expressão *lhes foi negado*, com a forma na passiva em oposição a uma forma possível como *lhes nego o direito*:

(10) Por fim, nesta terceira e última fase de aplicação de pena, verifica-se a presença da qualificadora (linhas 108/9)

(11) Registre-se e cumpra-se (linha 333)

(12) Deliberação proferida pelo Conselho de Sentença que JULGOU PROCEDENTE a acusação (linhas 299 e 300)

(13) posto que lhes foi negado o direito de recorrerem em liberdade da presente decisão (327/8)

1.3.3 – Um discurso que realiza – Uma fala-ação

Destacamos ainda relativamente ao exemplo em (11) o enunciado *performativo*, pelo qual, “como resultado de uma série de palavras ditas, no tempo apropriado, em circunstâncias apropriadas, e pela pessoa apropriada”, acaba por *fazer coisas* e não *penas por significar coisas* (BAZERMAN, 2005: 25).

Ao proferir a expressão *registre-se e cumpra-se*, como em (11), o sujeito emite uma ordem com consequências no mundo dos fatos. A partir do registro efetivo, aquela decisão integralmente, passa a existir no universo jurídico, retroalimentando-o como eficiente jurisprudência, além, é claro, de importar em uma

série de atos dela decorrentes, tanto para aqueles diretamente envolvidos (réus, famílias advogados, jurados etc.), como também para a sociedade. Com a ordem de cumprimento dada, significa que para o descumprimento haverá penalidade. Há consequências no mundo.

O enunciado performativo opõe-se ao constativo, na medida em que o segundo fica sujeito ao valor de verdade da asserção, podendo ser tido por verdadeiro ou falso, porque tem o condão de constatar ou declarar. No primeiro caso, todavia, não há sujeição a valor de verdade da sentença, porque ela é *função*, ela realiza coisas no mundo (AUSTIN, 1958:111), o performativo, é, portanto uma ação, ou como quer Austin, uma fala-ação¹⁷.

Vemos em (11) e (13) exemplos de asserções que contêm um caráter de função, de ato que produz um resultado no mundo, que *faz coisas*. Em (11) a ordem que produz efeitos no mundo: *registre-se e cumpra-se*, que importa em se acatar e impor resultados no mundo daquelas decisões presentes no texto.

Em (12), mais sutil, vemos que afirmar que *lhes foi negado o direito de recorrerem em liberdade* é precisamente negar o direito, e, portanto, embora de uma forma enviesada, nessa enunciação é que o sujeito do discurso nega que haja recurso em liberdade, e assim, atua no mundo mediante uma fala-ação.

É fala-ação justamente porque é próprio proferimento do enunciado que age no mundo, que tem atuação. Declarar os réus culpados importa em delimitar um marco na vida dessas pessoas, marco este firmado justamente quando da enunciação. Coincide com a enunciação a produção de resultados.

Foucault (2009) afirma que há, regularmente, um desnivelamento entre os discursos correntes em uma sociedade

os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer (FOUCAULT 2009, grifos no original)

¹⁷ Ocorre que os constativos, ao declarar, podem também importar em uma *função* alheia à sujeição de valor de verdade. Austin faz uma longa discussão a respeito dos constativos e sua sujeição às condições de felicidade e valoração de verdade, de tal maneira que esses referidos pontos não são eficientes para diferenciar os constativos dos performativos. Para mais cf. Austin(1998).

Para Bourdieu¹⁸ (2007:237), “o direito é a forma por excelência do discurso actuante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos”. E complementa, afirmando que “não é demais dizer que ele *faz* o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este”.

Pode-se dizer, ainda, que este caráter atuante do direito vincula-se a sua natureza ritual. Foucault (2003:57) afirma que o direito é a “forma ritual da guerra”, visto que pela declaração de culpa *mata-se* ritualmente o assassino, expurgando o inimigo social do seio da sociedade ferida.

Ao declarar que o Conselho de Sentença julgou procedente a acusação, o juiz está dizendo que, ao fim e ao cabo, foram os réus considerados culpados – declarados culpados, e a partir desta declaração, haverá a aplicação da pena nos termos da lei. *Declarar culpado* é fazer algo no mundo, e em que pese haja a verificabilidade (em termos de valor de verdadeiro ou falso), se as condições de felicidade de enunciação se verificarem, o que torna o enunciado performativo é a produção de um resultado – é a ação que dele decorre (qual seja, a punição daqueles declarados culpados) -, de tal sorte que se perde o caráter de constatação ou declaração, para assumir uma função.

Contudo, não basta que o ato de fala performativo surja no discurso para que ele necessariamente importe uma reação para uma ação no mundo. Para que as palavras realizem seus atos, uma série de “condições de felicidade” devem ser preenchidas, condições estas que “devem ser observadas corretamente para que o ato de fala seja bem sucedido. Sem a satisfação dessas condições de felicidade, o ato não seria um ato, ou pelo menos o mesmo tipo de ato”, como explica Bazerman (2005: 26).

¹⁸ Optamos por incluir na base teórica deste estudo as contribuições de Bourdieu, considerando, em primeiro lugar a importância das suas reflexões a cerca de poder e liturgia (ritual), noções muito caras ao desenvolvimento das nossas investigações, assim como também, por haver uma série de paralelos entre o pensamento de Bourdieu e de Foucault - como o olhar historicizador do conhecimento e uma concepção construtivista da racionalidade. Não ignoramos, contudo, os dissensos entre eles, em especial o que a noção de *campo* (e seus conseqüências teóricas) traz para a produção de Bourdieu, do que Foucault efetivamente não partilha além dos métodos de trabalho bastante diversos.

As condições de felicidade de um performativo dizem respeito à pessoa que o enuncia, à situação de fala e à observância a uma certa *liturgia*¹⁹ da fala. E é justamente aí que reside – segundo Bourdieu (1996: 61), uma lacuna importante na teoria dos atos de fala de Austin – quando trata das condições de felicidade de um enunciado performativo, porque para aquele autor,

a pesquisa de Austin a respeito dos enunciados performativos não se pode se completar nos limites da linguística. A eficácia mágica destes *atos de instituição* é inseparável da existência de uma instituição capaz de definir as condições (em matéria de agente, de lugar ou de momento etc.) a serem cumpridas para que a magia das palavras possa operar”, (BOURDIEU, 1996:62).

Para o autor francês, é necessário, pois, levar em conta as variantes do mercado linguístico, constituído por dados do extralinguístico, da ordem do sociológico

Qualquer ato performativo, seja uma ordem, um pedido, uma declaração (como o reitor de uma universidade ao *declarar* aberta uma sessão solene), só tem atendida a sua condição de felicidade quando uma ordem social estiver a seu favor, e é a isso que Bourdieu (1996:62) se refere ao afirmar que “as condições de felicidade antecipadas contribuem para determinar o enunciado ao permitir pensá-lo e vive-lo como razoável ou realista”, ou estamos tratando com um louco, que com a mão nos botões do paletó, age como se fosse Napoleão.

Foucault (2009) trata do tema pelo viés do ritual. Para este autor as “condições de felicidade” de um ato de fala estão inseridas no interior de um sistema complexo de restrições, que ditam as trocas o sucesso das trocas comunicativas, já que

o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao

¹⁹ Aproveitando a noção do ritual posta em cena por Bourdieu (1996), ao tratar dos performativos e dos ritos de instituição.

mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 2009).

Para Bourdieu (1996:62) o ato jurídico é o limite para o qual tende o performativo, porque,

quando pronunciado por quem de direito, como convém, ou seja, por um agente que atua em nome de todo um grupo, pode substituir o fazer por um dizer que será, como se diz, conseqüente: o juiz pode-se contentar em dizer 'eu o condeno' pelo fato de existir um conjunto de agentes e instituições garantindo a execução de sua sentença (BOURDIEU, 1996:62)

A competência legítima é a capacidade estatutariamente reconhecida e outorgada a uma pessoa autorizada (uma 'autoridade') a empregar, em ocasiões oficiais (formais) a língua legítima, quer dizer, oficial (formal). Trata-se de uma língua autorizada, que tem autoridade, e é capaz de dar lugar a uma fala autorizada e digna de crédito, ou, numa palavra, *performativa*, "que tem a pretensão (com as maiores probabilidades de sucesso) de ser de fato imitada" (BOURDIEU, 1996:57).

O poder de manipulação – e, portanto, de atingir as condições de felicidade de um ato de fala performativo - é tanto maior quanto maior for o capital simbólico possuído (BOURDIEU, 1996:58); e o capital simbólico depende do reconhecimento institucionalizado ou não que o sujeito recebe do grupo.

E é assim porque - e pensando com base em outro referencial teórico -, conforme o capital simbólico acumulado de que sejam detentores (BOURDIEU, 1996:89). Daí porque necessário voltarmos o olhar para a instituição que alberga e confere capital simbólico a esse discurso, discutindo, ainda que brevemente as noções de poder que ritualizam o discurso conferindo esse caráter performativo.

1.4 Das instituições e do poder – legitimação

A manutenção da ordem jurídica, da parte do Estado, não é senão uma luta contínua contra as transgressões da lei (IHERING, 2008:34).

No discurso institucional, segundo Cruz (2008) forçosamente não há eu – anula-se o enunciador singular, contudo, paradoxalmente é impossível o anonimato.

A instituição deve estar expressamente referida no discurso, sob pena de ser um discurso inócuo. Outro fato marcante é que a instituição deve ser agente/paciente das transformações de que trata o discurso, evitando-se ambiguidades pela via da abstenção do uso de conotações (tanto quanto possível), como no exemplo

(14) [decido assim] para a preservação da credibilidade e da respeitabilidade do Poder Judiciário (linhas 200/1)

Em geral o discurso institucional está eivado de citações. Para a AD “O sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado etc. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação” (MAINGUENEAU, 1997:86) – é a vinculação do discurso do sujeito ao discurso do lugar de onde ele o profere. É ainda um mecanismo para desonerar o sujeito discursivo de comprometer-se com o conteúdo do discurso, já que na mesma medida em que não há eu²⁰, não pode haver a opinião do eu. Observemos o trecho (15):

(15) Nessa mesma linha de raciocínio também se apresentou o voto do não menos brilhante Desembargador revisor, Dr. Luís Soares de Mello que, de forma firme e consciente da função social das decisões do Poder Judiciário, assim deixou consignado (linhas 235/8) (grifos nossos).

Vimos que com as fórmulas “não menos brilhante” e “de forma firme e consciente” o enunciador está implicitamente dando sua concordância e colando seu discurso àquele citado, já que ambos seguem a ‘mesma linha de raciocínio’.

Ora, quando se predica o outro com atribuições tão positivas e generosas (“brilhante”, “firme e consciente da função social”) imediatamente após ter estabelecido a identidade desse outro com o próprio discurso, tem-se o efeito de sentido de dirigir estas elogiosas qualificações ao seu próprio discurso, de uma maneira polida e sem ferir a ideia clássica da humildade e da modéstia inerentes à boa educação e ao bom enunciador, orador. Outro efeito de sentido possível é a aderência do sujeito do discurso ao discurso citado, colando-se a um discurso prévio, fazendo-se atravessar pelo já-dito.

Neste mesmo excerto (15) vemos a citação da “função social das decisões do Poder Judiciário”, momento no qual há citação expressa da instituição, além do apagamento do eu-enunciador, substituído pelo porta-voz da instituição.

²⁰ Tal asserção deve ser relativizada. Não se trata de inexistência absoluta, mas de uma tentativa de apagamento.

É que para Bourdieu (1996: 28)

discurso jurídico é uma palavra criativa, que faz existir o que ela enuncia. Ela é o limite ao qual pretendem todos os enunciados performativos, bênçãos, maldições, ordens desejos ou insultos; isto é, a palavra divina, o direito divino que, o que ela enuncia, ao contrário de todos os enunciados derivados, constatativos, simples registros de um dado preexistente (BOURDIEU, 1996:28).

E a respeito da legitimação institucional, continua:

o verdadeiro princípio da magia dos enunciados performativos reside no mistério do ministério, isto é, na delegação ao cabo da qual um agente singular (rei, sacerdote, porta voz) **recebe o mandato para falar e agir em nome do grupo**, assim constituído nele e por ele (BOURDIEU 1996:63) (grifos nossos).

Maingueneau (1997:33), citando Flahault afirma que a AD formula as instâncias de enunciação em termos de lugares, de modo que “cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa”. Trata-se de um jogo de legitimação discursiva, que depende de quem fala, do que se fala e de onde se fala, porque, ainda para o mesmo autor, “o discurso só é ‘autorizado’ e, conseqüentemente, eficaz se for reconhecido como tal” (1997:37), e a eficácia discursiva é sempre evidentemente buscada pelo sujeito do discurso. É o que vemos em (16).

(16) Como *este Juízo* já havia consignado anteriormente, quando da prolação da sentença de pronúncia – respeitados outros entendimentos em sentido diverso – a manutenção da prisão processual dos acusados, *na visão deste julgador*, mostra-se realmente necessária. (linhas 167/170)

O uso da fórmula *este juízo* como sujeito da oração afasta a pessoa do juiz, desloca o eu para a instituição. *Este juízo* não é nem o juiz, nem o Conselho de Sentença, mas o órgão judicante que legitima. Contudo, vem à superfície do discurso *a visão deste julgador* que personifica, que dá corpo ao discurso, funcionando como um fiador que confere ao conteúdo do universo discursivo identidade, garantia.

Nesse sentido, entendemos o discurso jurídico como discurso constituinte, porque do lugar de onde se fala é que emana parte da legitimidade. Trata-se de “produzir uma inscrição e não tanto falar em próprio nome, mas seguir os traços de Outro invisível, que associa os enunciadores-modelo de seu posicionamento e, no limite, a presença da Fonte que funda o discurso constituinte: a Tradição, a Verdade,

a Beleza...” (MAINGUENEAU, 2008: 47), e poderíamos incluir²¹ a Justiça. Ora, “os discursos constituintes dão sentido aos atos da coletividade, eles são a garantia de múltiplos gêneros do discurso” (MAINGUENEAU, 2008: 38), e, em alguma medida, regulam condutas, admitem ou reprovam comportamentos e são capazes de, pela enunciação, impor sanções. Declarar a culpa. Proferir a condenação. Observemos na sentença, em sua parte final, as seguintes considerações transcritas em (17):

(17) Isto posto, por força de deliberação proferida pelo Conselho de Sentença que JULGOU PROCEDENTE a acusação formulada na pronúncia contra os réus ALEXANDRE ALVES NARDONI e ANNA CAROLINA TROTTA PEIXOTO JATOBÁ, ambos qualificados nos autos, condeno-os às seguintes penas. (linhas 299/302)

Aí observamos que por força de *deliberação do conselho de sentença* é que o juiz pode, ao fim e ao cabo, proferir e declarar “*condeno-os às seguintes penas*”. Não se trata de falar em próprio nome, de decidir no seu íntimo, mas, como no seio da definição do discurso constituinte dado por Maingueneau, de “seguir os traços de Outro invisível” capaz de *fundar* o discurso da Justiça, daquilo que é ou não admitido. E é justamente o papel do Conselho de Sentença: formar, corporificar este outro invisível. Os membros do Conselho são sorteados aleatoriamente entre os do povo e devem, pois, representar todos os seus – são também, em alguma medida aqueles que não falam em seu nome, mas que seguem os traços de outro-Outro invisível, do ausente.

Esta especificidade do discurso jurídico deve ser apontada, porque demonstrar a constitutividade desse discurso consiste em apontar a “imbricação entre uma representação do mundo e uma atividade enunciativa” (MAINGUENEAU, 2008: 40) – é a perlocucionariedade do ato enunciativo que está posta também. A atividade enunciativa implica consequências e se dá a partir de uma representação de mundo, cuja face intermediária é, em alguma medida noção de Justiça, o desejo de Justiça.

Outra característica que merece algum destaque é que são constituintes os discursos que não reconhecem nenhuma outra autoridade acima da sua, em que

²¹ Maingueneau não nomina o discurso jurídico como constituinte, exemplificando apenas com o discurso filosófico, religioso, literário e científico. Contudo esse rol é meramente exemplificativo e a partir da própria noção elaborada por ele é que ousamos incluir o discurso jurídico, já que, em nosso ponto de vista, este atende a todas as condições teóricas e goza de propriedades comuns àqueles apontados por Maingueneau, operando a mesma função na produção simbólica de uma sociedade.

pese reconheçam que outros discursos exercem influência sobre eles, “mas faz parte da natureza dos discursos constituintes negar essa interação ou pretender submetê-la a seus princípios” (MAINGUENEAU, 2008: 37). A enunciação de um discurso constituinte, diz respeito, em verdade, ao exercício de um poder (MAINGUENEAU 2008: 54). Carece de um lugar de fala legítimo, da construção institucional desta legitimidade, corroborada pelo próprio discurso, considerando-se ainda o *ethos* do sujeito do discurso.

O não reconhecimento de outros discursos se dá no discurso jurídico, a despeito do corriqueiro uso de perícias para auxiliar o juízo. Algumas situações não raras são sujeitas a avaliação de peritos, chamados auxiliares da justiça, todos comprometidos com a busca da ‘verdade’ e vinculados à ritualística judicial por meio do juramento que prestam antes de iniciarem suas funções como *experts*. No entanto, suas opiniões técnicas não passam de meras opiniões, estando o juiz liberado para acatar ou não o parecer técnico elaborado por uma auxiliar.

Igual sorte se dá no Tribunal do Júri, em que as partes (acusação e defesa) elegem seus peritos, podendo expor suas teses ao Júri não havendo, contudo, obrigatoriedade de acatá-las. Sua função é corroborar as teses apresentadas, mas não vinculam as decisões, seja de juízes, seja do Conselho de Sentença. A voz do próprio discurso jurídico é, nesse sentido, superior ao que se apresenta como prova técnica.

Possenti (2009c:13) lembra que para Pêcheux,

“o discurso é tanto mais univocamente legível quanto mais estiver ligado a uma instituição (e tanto mais quanto mais antiga for a instituição à qual o discurso se liga). Ou seja, a leitura não é a leitura de um texto enquanto texto, mas enquanto discurso, isto é, na medida em que é remetido a suas condições, principalmente institucionais, de produção” (POSSENTI, 2009c: 13).

Não se trata de um discurso unívoco, no entanto. Trata-se de certa univocidade, decorrente das próprias estratégias discursivas dos discursos institucionais. No caso do discurso jurídico, por exemplo, bem aponta Bourdieu (2007), esta estratégia discursiva tendendo à univocidade, pauta-se numa “retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade [dos enunciados da *declaratio* de

natureza atestativas]²², que pode ser o princípio de uma autonomia real dos pensamentos e das práticas”, mas, completa o autor, “está longe de ser uma simples máscara ideológica. Ela é a própria expressão de todo o funcionamento do campo jurídico, e, em especial, do trabalho de racionalização, no duplo sentido de Freud e Weber” (BOURDIEU, 2007: 216).

Para Bourdieu (2007), um mecanismo de legitimação do discurso jurídico diz respeito também aos seus segredos de constituição e funcionamento – é na força mágica do direito que reside uma faceta da legitimação, o que se dá pela via da linguagem: “O efeito de hermetismo que o próprio funcionamento do campo tende a exercer manifesta-se no facto de as instituições judiciais tenderem a produzir a verdadeiras tradições específicas e, em particular, categorias de percepção e de apreciação perfeitamente irreduzíveis às dos não-especialistas, gerando os seus problemas e as suas soluções segundo uma lógica totalmente hermética e inacessível aos profanos” (BOURDIEU, 2007: 232).

Para Foucault (2009 e 2003) tal fenômeno decorre da ritualização, da inscrição deste discurso numa ordem tal que lhe confere legitimidade.

1.5 Efeito de sentido de verdade – um viés legitimador

Eis aí a visão geral do tema que pretendo desenvolver: as formas jurídicas e, por conseguinte, sua evolução no campo do direito como lugar de origem de um determinado número de formas de verdade (FOUCAULT, 2003: 12).

Foucault (1979), tratando a respeito de soberania e disciplina, afirma que os elementos fundamentais para a análise desses fenômenos (soberania e disciplina) - se dá pela investigação do triângulo formado pelo poder, o direito e a verdade²³, sendo essa última um efeito.

²² Colchetes introduzidos por nós, em referência aos antecedentes, citados pelo autor (BOURDIEU, 2007:223).

²³ Não pretendemos propor uma discussão a respeito das noções de verdade, tomando aqui, para os fins deste estudo, verdade como um efeito de sentido que confere solidez e coerência ao enunciado. Foucault (2009) fala em discurso verdadeiro como o discurso com uma vontade de verdade que o atravessa sem que ele possa reconhecê-la. Essa vontade de verdade, para Foucault, orienta, por exemplo, o saber do sistema penal “tão prescritivo (...) procurou seus suportes e sua justificação (...) em um saber sociológico, psicológico, médico (...)” porque a lei penal precisava - especialmente a partir do séc. XIX de uma autorização do discurso da verdade.

A verdade, portanto, é um efeito (muito poderoso, para Foucault, para quem a vontade de verdade exerce um poder de coerção) engendrado por um jogo de regras de poder. É que tudo se submete ao discurso de verdade exalado pelo poder, e nesta esteira, reproduz-se o poder pela reprodução do discurso de verdade. Detém o poder, então, aquele capaz de discursivizar a verdade, ou melhor, capaz de criar um efeito de verdade sobre no seu discurso²⁴.

Tal asserção se coaduna com a ideia de poder simbólico proposta por Bourdieu (1996:63), para quem “não há poder simbólico sem uma simbologia de poder”, e continua, afirmando que no direito o poder simbólico de nomeação cria (discursivamente) as coisas nomeadas, separa os grupos e é capaz de conferir permanências a essas suas criações (BOURDIEU 1996:237), tudo envolto num efeito de verdade criado no discurso e legitimado na instituição.

Ambos os autores falam das mesmas coisas sob vieses diversos: efeito de verdade e simbologia de poder para a construção de um discurso legítimo (se não legítimo de todo, legítimável). Para que haja efeito de verdade, necessário que seja legítimo; e só há legitimidade onde há efeito de verdade.

Uma das facetas para a elaboração do efeito de sentido de verdade – no discurso jurídico - é o caráter *universalizante* de suas enunciações – é que “os textos jurídicos não enunciam normas, mas sim atestações²⁵” (BOURDIEU 1996:215) de caráter universal.

(18) Porquanto não se desconheça que em qualquer caso de homicídio consumado há sofrimento em relação aos familiares do ofendido (linha 57)

(19) Ademais, a falta de lisura no comportamento adotado pelos réus durante o transcorrer da presente ação penal, demonstrando que fariam tudo para tentar, de forma deliberada, frustrar futura aplicação da lei penal (...)

Vemos em (18) que a declaração universaliza um efeito de conduta – *em qualquer homicídio há sofrimento para os familiares*. Pode-se afirmar que esta

²⁴ Foucault se afasta das discussões da teoria geral do processo penal acerca da verdade formal e verdade ficta – o que também não será contemplado pela discussão aqui proposta. Sua preocupação cinge-se à verdade científica, à construção de uma verdade e seu reconhecimento. Usamos aqui seus apontamentos sobre a “pesquisa da verdade no interior de uma ordem jurídica” (FOUCAULT, 2003:12), ressaltando que nem todas as suas menções sobre a verdade e suas preocupações sobre o tema dizem respeito à inscrição nesta ordem do discurso.

²⁵ Aqui o autor se refere aos filósofos de tendência jusrnaturalista.

asserção atesta um estado de coisas. Virtualmente podemos ler *atesto que – sempre - em todos os casos de homicídio há sofrimento para os familiares*, de modo que por um lado atesta um dado do mundo e por outro universaliza a circunstância.

Em (19) depreendemos que a conduta dos réus é universalmente taxada como representativa de *falta de lisura*, por meio da atestação de que tal conduta assim o é. Ao atestar o discurso universaliza – e ao universalizar é capaz de atestar, constituindo uma dupla legitimação do dizer.

O discurso jurídico, para Bourdieu atesta o que é *a priori* o justo, a partir de sua própria lógica interna. Para esse autor:

(...) o *corpus* de textos canônicos e do modo de pensamento, de expressão e de ação, em que ele [o campo jurídico] se produz e se reproduz, consiste precisamente nesta postura universalizante (BOURDIEU, 2007:216)

Além das atestações universalizantes prototípicas do discurso jurídico, o efeito de verdade se dá também pelo efeito de neutralidade do discurso, que se apõe sobre o princípio da imparcialidade do juiz e da vontade pura do legislador.

No texto de lei, por exemplo, tem-se a descrição de condutas cuja reprovabilidade social demanda uma penalidade²⁶: o art. 121 do Código Penal

²⁶ A configuração do texto legal assim se desenha:

Homicídio Simples

Art. 121 - Matar alguém:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

§ 1º - Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio Qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

§ 3º - Se o homicídio é culposo:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 4º - No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Acrescentado pela L-006.416-1977)

descreve a conduta reprovável (matar alguém), imediatamente prescrevendo a penalidade *justa* para essa conduta (pena: reclusão de 6 (seis) a 20 (vinte) anos).

Atente-se para o fato de que a lei não tem um tom mandamental, como a lei religiosa, por exemplo, que prescreve o *não matarás*. A lei jurídica (laica) descreve a conduta penalizável, oferecendo a construção silogística para o apenamento: Matar alguém implica em pena de 6 a 20 anos; João matou alguém; João cumprirá pena de 6 a 20 anos. Nesse sentido vê-se com clareza o caráter de atestação e de universalização de conduta.

Qualquer um que mate (estando sujeito a vigência dessa regra) será assim apenado. Daí a ideia de universalização²⁷ a que Bourdieu se refere.

Perelman (1998:215), a respeito da atividade judicante, afirma que “o juiz não procura tanto ser breve quanto ser compreendido. Ele decide, é verdade, mas deseja também convencer”, e convencer, aqui, entendemos que diga respeito à legitimação de sua fala, porque não lhe interessa convencer pelo seu resultado em si, mas para que se acate sua ordem como recomendação justa e equânime, para que o seu proferimento *pareça* fundado na verdade e seja jungido à legitimidade. E que pareça verdadeiro é fundamental para que se lhe confira a legitimidade do que é justo²⁸.

Uma das estratégias que são comumente utilizadas é a citação direta de jurisprudência que corrobore a interpretação que o sujeito do discurso confere a dada conduta ou texto de lei. Com isso, pretende o sujeito do discurso fornecer ao interlocutor a ideia de que há mais entendimentos em tal sentido do que em outro diverso. Cita Tribunais respeitáveis, com acórdãos elaborados por desembargadores reconhecidos, exarados recentemente. Tudo com o escopo de construir uma aura de verdade, um efeito de sentido de verdade para seu discurso.

A citação de jurisprudências, também confere uma aparência de universalização e neutralização. É, portanto, uma estratégia de não-polemização,

²⁷ Evidente que a universalização diz respeito ao universo de vigência da norma jurídica.

²⁸ Pensando em uma oposição possível, como exercício, teríamos a hipótese em que o discurso não se legitima porque não parece verdadeiro, não atende, portanto ao fundamento da justiça, e assim não é reconhecido, admitido e aceito – não ganha aderência do corpo de jurisdicionados.

colando-se a um já-dito (jamais-dito) que está posto, incorporando-se a um discurso ideologicamente dominante.

Pêcheux afirma que

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica (...) evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’ aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” que consiste justamente na sua dependência constitutiva do ‘todo complexo das formações ideológicas’ (Pêcheux 1997:160).

A esse respeito podemos pensar nas condutas criminalizadas – matar alguém é uma conduta típica porque *todo mundo sabe*²⁹ que quem atenta contra a vida merece uma punição. Subtrair coisa alheia (conduta descrita no art. 157 do CP) é, *todo mundo sabe*, punível. Então, se *todo mundo sabe*, o sujeito do discurso foge da polêmica, cria um efeito de universalização da sua fala, e acede seu discurso ao grau dos discursos legítimos e, portanto, a partir da construção do efeito de verdade, legitima sua fala.

Nas transcrições abaixo, o sujeito do discurso apela para a memória do interlocutor, para o conhecimento partilhado, com o fim de não polemizar, e, a partir da previa adesão do co-enunciador à sua enunciação, busca legitimar sua fala pela concordância do co-enunciador. É uma legitimação construída pelas estratégias discursivas.

(20) condutas ilícitas praticadas pelos réus, o que é de conhecimento de todos (linhas 67/68)

(21) E, por aqui, todos haverão de concordar que o delito de que se trata, por sua gravidade (linhas 224/225)

É evidente que a instituição, como aparelho ideológico do Estado, por si, é legitimadora do discurso jurídico, em especial o discurso judicante. Contudo, se se constrói a partir de arbitrariedades, a própria instituição atuará no sentido de

²⁹ Voltaremos a esse assunto quando do tratamento das condições de produção remotas, discutindo a origem da criminalização de certas condutas. O que nos importa aqui é demonstrar a natureza das atestações e das universalizações e demais estratégias do discurso jurídico que lhe conferem legitimidade, tudo, claro, a partir da inserção deste discurso no/como aparelhamento ideológico do estado.

desautorizar esta fala, que não está de acordo com as simbologias de poder da instituição. Daí porque, ainda que o discurso seja de antemão legitimado, o sujeito do discurso deve observar as regras de produção do efeito de sentido de verdade, sob pena de ser deslegitimado pela própria instituição. Então, apesar da legitimação prévia institucional, as regras de não arbitrariedade e construção de um espectro de verdade devem ser observadas, pela manutenção do poder da instituição. Foucault (2009) discute justamente a necessidade da observância da ritualização como um dos requisitos para a legitimidade do discurso.

E a construção do efeito de verdade no discurso jurídico se dá pela própria construção dos fatos jurídicos, como bem aponta Bourdieu (2007:230)

Os fatos jurídicos são produto da construção jurídica (e não o inverso), uma verdadeira retradução de todos os aspectos do 'caso' é necessária para *ponere causam* (...) para construir o objeto das controvérsias enquanto *causa*, quer dizer, enquanto problema jurídico próprio para ser objeto de debates juridicamente regulados e para reter tudo o que, do ponto de vista do princípio de pertinência jurídica, mereça ser formulado, e apenas isso, como tudo o que pode valer como facto, como argumento favorável ou desfavorável, etc. (BOURDIEU, 2007:230)

Não há verdade prévia. No discurso jurídico, é necessário que haja a reconstrução dos fatos por meio da enunciação jurídica para que estes fatos sejam introduzidos nesta ordem do discurso – diz, na prática jurídica que *aquilo que não está nos autos não está no mundo*, por mais óbvio que seja. Esta máxima é a tradução de um estado de coisas, de uma lógica interna. Uma perícia técnica, por exemplo, só passa a ser uma verdade jurídica quando reconstruída no discurso jurídico, quando aceita formalmente pelo juiz da causa, quando homologada³⁰.

E é o que nós vemos na sentença condenatória (Anexo II) que em sua primeira parte relata os fatos, a partir da valoração de relevância da lógica jurídica (ou pertinência, como quer Bourdieu), atribuindo valor aos fatos conforme se possa subsumir os *fatos* à lei. Os fatos jurídicos são aqueles discursivizados ao longo da instrução processual – reconstrói-se a verdade pelo discurso da verdade.

³⁰ Nesse sentido a homologação marca a introdução ritual desta verdade outra na ordem do discurso jurídico. Lembrando que como já dito quando discutíamos a natureza do discurso constituinte, a perícia técnica pode ser rechaçada pelo juiz da causa, se a verossimilhanças das alegações da parte lhe garantir o convencimento em sentido diverso daquele apontado pela perícia. Exceção recente se faz relativamente ao exame de DNA, tido como prova incontestável.

Vejamos alguns exemplos, nos trechos transcritos abaixo, do construto do efeito de verdade:

(22) Isto porque a culpabilidade, a personalidade dos agentes, as circunstâncias e as conseqüências que cercaram a prática do crime, no presente caso concreto, excederam a previsibilidade do tipo legal (linhas 40 a 42)

(23) Com efeito, as circunstâncias específicas que envolveram a prática do crime ora em exame demonstram a presença de uma frieza emocional e uma insensibilidade acentuada por parte dos réus (linhas 45 a 47)

(24) Pelo fato do co-réu Alexandre ostentar a qualidade jurídica de genitor da vítima Isabella, majoro a pena aplicada anteriormente (linhas 102 a 103)

Em (22) a afirmação de que a culpabilidade, a personalidade, as circunstâncias e as conseqüências *excederam a previsibilidade*, como atestação, contribui para a produção de um efeito de sentido de verdade incontestável. O discurso constrói esse efeito de verdade a partir da sua enunciação. A partir do excerto citado em (21) temos que a *culpabilidade*, a *personalidade* excedem a previsão legal, oferecendo como leitura lógica (a partir do acarretamento) a consideração da *existência efetiva* de culpabilidade e personalidade que excedem a previsibilidade típica (do tipo penal).

No exemplo transcrito em (23) o termo *demonstram a presença* não dá ao co-enunciador nenhuma margem para discussão a respeito da verdade, atribuindo-se, portanto, efeito de sentido de verdade aos fatos ali narrados, porque as *circunstâncias do crime* são constituídas pelo elemento de *frieza emocional e insensibilidade acentuada*. Trata-se da descrição do *ser* – da dimensão do *ser* –, *é assim*, diz o sujeito do discurso. As circunstâncias, segundo o sujeito do discurso – por si mesmas – demonstram frieza emocional e insensibilidade acentuada, afastando um olhar subjetivo que valora as referidas circunstâncias como frias ou insensíveis. É como se houvesse uma demonstração a priori, dada pelas circunstâncias, independentemente da avaliação subjetiva de cada sujeito que acessa os fatos. É uma estratégia de criação de efeito de sentido de verdade, que torna incontestável a avaliação do sujeito do discurso.

O efeito de verdade pela neutralização e universalização é exemplificado em (24), em que vemos o afastamento do sujeito do discurso para constatar uma situação de fato – *ostentar a qualidade jurídica de genitor*, e aliada a essa neutralidade, a universalização se dá também, porque *sempre* que houver a

ostentação de qualidade jurídica de genitor, haverá por consequência a majoração da pena, obedecendo ao esquema de que sempre que A então B (se é progenitor, então majora-se a pena). Não se trata de uma qualificação deste caso em concreto, mas de uma qualificação universal. O fato incontestado de ser pai (ostentar a qualidade jurídica de progenitor) implica na maior reprovabilidade da conduta do agente, sempre, universalmente.

Abaixo, no trecho (25) a atestação da *falta de lisura*, e se não bastasse mero julgamento peremptório nesse sentido, o sujeito ainda reforça essa ideia com a justificação: pelas demonstrações de que os réus fariam de tudo para frustrar aplicação da lei, referindo-se à defesa por erro formal formulada pela defesa. Com efeito, apegar-se a formalismos é também da natureza da prática jurídica, que observa rigidamente as formas postuladas sem haver nisso demérito³¹, contudo, o sujeito do discurso desqualifica esta estratégia de defesa – *mero formalismo* – construindo sua verdade discursiva:

(25) Ademais, a falta de lisura no comportamento adotado pelos réus durante o transcorrer da presente ação penal, demonstrando que fariam tudo para tentar, de forma deliberada, frustrar a futura aplicação da lei penal, posto que após terem fornecido material sanguíneo para perícia no início da apuração policial e inclusive confessado este fato em razões de recurso em sentido estrito, apegaram-se a um mero formalismo, consistente na falta de assinatura do respectivo termo de coleta, para passarem a negar, de forma veemente (linhas 284 a 288)

Como vimos em (25), o discurso jurídico, como discurso constituinte, conforme afirma Maingueneau (2008:54), constitui-se como uma discursividade que não apenas goza de, mas exercita um poder.

São falas que pretendem preponderar, a partir da sua ligação com uma fonte legitimadora, externa a ele, porque “só um discurso que *se constitui* tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel *constituente*” (grifos no original, MAINGUENEAU, 2008:39).

³¹ Aliás, é essa uma prática da universalização.

iii. Do direito

2. DISCURSO E GÊNERO

2.1 Uma concepção de discurso

Destacaremos brevemente nesta seção a concepção de discurso que pauta as discussões aqui propostas, com o fim único de restringir teoricamente o a luz que ilumina o nosso caminho. Ao longo trabalho, contudo, esse será sempre um tema presente e recuperado, e por isso, aqui, as anotações são breves.

Cumpramos esclarecer, conforme já ficou evidenciado pelo desenvolvimento até aqui exposto, que aderimos ao posicionamento de Pêcheux, enunciado por Possenti (2009b:16) a respeito da noção de discurso, pelo qual o discurso é um efeito de sentido, “uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua” e o mesmo autor continua, citando Kress, “o discurso emerge *no* e *através* do texto” (grifos nossos).

O discurso não é, portanto, apenas um conjunto de textos, mas uma prática discursiva, cuja dispersão de textos permite definir “como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008b: 15) a partir do modo de inscrição histórica. Tratar do discurso jurídico, neste sentido, não restringe o olhar a um ou outro exemplar do tipo, mas pensar nas práticas discursivas que comungam de uma regularidade espacial, ou seja, que são realizadas dentro do espaço jurídico/judicial. Ao tratarmos da sentença judicial condenatória do caso Nardoni, consideramos sua inserção numa ordem discursiva, tratando-a como um exemplar desta prática discursiva.

E justamente por essa concepção de discurso que entendemos autorizado pensar, como propõe Bourdieu (1996:53), que “os discursos não são apenas (...) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também *signos de riqueza* a serem avaliados, apreciados, e *signos de autoridade* a serem acreditados e obedecidos³²”, trata-se de uma “busca muitas vezes inconsciente, do lucro

³² Remetemos também à discussão acerca da legitimidade, já empreendida nesse estudo, e aqui referida por Bourdieu.

simbólico”, já que se trata de um espaço de manifestação ideológica dissimulada por uma ideia equivocada de transparência da língua.

Para Pêcheux (1997:99), o discursivo materializa “todo conteúdo de pensamento existe na linguagem”, e falar em conteúdo do pensamento remete ao interdiscurso, ao já-dito que precede o discurso. Mas o conteúdo ou a natureza do discurso observa uma regularidade de possibilidades de existência, porque como bem aponta Maingueneau (2008b:20), o discurso é menos “um conjunto de textos efetivos do que (...) um conjunto virtual, o dos enunciados que podem ser produzidos de acordo com as restrições da formação discursiva”.

A AD empresta de Foucault (2010) a noção de formação discursiva (FD) que aparece, como um sistema de formação com regulamentação restritiva das possibilidades virtuais de existência de um dado enunciado em dadas condições. Foucault (2010:132) especializa, ou, reparte os grupos de discurso em conjuntos conforme estes se apóem na mesma FD, afirmando que se trata de um “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação” e exemplifica: “é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico” (FOUCAULT, 2010: 122) e do discurso jurídico.

Isso nos interessa na medida em que:

A AD tenta fornecer um conjunto de fatores a partir dos quais o número de leituras possíveis se restringe: o pertencimento de um enunciado (ou palavra) a uma FD limita as interpretações possíveis do enunciado (e da palavra); o pertencimento de um enunciado (ou de uma palavra) a um gênero e não a outro configura-se, por sua vez como um limite para sua interpretação (POSSENTI, 2009c:13).

O discurso jurídico apresenta uma mesma escolha temática, tipo de enunciação, conceitos evocados, relações próprias entre objetos, de tal forma que nele se verifica uma regularidade de formação, o que nos faz afirmar - por convenção - que está apostado sobre uma mesma formação discursiva (FOUCAULT, 2010:43). É uma espécie de especialização dos discursos, de repartição em feixes pelo critério das regras de formação. Uma lei que dita o aparecimento e o lugar de um objeto de discurso (FOUCAULT, 2010:50).

O discurso, aquele a que sempre nos referimos neste trabalho, é, por consequência do empréstimo da noção de FD foucaultiana, uma manifestação regulada por leis de relação entre os objetos nos processos temporais, que dialogam (dependem) com as condições de existência. Não se concebe discurso e prática discursiva sem que se admita, ainda, a relação entre discursos e práticas discursivas.

Passemos, pois, à discussão pertinente ao gênero.

2.2 Um sentido dado pelo gênero

Para tratar do gênero as noções da cena da enunciação propostas por Maingueneau (1997, 2001) são de grande importância, porque dela decorrem algumas conclusões. Para esse autor não se trata - importante ressaltar – de mera taxonomia (completamente irrelevante para a AD), mas de observações com consequências para a própria análise, que, em certa medida, já constituem a análise, porque “a explicação das condições genéricas, de suas cenografias não representa uma finalidade para a AD”. Isto importa apenas na medida analítica de que “recorrer, preferentemente a estes gêneros e não a outros é tão constitutivo da forma discursiva quanto do ‘conteúdo’” (MAINGUENEAU, 1997: 38/9).

Maingueneau apresenta as noções de três aspectos da cena que se complementam, a saber: cena englobante, que diz respeito ao tipo de discurso, conceito amplo que opõe, por exemplo, o discurso acadêmico ao discurso jurídico; a cena genérica, que diz respeito ao gênero textual, neste caso a sentença judicial; e a cenografia, que dá conta do efetivo momento da enunciação, que é por um lado formada pelo próprio discurso e, por outro, forma o discurso – uma via de mão dupla de legitimação.

A partir da proposta de Maingueneau e para os fins deste estudo, a classificação se dá da seguinte forma: a cena englobante é o discurso jurídico/institucional; a cena genérica é dada pelo gênero: a sentença judicial condenatória proferida no Tribunal do Júri, especificamente a sentença condenatória do casal Nardoni; e, observando-se ainda os detalhes da cenografia que auxiliam na

produção de efeitos de sentido, legitimando o discurso por meio de uma conjugação entre uma *déixis* discursiva e uma *dêixis* fundadora.

No que tange à cena englobante importa destacar que o discurso institucional pressupõe uma instituição enunciadora, cuja função se dê pelo sujeito enunciador. A instituição é o Poder Judiciário, fonte legítima do discurso punitivo; o sujeito enunciador é um juiz de direito, detentor da voz do poder institucional de punir. Tal posição não é ignorada pela ideologia e pelo inconsciente, e, além disso, deve observar (e obedecer) regras dadas historicamente³³.

O discurso jurídico tem características peculiares e próprias, que o separa de outros tipos de discurso, já que se dá dentro de um campo específico de atuação acadêmico-profissional. Uma de suas características marcadas historicamente é a sua construção baseada em certo formalismo e formalidade, fazendo uso de vocabulário técnico e jargões, preferencialmente optando pelo uso da norma padrão. Destaque-se também que, em decorrência do uso excessivo de jargões e um vocabulário técnico específico, dirige-se preferencialmente aos pares do enunciador (juízes, advogados, bacharéis), que operam também a partir desse registro, detêm o conhecimento acadêmico formal que permite o acesso ao conteúdo do discurso. Além disso, em geral, cada exemplar de manifestação do discurso jurídico tem uma estrutura básica dada por lei e, assim, com pouca margem para o uso de recursos criativos e artísticos³⁴. Com isso queremos dizer que o gênero petição terá uma forma prescrita em lei; o gênero sentença também seguirá um modelo dado em lei; o despacho judicial deverá cumprir requisitos legais, e assim sucessivamente. A cada gênero equivale uma forma previamente conhecida pelos usuários/operadores.

A *sentença judicial* (gênero), além de comungar de todas essas características do discurso jurídico, especifica-se na medida em que é, salvo raríssimas exceções, escrita (necessariamente por um magistrado – dado este de extrema relevância para a constituição da legitimidade da fala) e tem conteúdo vereditório, ou seja, por um lado tem a qualidade de resolver uma questão proposta – dar uma decisão, um veredito; por outro lado, é fundamental que esta decisão

³³ Remetemos à ideia de ritual já tratada, segundo a qual o discurso se legitima.

³⁴ Pode ser controverso assumir, sem nenhuma relativização que não haja margem para recursos criativos ou artísticos. O que pretendemos com isso é passar ao largo da discussão a respeito da instrumentalidade das formas e generalizar, por economia, eis que não se trata do objeto específico dos nossos interesses.

produza um efeito de sentido de verdade, que, dentro da ritualística, lhe conferirá legitimidade.

Produzir este discurso de verdade é da natureza do discurso judicial, que tem como escopo o exercício de um poder de fazer justiça³⁵. No caso do direito penal, o exercício do poder de fazer justiça se materializa com o monopólio da punição. E o exercício do poder pressupõe a construção da verdade discursiva, legitimada pela instituição, por quem fala e pelo lugar de onde fala. Um círculo necessário para o poder. Bourdieu (1989: 14), afirma que

o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver, de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, poder quase mágico que permite o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989:14).

Para Foucault (1979), o poder só existe no âmbito da ação, é necessariamente um exercício, e aqui o vemos como um exercício discursivo, um construto do discurso. E este exercício, ainda para Foucault, é sempre um exercício de força, um esforço repressivo. Relativamente ao objeto do nosso estudo, vemos o exercício de uma força repressiva quanto a uma conduta reprovável, como temos em (26), expressamente relacionado à reprimenda pela conduta reprovável; e em (27) o intuito de reprimir a reiteração da prática criminosa – e não apenas pelos réus em julgamento, mas também, de forma emblemática, criando-se um quadro de demonstração de força do estado, para que se fixe o exemplo. É o condão pedagógico, exemplar. Vejamos:

(26) exigindo assim a exasperação de suas reprimendas nesta primeira fase de fixação da pena. (linhas 42/3)

(27) já que evitar a reiteração criminosa constitui apenas um dos aspectos desta espécie de custódia cautelar. (linhas 176/7)

(28) suficiente para a manutenção de decreto de prisão preventiva. (linha 179)

(29) A prevenção ao crime exige que a comunidade respeite a lei e a Justiça, delitos havendo, tal como o imputado aos pacientes, cuja gravidade concreta gera abalo tão profundo naquele sentimento, que para o restabelecimento da confiança no império da lei e da Justiça exige uma imediata reação. (Citado pelo sujeito do discurso do voto do “Nobre Desembargador Caio Eduardo Canguçu de Almeida” em dado Habeas Corpus, nas linhas 227 a 230)

³⁵ Trata-se do virtual objetivo do Direito – *fazer justiça* -, ou *distribuir justiça*, conforme a corrente.

Em (28) vemos a materialidade do exercício do poder, como quer Foucault, com o *decreto* da prisão. Decretar a prisão é o próprio exercício do poder de punir, é a própria repressão em corpo; e é um exercício e um poder absolutamente restrito: a quem cabe decretar algo? A quem cabe decretar prisão³⁶? O lugar neste caso ganha evidência na construção da verdade discursiva, pois cabe única e exclusivamente ao Estado o monopólio de decretos neste sentido. Se um do povo, um membro do Conselho de Sentença levanta-se no plenário e diz que decreta a prisão de alguém, o seu discurso fica esvaziado de verdade, e, por conta disso, não produz efeitos no mundo, não é um discurso eficaz.

Em (29) temos um excerto de citação. O sujeito do discurso recorre a outro enunciador para tecer o seu discurso, e qualifica este enunciador como *nobre*, já que os valores ali destacados são também da ordem da nobreza, e com um deslizamento rápido, da ordem do Príncipe³⁷, do Estado, ao qual o sujeito do discurso deve sua posição. A doutrinação, o exórdio, também parte deste discurso de verdade, do exercício do poder: com este caráter pedagógico o poder não se limita ao caso pontual em que se exerce, mas excede seus limites, e toca a todos como construção do exemplo. O efeito de sentido produzido, é pois, proselitista. Trata-se daquilo que Bourdieu nominou como poder simbólico, porque gera um efeito de mobilização, porque faz ver e faz crer que esta exemplar punição é mesmo exemplar – no sentido de constituir exemplo. Como se informasse a todos os jurisdicionados as consequências para o desatendimento das normas, das leis: haverá uma imediata reação.

O discurso jurídico é, em geral, pleno de citações - tanto de textos teóricos (doutrina) quanto de decisões de outros julgadores (jurisprudência), com o fim de respaldar a decisão – é mais um mecanismo de legitimação. É quase uma exigência formal do gênero que assim seja: gênero de extremadas formas rígidas, objetivando a construção desta estampa de discurso verdadeiro, constituinte.

³⁶ Remetemos às condições de felicidade dos atos de fala, das quais já tratamos, assim como à ritualística da legitimação, especialmente tratada por Foucault e Bourdieu.

³⁷ Referência ao clássico de Maquiavel, *O Príncipe*, obra de fundamental importância para a noção moderna de Estado.

Podemos apontar no *corpus* a formalidade e engessamento³⁸ próprio do gênero, conforme vemos em (30):

(30) mencionado art. 59 do Código Penal, visa também atender ao princípio da individualização da pena, o qual constitui vetor de atuação dentro da legislação penal brasileira, na lição sempre lúcida do professor e magistrado Guilherme de Souza Nucci. (linhas 72 a 75).

A sentença condenatória é resultante necessária de uma série de outras produções discursivas: desde a investigação policial, à primeira intervenção do Ministério Público, da aceitação da denúncia por um magistrado, às teses de acusação e defesa, para então, após a deliberação dos jurados, o construto discursivo que dialogue necessariamente com estes outros discursos materializados em textos. Trata-se de um arquétipo de discurso posto sobre o processo de tese, antítese e síntese, de uma natureza constitutivamente dialógica, e de um dialogismo profundo, composto por várias camadas e cujos limites de produção não são absolutamente liberados, mas há regras de materialização, como vemos em (29) quando da expressa menção da fundamentação jurídica.

Ao definir o sistema de gêneros em que operam as pessoas em determinada atividade, por consequência identifica-se “também um *frame* que organiza o seu trabalho, sua atenção, suas realizações” (BAZERMAN, 2005: 33), de modo que ao identificar o gênero *sentença condenatória proferida em Tribunal do Júri*, identifica-se de saída todo o período pré-processual, processual, de debates orais em tribunal, da atuação do Conselho de Sentença, que culmina na condenação da prática de determinada conduta.

E mais, o júri na configuração em que hoje se apresenta tem a função de “auferir o juízo de reprovabilidade social com relação à determinada conduta (...) sempre em busca de atingir o supremo interesse do corpo social” porque o desejo de justiça não é aquele, necessariamente do estabelecido nos termos legais, e portanto, se estivermos diante deste gênero, estamos diante de um *frame* da atividade social, que dá conta dos níveis de reprovação social a dada conduta. (EL TASSE, 2006: 23 a 28). Daí a complexidade deste gênero e a importância da sua definição, porque ao delimitar/identificar o gênero – e declará-lo “você adota um estado mental, fixa suas expectativas, planeja de acordo com esses elementos e

³⁸ Ressalvamos também os caracteres que dizem respeito ao estilo, que marcam autoria. Não nos deteremos em estilo ou autoria, conduzindo nossa discussão para as questões generalizantes.

começa a agir com essa orientação” (BAZERMAN, 2005:102), passando a produzir significado a partir da identificação do gênero. Inicia-se, portanto, a construção dos efeitos de sentido.

A cenografia por um lado propicia a enunciação do discurso, por outro possibilita esta enunciação. Esta natureza dupla da cenografia discursiva – de possibilitar no sentido de tornar possível, e propiciar no sentido de estimular – caminha ao lado de outra natureza dúplice da cena discursiva. Esta segunda diz respeito a sua fonte e resultado, já que a cena e toda a cenografia discursiva são simultaneamente fontes do discurso, e produto que ele engendra, ou seja, concomitantemente à enunciação a própria cena discursiva vai sendo moldada, de acordo com o discurso enunciado, num processo de enunciação e legitimação com implicações duplamente validadas pelos mecanismos da *dêixis*.

Para Maingueneau (1997:41) “o que chamamos de *dêixis* discursiva possui a mesma função [definir coordenadas espaço-temporais implicadas na enunciação], mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação”, constrói-se, por consequência, como o elo entre a verdade discursiva e a verdade do mundo.

Identificamos a *dêixis* fundadora – voltamos a ela - como a origem do discurso, como um fato punível criminalmente, de grande repercussão social, que de saída chama a atenção pelas características do eventual cometimento, que não é confesso e, portanto, carece da produção de provas tanto de acusação quanto de defesa – trata-se da verdade do mundo.

Esse discurso fundador, que invadiu as redes de televisão e rádio, que deu margem a inúmeras reportagens especiais e que legitimou a dissecação do caso pelos programas sensacionalistas das tardes, aparece no texto do modo como em (31), demonstrando que o eco da repercussão social tinha sido ouvido:

(31) e a repercussão que o delito causou no meio social. (linha 173)

O discurso engendrado, ou seja, a *dêixis* discursiva, a marca deste discurso fundador no discurso que se molda, aparece como na citação (32), constituindo-se como a verdade discursiva:

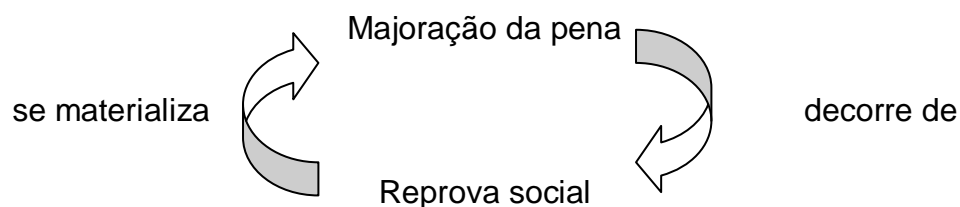
(32) fato que choca o sentimento e a sensibilidade do homem médio. (linhas 50/1)

Neste trecho o juiz lança mão do conceito jurídico de ‘homem médio’ para justificar universalizar a sensação de choque com os fatos apurados pela investigação policial e que foram todos apresentados ao longo da instrução processual – é uma estratégia retórica que se presta aos fins da universalização, da não-polemização. O uso do conceito de ‘homem médio’ que evoca um padrão de conduta imaginário, diligente e razoável, que desempenha um papel ideal, desempenha neste discurso também um ponto de fuga ideal, para onde escapa o enunciador, completando a conjugação entre o discurso fundador e o engendrado.

Então, ao mesmo tempo em que o discurso justifica a tomada de determinada direção decisória, ele também reafirma, reproduz e renova o sentimento que o motivou. É, portanto, a perfeita realização de uma conjugação.

(33) [a majoração da pena] como forma de reprovação social à altura que o crime e os autores do fato merecem. (linhas 43/4)

Em (33) vemos que a majoração da pena é por um lado necessária como demonstração de reprova social e, por outro, a própria reprova social materializada.



Outro bom exemplo da conjugação entre o *corpus* discursivo e a legitimação do momento da enunciação se dá como em (34):

(34) a manutenção da prisão processual dos acusados, na visão deste julgador, mostra-se realmente necessária para garantia da ordem pública, objetivando acautelar a credibilidade da Justiça em razão da gravidade do crime, da culpabilidade, da intensidade do dolo com que o crime de homicídio foi praticado por eles e a repercussão que o delito causou no meio social, uma vez que a prisão preventiva não tem como único e exclusivo objetivo prevenir a prática de novos crimes por parte dos agentes, como exaustivamente tem sido ressaltado pela doutrina pátria, já que evitar a reiteração criminosa constitui apenas um dos aspectos desta espécie de custódia cautelar. (linhas 169/173)

A prisão se dá (e é mantida) em observância à lei que prevê que pela comoção social, pela manutenção da ordem e para proteção da credibilidade da Justiça deva o acusado manter-se encarcerado; mas, por outro lado, grande parte da comoção social se deve justamente à prisão de um pai, acusado da morte de sua filha.

Quanto a isso, bem aponta Bourdieu (2007:224) que outros elementos que não a letra seca da lei são postos em jogo para a produção do veredito, como no trecho acima vemos a comoção social, a credibilidade da justiça, são fundamentos que se materializam na *referenciação* discursiva, porque:

de fato, a interpretação da lei nunca é ato solitário de um magistrado ocupado em fundamentar na razão jurídica uma decisão mais ou menos estranha, pelo menos na sua gênese, à razão do direito, e que agiria como hermeneuta preocupado em produzir uma aplicação fiel da regra (...) ou que atuaria como lógico agarrado ao rigor dedutivo (...). Com efeito, o conteúdo prático da lei que se revela no veredito é o resultado de uma luta simbólica (BOURDIEU 2007:224)

2.3 Condições de produção

Conforme já dito, descrever este momento constitutivo do discurso importa na medida em que “as condições de produção caracterizam o discurso, o constituem e como tal são objeto da análise”, o que traz, na perspectiva do objeto, “a necessidade de se ver a enunciação não como desvio, mas como processo constitutivo da matéria enunciada” (ORLANDI, 2006:110). É que os contextos imediatos e mediatos do discurso produzido inscrevem-se na história, inscrevendo o discurso na história, como acontecimento, de modo que implicam um movimento de construção.

Uma consideração metodológica importante é que não haverá o interesse em tentar recuperar as intenções conscientes (e pontuações inconscientes) comunicativas do sujeito do discurso, nem os significados eventualmente visados, porquanto sabemos de antemão que escapa ao sujeito do discurso, por um efeito ideológico elementar, o domínio de sua discursividade e as formações imaginárias aí imbricadas, tudo tal como quis Pêcheux (1983 e 1997).

Na mesma linha de raciocínio, seguimos o *princípio de exterioridade* enunciado por Foucault (2009:53), que diz respeito à desnecessidade de se passar, do discurso, para seu núcleo interior e escondido suposto, para o centro de um

pensamento ou para o íntimo de uma significação que nele se manifeste, mas sim, “a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade”.

A abordagem eleita justifica-se tendo em conta que para a AD não há que se falar em intenção do sujeito em desempenhar este ou aquele papel em função dos efeitos que pretende na platéia, “do ponto de vista da AD esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1997: 46).

Então, o caminho a ser seguido na análise é do discurso às condições de produção, e não o contrário, a partir da materialidade linguística, do acontecimento enunciativo, olhado, como quer Foucault (2010), “nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal”, enquanto irrupção, (FOUCAULT, 2010:28), para “determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligadas” (FOUCAULT, 2010:31).

E a instância que admite essa irrupção (materializada no discurso objeto deste exercício reflexivo), e não outra em seu lugar, merece uma atenção que julgamos ser evidentemente necessária e, sobretudo, pertinente. Nesse sentido, ao pressupormos a concordância de que a instância do discurso diz respeito, a rigor, à sua enunciação, devemos nos ocupar de “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação”, com vistas à sua inserção na história. O discurso é, portanto, por um viés, produto da história – já que os acontecimentos o fazem emergir; e por outro viés, é capaz de gerar um fato histórico também, produzindo algo no mundo pela enunciação.

A ideia de que as condições de produção são necessárias, imprescindíveis e constitutivas do discurso, e de igual sorte necessárias, imprescindíveis e constitutivas da compreensão – decodificação – e atribuição de sentido ao discurso está, inclusive, na própria concepção de discurso de Pêcheux (poderíamos dizer o mesmo para Foucault, conforme o que dizemos acima³⁹) para quem o discurso é uma manifestação do encontro entre uma língua e dadas condições de produção

³⁹ Já que tratamos aqui das concepções de discurso de Pêcheux e Foucault, vale também mencionar a concepção entendida por Maingueneau, já que este é também um autor que subsidia este trabalho: para ele, o discurso não privilegia um ou outro aspecto linguístico – léxico, sintaxe, etc –, mas se materializa em todos eles, governando, inclusive, a seleção e organização dos gêneros. Como bem aponta Possenti (2009c: 65), para Maingueneau, “a materialização textual é absolutamente relevante, diferentemente do que ocorre nas análises foucaultinas”.

(PÊCHEUX, 2010:74). É, portanto, o fenômeno do acontecimento que se dá não apenas como uma potencialidade previsível a partir de certas combinações de elementos sobre determinadas regras da gramática (sintaxe, semântica, etc.), mas, observadas as instancias da enunciação, e a produção de sentido e de efeitos de sentido é que se pode afirmar que o discurso é um acontecimento *único* (POSSENTI, 2008: 80).

Daí porque “qualquer entidade maior que a frase constitui o discurso (desde que seja significativa...)” (POSSENTI, 2008: 133), já que articular uma sequência significativa implica a necessidade da interferência, da atuação objetiva de um sujeito, que materialize o encontro entre as condições de produção e a língua, produzindo sentido.

Para Foucault (2010:132), o que é capaz de tornar uma sequência de enunciados um discurso é a sua aposição sobre uma mesma formação discursiva⁴⁰, esclarecendo que o discurso é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. Temos aqui novamente a introdução das condições de produção como elemento constituinte de sentido, o que faz Pêcheux afirmar que a FD é a “matriz do sentido” (PECHEUX, 1997: 162).

Daí decorre que palavras, expressões ou proposições diferentes possam assumir sentidos iguais dentro de um complexo relacional, assim como as de valor literalmente equivalente podem assumir sentidos opostos. É o que Pêcheux chama de processo discursivo, designando o “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímia, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada” (PECHEUX, 1997:161).

É que

o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, como as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 1997: 76).

⁴⁰ Remetemos à breve discussão acerca da FD desenvolvida no título *Uma concepção de discurso*.

Com efeito, Maingueneau (1997), citando Bakhtin, reforça que as condições de produção não agem do exterior como uma força mecânica, mas entram no enunciado como um ‘constituente necessário à sua estrutura semântica’, são constitutivas do sentido e dos efeitos de sentido.

Daí porque Possenti (1990) afirma que sentido não é universal, não é atemporal, não é convencional, não é unívoco, não é necessariamente expresso em sua totalidade (verbalmente), mas é dado por uma série de já ditos, da memória, que estão dados nas condições de produção e na inserção do sujeito em uma FD. Os efeitos de sentido se montam a partir das condições de produção de dado discurso, dos acontecimentos que culminam naquele proferimento, de tal forma que com a alteração de apenas um elemento da cena enunciativa, os efeitos de sentido possíveis a um dado discurso são deslocados.

No caso do objeto da nossa análise, por exemplo, caso o discurso não fosse proferido por um juiz, mas por um militar no período da ditadura durante um estado de exceção, por um membro do Conselho de Sentença, os efeitos de sentido produzidos seriam diversos. Se fosse, ainda, proferido por um padre em um ritual religioso, poderíamos pensar numa metáfora, um exórdio quanto à observância às leis divinas e os castigos para os infratores; se fosse proferido por um estudante, estaríamos autorizados a pensar em uma fórmula em modo de declamação produzida para gravar a matéria antes da prova; se de uma mãe a um filho, os efeitos seriam pedagógicos; enfim, as possibilidades são infinitas dos deslocamentos do proferimento e dos sentidos decorrentes.

Nesse sentido, Bourdieu (2007:236) afirma que:

O veredicto do juiz, que resolve os conflitos ou as negociações a respeito de coisas ou de pessoas ao proclamar publicamente o que elas são na verdade, em última instância, pertence à classe dos *atos de nomeação* ou de *instituição*, diferindo assim do insulto lançado por um simples particular que, enquanto discurso privado – *idios logos* –, que só compromete o seu autor, não tem qualquer eficácia simbólica; ele representa a palavra pública, oficial, enunciada em nome de todos e perante todos (BOURDIEU, 2007:236)

Mas os efeitos de sentido que ora investigamos são exclusivos desta série de confluências – uma situação real, com as condições de produção específicas conforme demonstrado, um processo penal regular, uma condenação, e a sentença elaborada por quem de direito, sob a égide da lei, e amparado pela instituição

legítima para tanto: assim os efeitos de sentido são específicos. Porquanto, como quer Possenti (2009: 135), “o sentido é um efeito de sentido porque resulta de uma enunciação (e não, simplesmente, dos signos, das palavras, dos enunciados, ou seja, da língua). O sentido não é apenas a contraparte do significante; ele é um efeito do aparecimento do significante em condições dadas”

A seguinte passagem de Possenti (2009: 130) nos indica, contudo, que o material linguístico não pode ser ignorado em detrimento das informações da história, da cultura e das condições gerais de proferimento, porque

Se é verdade que a relação entre significante e significado não é nem de transparência (de modo que, dado o material verbal, o sentido se torna óbvio), nem de representação exata (de modo que, dada a palavra ou a expressão, tem-se acesso perfeito à ‘coisa’), nem natural (de modo que nenhum fator ‘externo’ – histórico, cultural – teria qualquer relevância), nem eterna (de modo que o tempo e da história – de uma história que não seria, só por incluir o tempo, mera cronologia – não produziria nenhum deslizamento), nem por isso se pode afirmar que não há relação alguma entre material verbal e sentido (POSSENTI, 2009: 130)

É que o discurso (e seus efeitos de sentido⁴¹) se forma a partir da imbricação de dois eixos: um vertical e diacrônico, constituído de memórias, já-ditos, ou seja, interdiscurso; e um horizontal e sincrônico, configurado pelas condições de produção no sentido de acontecimento histórico que pode ter múltiplas durações, que impacta o real e origina a emergência de enunciados. Para tal, lançaremos mão da noção de acontecimento foucaultiana, buscando traçar paralelos com o conceito de condições de produção como visto em Pêcheux.

2.3.1 Das condições de produção imediatas

Em 29 de março de 2008 Isabella Nardoni, 5 anos de idade, foi encontrada ferida no jardim do edifício em que seu pai morava, foi socorrida por bombeiros, mas

⁴¹ Sentido é um efeito de sentido: ou seja, não se admite na AD que a cada forma corresponda um sentido. O sentido é um efeito da enunciação, é a ocorrência de material verbal em condições de produção definidas, atravessadas pelo já dito, e postas sobre uma dada formação discursiva. (PECHEUX, 1997).

faleceu ainda a caminho do hospital. A menina passara o dia de visitas com o pai, Alexandre, e a madrasta Ana Carolina e os meio-irmãos, filhos do casal.

Num primeiro momento, o pai afirmou que fora vítima de um assalto e que sua filha teria sido jogada pela janela pelos bandidos, que aproveitaram o fato de a menina estar sozinha para agredi-la, cortar a tela de proteção da janela e jogá-la, ao tempo em que ele descia à garagem do prédio para buscar seus outros filhos, que dormiam no carro. Seguiu-se intensa investigação policial que constatou que a tela teria sido cortada com uma tesoura da cozinha, o que seria uma evidência de que aquele que a cortou teve tempo suficiente para buscar uma tesoura sabendo o lugar onde poderia encontrá-la – soubemos tudo isso pelos relatos da imprensa. Pela perícia realizada no local do crime, depreenderam-se marcas de sangue no chão do apartamento que teriam sido previamente removidas. Não houve arrombamento. Vizinhos foram ouvidos e relataram inúmeras brigas entre o casal. Nunca houve confissão.

Em 1º de abril, a Folha de São Paulo divulgou o laudo do IML apontando indícios de asfixia da menina antes da defenestração. O casal foi indiciado pela polícia como únicos suspeitos do crime. Em 3 de abril o casal foi preso, entregando-se na delegacia cercada por profissionais da imprensa e pessoas do povo que acompanhavam as repercussões. Ambos foram soltos uma semana depois, pela concessão de um *Habeas Corpus*. Menos de uma semana depois, nova ordem de prisão, novamente cumprida voluntariamente pelo casal. E cada passo repercutia fortemente na imprensa. Essa repercussão pública é marcada na superfície do discurso da sentença condenatória, como em (35) a (38):

(35) Mas, se um e outro, isto é, se *clamor público* e necessidade da preservação da respeitabilidade de atuação jurisdicional se aliarem à certeza quanto à existência do fato criminoso e a veementes indícios de autoria. (Citado do voto de Habeas Corpus do Des. Caio Cangaçu de Almeida, linhas 215 a 217)

(36) E, por aqui, todos haverão de concordar que o delito de que se trata, por sua gravidade e característica chocante, teve *incomum repercussão, causou intensa indignação e gerou na população incontável e ansiosa expectativa* de uma justa contraprestação jurisdicional. (linhas 223 a 227)

(37) merece tratamento severo, não fora o próprio exemplo ao mais da sociedade. (linhas 248 a 249)

(38) posto que, como *noticiado*, o apartamento onde os fatos ocorreram foi adquirido pelo pai de Alexandre. (linhas 252/3)

O conteúdo semântico (informacional) do texto em (35) permaneceria o mesmo caso o sujeito do discurso optasse por uma forma como: *[o delito] teve repercussão, causou indignação e gerou expectativa de justa contraprestação jurisdicional*. Contudo, o sujeito do discurso refere-se à repercussão social do crime, optando por expressões cujo efeito de sentido reforça ainda mais a ideia originária de repercussão: *incomum + repercussão*. Trata-se de uma repercussão maior do que a ordinária, mais intensa, mais profunda. Do mesmo modo operam as demais combinações: *intensa + indignação*; (*incontrolável + ansiosa*) expectativa de justiça. Desta última, destacamos ainda que a opção por *incontrolável* pode gerar um efeito de sentido que remete à turba ensandecida, quase como que uma sanha justiceira que extrapola a função da Justiça, que não deve se prestar a vingar a moral social.

Em (38), vemos a expressão *noticiado*, sem o esclarecimento dos meios de tal notícia: trata-se de notícia nos autos⁴² ou de notícia que se teve por outros meios, extraprocessualmente? Tal dúvida apenas se coloca na medida em que, independente da notícia nos autos de tal informação, a repercussão foi tamanha que foi também noticiado por meios de comunicação de massas, não sendo apenas um dado de ordem processual, mas uma informação corrente, dada pelo prévio julgamento das TVs. Vemos, por exemplo, a informação a respeito de um presente dado pelo pai ao filho Alexandre, facilmente disponível, como nesse trecho da matéria intitulada “A morte inaceitável de Isabela”, veiculada pela revista IstoÉ (2008): “O apartamento novo, de 82 m2 e três quartos, no valor de R\$ 280 mil, havia sido comprado para Alexandre pelo pai, Antônio Nardoni, que adquiriu o imóvel vizinho para outra filha”. Na revista VEJA (2008), matéria sob o título “Frios e dissimulados”, também consta a informação, com a evidente insinuação de que o Nardoni filho gozava de privilégios junto ao pai: “O apartamento na Zona Norte de São Paulo em que Nardoni morava com a mulher e os dois filhos – com três quartos, piscina, sauna, quadra poliesportiva e sala de ginástica, avaliado em 250.000 reais – também foi presente de Antonio Nardoni”.

Poderíamos pensar que o sujeito do discurso remete-se a um *já-dito*, presente em seu cabedal de conhecimento, mas sem a referência direta da informação. Seria

⁴² Jargão típico do discurso jurídico: *noticiado nos autos*, equivalendo a informado por qualquer das partes.

a presentificação de um interdiscurso, surgindo como uma memória⁴³ da qual o sujeito não se dá conta, mas que compõe os discursos de julgamento do casal.

Desde as primeiras suspeitas de que poderia ter sido o pai o carrasco da filha, ele teve sua vida dissecada por programas de televisão em busca de mais detalhes ou de justificativas para o monstro em que o rapaz de boa família parecia ter se tornado. E a ocorrência um crime de tal natureza no seio de uma “boa família” não passa despercebido pelo sujeito do discurso. A violência, em tese, não circula nesses meios – o lugar da violência é outro, e é justamente essa avaliação que transparece nos seguintes excertos:

(39) além do fato de Alexandre, como provedor da família, possuir profissão definida e emprego fixo, como ainda pelo fato de nenhum deles ostentarem outros antecedentes criminais e terem se apresentado espontaneamente à Autoridade Policial. (linhas 254 a 257)

(40) pelo fato de envolver membros de uma mesma família de boa condição social. (linhas 192)

(41) [fixação de pena de multa] uma vez que os réus demonstraram, durante o transcurso da presente ação penal, possuírem um padrão de vida compatível com o patamar aqui fixado. (linhas 123/5)

O fato é que houve o oferecimento da denúncia pelo MP, acatada pelo juízo e, após a instrução processual, houve a pronúncia⁴⁴ em 2010 sendo ambos levados a júri popular. O primeiro dia do julgamento foi em 22 de março desse mesmo ano, e, após cinco dias de debates no plenário, o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri deu seu veredito: **culpados por homicídio triplamente qualificado e fraude processual, sem direito de recorrer em liberdade**. Ele foi apenado em 31 anos, 1 mês e 10 dias de prisão, e ela, em 26 anos e 8 meses.

Tal relato só faz sentido para fins de documentação, porque o destaque que este episódio ganhou foi de tamanha expressividade⁴⁵ que é pouco provável que haja um brasileiro (residente no Brasil à época do ocorrido) que não se recorde vivamente dos fatos e de seus desdobramentos. Mas as informações ora relatadas

⁴³ Para Pêcheux (1983:50) a memória deve ser lida como os entrecruzamentos da “memória mítica, da memória social, inscrita em práticas” e não limitada a uma memória pessoal, individual.

⁴⁴ O termo *pronúncia* será retomado em momento mais oportuno. Cumpre apenas dizer que diz respeito ao encaminhamento da ação penal para o Tribunal do Júri.

⁴⁵ Além da inesgotável cobertura midiática no Brasil, a BBC de Londres e o *Le Monde* da França deram a cobertura do caso com bastante destaque.

são de fundamental importância para a análise, pois o discurso é inseparável do contexto social (MAINGUENEAU, 2008), é constituído por ele, e só produz sentido mediante este confronto.

Viram-se manifestações populares bastante contundentes, aglomerações unidas por gritos de guerra em frente à delegacia, em frente ao local do crime, ou nas imediações da casa dos pais dos pretensos assassinos, sempre acompanhados por emissoras de rádio e TV que exerceram naquela ocasião, como bem aponta Bourdieu (1997:22) a respeito dos mecanismos televisivos, uma “forma particularmente perniciosa de violência simbólica⁴⁶”. E vemos que os efeitos funestos da interferência e da influência dos meios televisivos não toca apenas aos criminosos, mas também a outros envolvidos. Pelo menos assim entende o sujeito do discurso, aqui sob análise, que tributa um sofrimento intensificado à mãe da vítima pelo imenso assédio a que fora submetida ao longo de todo o processamento do crime.

(42) por ainda se encontrar, dois anos após os fatos, em situação aguda de estresse (F43.0 – CID 10), face ao monstruoso assédio a que a mesma foi obrigada a ser submetida como decorrência das condutas ilícitas praticadas pelos réus, o que é de conhecimento de todos. (linhas 64/8)

Em nome da “justiça”, os anônimos reunidos em bandos gritavam improperios, as televisões transmitiam incansavelmente, fomentando o *animus* da vingança. A esse respeito, Freud (1921), afirma que “num grupo, o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem arrojá-lo de si as repressões de seus impulsos instintuais inconscientes”, de modo que as manifestações coletivas são mais calorosas, dando espaço a tudo o que em geral fica na condição de mera predisposição maligna, e segue dizendo que os sentimentos de grupo são sempre “muito exagerados” (FREUD, 1921). O espetáculo bizarro só se deu por finalizado, quando da condenação dos acusados pelo Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, condenação esta que ganhou materialidade pela sentença objeto da nossa análise.

(43) tal situação *teria* gerado *revolta* à população não apenas desta Capital, mas de todo o país, que envolveu diversas manifestações coletivas, como *fartamente* divulgado pela mídia. (linhas 193/4)

⁴⁶ Isto porque, para este autor, a “televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população” (BOURDIEU, 1997:23).

A forma *teria gerado* expressa em (43), em oposição a *gerou*, relativiza a relação de causalidade na certeza da informação. O efeito de sentido possível aponta na direção de plantar uma dúvida sobre a motivação da revolta. Teria sido o crime? Ou ainda houve crime? Pela razão de não ser um crime confesso, e, em que pese – pelos indicativos do discurso – tenham sido produzidas provas suficientes de autoria, há, inegavelmente, um desconforto na imputação cabal da prática criminosa aos agentes. Tanto é assim que o sujeito opta por atenuar certas marcas, evitando a afirmação simples e direta de que os réus tenham cometido o crime. Vemos o deslizamento desta atenuação, também para os efeitos do crime – como a revolta da população: o crime teria gerado revolta à população.

O sentido de *teria gerado* constrói uma delicada película de proteção duvidosa sobre o que de fato gerou a revolta, deslizando para a própria autoria do crime.

A punição é o desfecho da trama. Declarar os réus ‘culpados’ (o que se dá pela enunciação) dá “o suporte do exemplo”, como afirma Foucault (1987:91), porque pela enunciação da fórmula “lancem-se os nomes dos réus no livro Rol dos Culpados” (linha 329 da sentença, Anexo II) dá-se “a lição, o discurso, o sinal decifrável, a encenação e a exposição da moralidade pública” (FOUCAULT, 1987:91), na medida em que condenar os réus pelas condutas que pretensamente tiveram, revela a ritualística significante nesta sociedade. Expõe os valores, o nível de tolerância, as reprovabilidades. Com a condenação estão todos vingados, e o cumprimento da pena sai da cena pública para o ambiente privado das prisões, momento em que “o isolamento assegura o encontro do detento a sós com o poder que se exerce sobre ele” (FOUCAULT, 1987: 200), momento em que este corpo social se impõe sobre o criminoso e o exercício do poder estatal ganha realidade.

A condenação pública de criminosos parece ser algo que desde sempre chama a atenção da moral coletiva. Para Foucault (1987: 76)

a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. (...) pois o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um ‘monstro’. Sobre ele, como não teria a sociedade um direito absoluto? (FOUCAULT, 1987: 76)

É a retribuição do Estado ao descumprimento do contrato social.

Concretamente, no caso em tela, vemos a condenação judicial dos acusados como confirmação da prévia condenação pública que se deu. Durante as investigações e o processamento da ação penal, houve uma pré-condenação dos acusados, afastados que foram do estado de inocência⁴⁷ que vige pelo modelo do Estado Democrático de Direito. As paixões e o espírito de vingança preponderaram nas manifestações acerca do tema, pela própria natureza da mente grupal, que para Freud (1921) caracteriza-se pela “exaltação ou intensificação de emoções”, apresentando “emoções rudes e os sentimentos menos refinados”.

Tal situação foi amplamente divulgada e debatida, em campos bastante diversos, como, por exemplo, pela abordagem psicológica do comportamento do casal: educadores comentando as dificuldades da educação, psiquiatras apontando esta ou aquela patologia em ambos os pretensos autores ou psicanalistas discutindo um típico exemplo de ‘complexo de Medéia’. Mas o foco do nosso interesse cinge-se ao discurso jurídico sobre o tema, especificamente aquele proferido quando da condenação, pela sentença.

Isso porque, é no discurso que se manifestarão a produção e o exercício da autoridade jurídica, “forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física” (BOURDIEU, 2007:211), e, na sequência, ainda explica o mesmo autor que:

As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas (BOURDIEU, 2007:211)

2.3.2 Das condições de produção remotas

⁴⁷ Optamos pelo uso *do estado de inocência* em detrimento da fórmula *presunção de inocência* por entendermos que a primeira expressão, à luz da Constituição, oferece maior precisão por tratar-se de um *estado* que só se altera com a condenação penal irrecorrível, ao passo que a segunda ficou marcada pela máxima ‘até que se prove o contrário’.

Para que alguns dos elementos constitutivos da sentença em análise façam sentido, é importante que possamos compreender sua origem e sua finalidade. Sem o compromisso de nos determos longamente nesse tópico, emprestamos de Beccaria (1974:13) os questionamentos que orientarão essas breves reflexões:

qual a origem das penas, e em que se funda o direito de punir? (...) quais os meios mais apropriados para prevenir os delitos? As mesmas penas serão, igualmente úteis em todas as épocas? Qual a influência que exercem sobre os costumes? (BECCARIA, 1974:13)

Uma das vertentes teóricas⁴⁸ que explicam o delito e a pena é a decorrente do contrato social proposto por Rousseau⁴⁹, segundo o qual os homens (naturalmente bons) associam-se para criar um sociedade, pactuando que todos abrem mão de parte de suas liberdades individuais com o fim de outorgar poder a um ente capaz de geri-los, tudo em nome da ordem dessa/nessa sociedade, do *bem comum*⁵⁰.

Nesse contexto, o indivíduo se abstém de matar alguém para que, na abstenção de todos, não seja morto. Deixa de fazer parte daquilo aquilo que deseja, para que, em todos o fazendo, haja a construção de uma sociedade política cujo objetivo é o bem comum - “o preceito segundo o qual ‘não se deve matar’ deriva como uma conclusão do princípio que nos intima a ‘não fazer o mal’” (ISRAËL, 2009:24). A soma dessas pequenas partes de liberdade cedidas pelos indivíduos é o que compõe o acervo do poder soberano.

Afirma Beccaria (1974: 15) que

⁴⁸ Para os fins deste trabalho será suficiente tratarmos do tema a partir da perspectiva proposta por Rousseau, não ignorando, contudo, outras correntes diversas, como a enunciada por Hobbes e Locke, por exemplo. Para o primeiro, a origem da vida em sociedade decorre da necessidade de que se façam cessar as guerras, as disputas pelos bens escassos. Assim, para que a paz seja possível, é necessário que todos se submetam à vontade de um soberano (o Leviatã). Já para Locke os direitos naturais são inatos – ou seja, nascemos com o direito à vida, à liberdade, à propriedade. Para defender esses direitos criaram-se os governos (que, em geral, segundo ele, excedem seus poderes e usurpam esses mesmo direitos que deveriam proteger, dando origem à guerra).

⁴⁹ Em sua obra célebre “O contrato social ou princípios de direito político”, publicados em 1762, considerada uma das obras fundamentais da filosofia política.

⁵⁰ Na lição de ISRAËL (2009: 6) o bem comum diz respeito ao “conjunto das condições objetivas que outorgam aos cidadãos a possibilidade de realizar os fins inseridos em sua natureza e de levar uma vida virtuosa”, numa leitura do que propôs Aristóteles. Kant, por exemplo, enuncia isso a partir da ideia de que a liberdade e o arbítrio de cada um deve se conciliar com a liberdade e o arbítrio de todos. “O bem comum coincide, num primeiro momento, como já salientara Agostinho, com a paz civil” (ISRAËL, 2009, 21).

somente a necessidade obriga os homens a ceder uma parcela de sua liberdade; disso advém que cada qual apenas concorda em por no depósito comum a menor porção possível dela, quer dizer, exatamente o necessário para empenhar os outros em mantê-lo na posse do restante (BECCARIA, 1974:15)

Para regular essas relações de cessão de liberdades é que as leis são necessárias, especialmente para proteger esses indivíduos da tendência à usurpação do poder por parte do soberano. É que a reunião de todas essas pequenas partes de liberdade é justamente o fundamento do direito/poder de punir.

Mas punir o quê? Foucault (2003:66) comentando a formação da primeira grande monarquia medieval e a constituição de um poder judiciário afirma que

uma noção absolutamente nova aparece: a infração. (...) isso significa que o dano não é somente uma ofensa de um indivíduo a outro, mas também uma ofensa de um indivíduo ao Estado, ao soberano como representante do Estado⁵¹; um ataque não ao indivíduo, mas à própria lei do Estado. Assim, na noção de crime, a velha noção de dano será substituída pela de infração. A infração não é um dano cometido por um indivíduo contra outro; é uma ofensa ou lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade, à soberania, ao soberano (FOUCAULT, 2003:66)

Irmã da noção de infração é a noção de criminoso. O objeto a que se dirige a punição é que responde: Punir quem? Foucault (2003:81) lembra que “o criminoso é o inimigo social”, numa reelaboração de Rousseau, para quem o criminoso é aquele que rompe o contrato social, tornando-se um inimigo interno. Daí decorre que aquele que mata alguém não agride apenas a vítima ou sua família, mas cada um dos indivíduos da sociedade que cederam parcela de sua liberdade conferindo a um ente o poder soberano - o Estado, o dever de lhes resguardar de tais agressões. Assim, deve o infrator sofrer uma reprimenda do Estado e não dos indivíduos singularmente, evitando-se um cenário de vingança pessoal.

Dessa maneira, a infração importa na não observância das prescrições de uma dada lei - lei natural⁵² ou lei jurídica. A infração punível pelo Estado cinge-se

⁵¹ Talvez essa seja a origem do Ministério Público, na defesa do Estado frente a uma infração, na inquirição e acusação do infrator, com o fim de assegurar a punição ao infrator, eis que não haveria um indivíduo específico que, ofendido, levaria as acusações adiante.

⁵² Para as escolas moralistas do direito o direito natural (lei natural) diz respeito a um conjunto de normas justas e corretas que devem fazer parte do direito positivo (lei jurídica). A lei natural é ideal e o direito natural entende que, por exemplo, todos nascem iguais e devem ser tratados igualmente, não havendo fundamento para a discriminação de qualquer natureza. É, pois, o fundamento natural da lei positiva que criminaliza condutas discriminatórias. Para ISRAËL (2009: 20) “o bem comum mostra-se, portanto, objeto da lei natural”.

àquela da lei jurídica. Foucault (2003: 56) bem aponta que “o procedimento penal será apenas a ritualização dessa luta entre os indivíduos”, mediada pelo Estado, em referência ao contrato social mencionado.

A diferença que se impõe é que a “falta é uma infração à lei natural, à lei religiosa, à lei moral. O crime ou a infração penal é a ruptura com a lei, lei civil explicitamente estabelecida no interior de uma sociedade pelo lado legislativo do poder político” (FOUCAULT, 2003: 80). Para que haja infração enquanto crime é necessário que haja no sistema lei anterior que preveja (prescreva) a conduta como criminosa⁵³.

A esse respeito Israël (2009: 25) afirma que embora a lei positiva decorra em alguma medida da lei natural, dela se descola, podendo constituir uma realizada arbitrária, vinculada a outros elementos constitutivos:

A lei humana torna-se, então, por si mesma, uma norma de moralidade, pela proscrição de atos indiferentes, que não são intrinsecamente maus. Nesse sentido, a lei positiva consegue criar uma obrigação que lhe é própria, não derivada da lei natural (ISRAËL, 2009:25).

A lei jurídica se pauta nas demandas de uma sociedade, relativamente ao que ela entenda que afronte o Estado (enquanto ente legitimado para gerir as liberdades individuais), e pela definição, que atente contra o conjunto de indivíduos que formam a sociedade. Aquilo que coloque em risco a segurança do contrato social.

O fato de a lei jurídica em alguma medida decorrer da lei natural significa dizer que no bojo da lei civil, da lei jurídica, subsistam ecos da moralidade da lei natural, autorizando uma aproximação do discurso jurídico-penal ao discurso religioso, que pune as faltas.

Para Tomás de Aquino, o teor da lei natural deriva de um axioma da razão prática, evidente por si só

“o bem é o que todos os seres desejam. Logo, o primeiro preceito da lei que se deve fazer é buscar o bem e evitar o mal” (...) Em primeiro lugar ‘toda substância busca a conservação de seu ser, segundo sua natureza própria [...] Em segundo lugar [...] pertence à lei natural o que a natureza ensina a todos os animais, por exemplo, a união entre macho e a fêmea, os cuidados dos filhotes [...]. Em terceiro lugar, encontramos no homem uma

⁵³ Saber que tipo de conduta é criminosa no seio de cada sociedade é direito de todos os indivíduos aderentes ao contrato social, tudo em nome da segurança jurídica do jurisdicionado, evitando-se pessoalizar a persecução penal e evitando-se conferir status de vingança. Por outro viés, limita-se o poder do Estado para que não cometa arbitrariedades, ou torne-se despótico.

atração para o bem conforme à sua natureza de ser razoável [...] assim, ele tem uma inclinação natural para conhecer a verdade sobre Deus e para viver em sociedade. Nesse sentido, pertence à lei natural [...], por exemplo, que o homem evite a ignorância ou não faça mal ao próximo com quem deve viver” (ISRAËL, 2009: 15, citando Tomás de Aquino in: *Somme théologique*, 94,2)

Corrobora-se tal ideia com o excerto extraído da sentença em (44), em que se lê que o bem maior de cada indivíduo é sua própria vida, é a manutenção do seu ser, bem este que deve ser tutelado pelo direito, e portanto, a reprimenda ao atentado contra a manutenção da vida é o que recebe o maior apenamento na sistemática jurídica positiva:

(44) Aquele que está sendo acusado, e com indícios veementes, volte-se a dizer, de tirar de uma criança, com todo um futuro pela frente, aquilo que é o maior ‘bem’ que o ser humano possui – ‘a vida’ – não pode e não deve ser tratado igualmente a tantos outros cidadãos de bem e que seguem sua linha de conduta social aceitável e tranqüila. E o Judiciário não pode ficar alheio ou ausente a esta preocupação, dê que a ele, em última instância, é que cabe a palavra e a solução. Linhas (239/44).

A lei civil positiva é tributária da lei moral e religiosa, como consequência de que a ordem do Príncipe – o Estado, durante muitos e muitos séculos também foi colada à ordem religiosa⁵⁴. A instância do transcendente sempre foi presente nas discussões dos assuntos do soberano. Daí que os mandamentos religiosos estão na base da criminalização das condutas. **Não matar e não roubar**, por exemplo, constituem ainda condutas típicas⁵⁵ para o Direito Penal, não discursivizadas como

⁵⁴ Transcrevemos um excerto da exposição de motivos das Ordenações Filipinas (Lei de 5/06/1595), que constituem a base do Direito Português, de modo que muitas de suas disposições tiveram vigência no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916, recentemente substituído pelo Código Civil de 2002, ou pelo Código Penal da década de 40, séc XX.

D. Philippe, per graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio de Etiopia, Arabia, Persia e da India. A todos nossos subditos e vasallos destes nossos Reinos e Senhorios de Portugal, saúde, etc.

Considerando Nós quão necessaria he em todo tempo a justiça, assim na paz como na guerra, para boa governança e conservação da Republica e Stado Real, a qual aos Reys convem como virtude principal, e sobre todas as outras mais excellente, e em a qual, como em verdadeiro espelho, se devem ellas sempre rever e esmerar; porque assim como a Justiça consiste em igualdade, e com justa balança dar o seu a cada hum, assim o bom Rey deve ser sempre hum e igual a todos em retribuir e premiar cada hum segundo seus merecimentos.

E assi como a Justiça he virtude, não para si mas para outrem, por aproveitar sómente áquelles á que se faz, dando-se-lhes o seu, e fazendo-os bem viver, aos bons como premios, e aos máos como temor das penas, d'onde resulta paz e assocego na Republica (porque o castigo dos máos he conservação dos bons); assi deve fazer o bom Rey, pois per Deos foi dado principalmente, nem para si nem para seu particular proveito, mas para bem governar seus Povos e aproveitar a seus subditos como a proprios filhos; e como quer que a Republica consista e se sustente em duas cousas; principalmente em as armas e em as Leis, e huma haja mister á outra; porque assi como as Leis com força das armas se mantêm, assi a arte militar com a ajuda das Leis he segura.

⁵⁵ Jargão para situações em que a conduta é descrita como criminosa – trata-se de um tipo penal, um crime.

mandamentos, mas como descrição de conduta – matar alguém, subtrair coisa móvel de outrem. Mas as heranças do discurso religioso não cessam aí – os mandamentos relativos à castidade ou à observância das regras do casamento subjazem no discurso jurídico e até pouco tempo eram também condutas típicas.

O crime de sedução foi mantido no Código Penal, por exemplo, até 2005, e criminalizava a prática sexual, ainda que consentida, com mulher virgem maior de 14 anos e menor de 18⁵⁶. É a criminalização do mandamento religioso ***não pecarás contra a castidade***.

O que queremos demonstrar é que o crime é um dado social, não existe materialmente, mas varia no tempo e no espaço, conforme a reação social.⁵⁷ Ihering (2008:52) afirma que a conservação da própria existência é a “lei suprema de todo o Universo; na busca da autopreservação, ela está em todas as criaturas” e arremata chamando a atenção para o fato de que não se trata apenas de proteção da substância, “da vida física, mas também de sua existência moral, cuja necessidade é a conservação do direito” e daí a necessidade de punição para um homicida. O atentado excede ao objeto da vida, e toca à existência moral da não preservação do direito.

Na sentença sob análise aplica-se a qualificadora ao crime de homicídio por ter sido praticado contra menor de 14 anos, conforme (45). Esse marco cronológico, arbitrário, tem a função de proteger aquele que é fisicamente menos potente, em tese, do que seu agressor. Nas ordenações Filipinas, por exemplo, é qualificadora de crime quando a vítima tivesse porte físico inferior ao ofensor, e aí que cometer crime contra uma mulher era sempre uma condição de qualificação do crime.

(45) pelo fato do crime de homicídio doloso ter sido praticado contra pessoa menor de 14 anos, daí porque majoro novamente as reprimendas (linhas 110/11)

Em (46) explicita-se a majoração da pena-base em função do fato de que o réu é genitor da vítima. O inciso II do art. 61 do Código Penal elenca o rol de circunstâncias majorantes. A alínea e, aplicada à espécie majora a reprimenda

⁵⁶ Vale citar ainda, por curiosidade, a manutenção do crime de rapto, revogado pela mesma lei 011.106/2005, que previa o seguinte: Art. 219: Raptar ***mulher honesta***, mediante violência, grave ameaça ou fraude para fins libidinosos. Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos. Mencione-se que havia diminuição de pena se o “rapto é para fim de casamento”.

⁵⁷ Daí porque, sob o rótulo de crime se reúne uma série de condutas que não tem nada em comum, exceto o fato de serem criminalizadas em dada sociedade.

quando o crime é cometido contra “ascendente, descendente, irmão ou cônjuge”. As relações familiares são protegidas por esta sociedade, que considera que seja mais grave o crime se cometido no seio da família. Podemos especular um eco do discurso religioso que orienta que seja a família o valor maior a ser protegido pelo Estado, que transforma em prescrição legal o mandamento ***honrar pai e mãe***, como vemos nos excertos (46) e (47) abaixo transcritos:

(46) Pelo fato do co-réu Alexandre ostentar a qualidade jurídica de genitor da vítima Isabella, majoro a pena aplicada anteriormente a ele em mais 1/6 (um sexto) (linhas 102/3).

(47) diante da hediondez do crime atribuído aos acusados, pelo fato de envolver membros de uma **mesma família** de boa condição social

O contrato social também vem à superfície do discurso, porque aquele que atenta contra a lei atenta contra a ordem social quando das manifestações acerca da manutenção da respeitabilidade da Justiça, ou da preservação da ordem pública. Em (48) diz respeito à prevenção da criminalidade pela observância da lei, que se dá, dentre outras coisas, pela punibilidade daqueles que atentam contra essa mesma sociedade que dita as regras, que garante a ordem pelo *império da lei e da Justiça*. Em (49) a menção à *credibilidade e respeitabilidade do Poder Judiciário* remete ao respeito ao Soberano, porque o Poder Judiciário é a estrutura pela qual o Estado cuida de sua soberania, da ordem social; assim como em (50) a citação do cuidado com os *poderes da República* como justificção da manutenção de prisão do inimigo social.

(48) A prevenção ao crime exige que a comunidade respeite a lei e a Justiça, delitos havendo, tal como o imputado aos pacientes, cuja gravidade concreta gera abalo tão profundo naquele sentimento, que para o restabelecimento da confiança no império da lei e da Justiça exige uma imediata reação. A falta dela mina essa confiança e serve de estímulo à prática de novas infrações, não sendo razoável, por isso, que acusados por crimes brutais permaneçam livres, sujeitos a uma consequência remota e incerta, como se nada tivessem feito (linhas 227 a 234).

(49) a manutenção de suas custódias cautelares se mostra necessária para a preservação da credibilidade e da respeitabilidade do Poder Judiciário, as quais ficariam extremamente abaladas caso, agora, quando já existe decisão formal condenando os acusados pela prática deste crime, conceder-lhes o benefício de liberdade provisória (linhas 199 a 203)

(50) DECRETO DE PRISÃO CAUTELAR QUE SE APÓIA NA GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO SUPOSTAMENTE PRATICADO, NA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA “CREDIBILIDADE DE UM DOS PODERES DA REPÚBLICA” (caixa alta no original, extraído de citação de jurisprudência. linhas 181 a 184)

As condições de produção do discurso – ainda que remotas, podem ser recuperadas na superfície do discurso, de modo que assim como as condições proximais, inscrevem o discurso na história e dão conta de que sociedade é esta, quais seus valores, e como suas relações se constroem.

iv – Das provas produzidas

3. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

3.1 Suzane Richthofen, casal Nardoni e Lindemberg Alves: uma comparação

Propomos uma breve comparação⁵⁸ entre a sentença em análise e as sentenças condenatórias proferidas em outros dois casos de bastante repercussão: o caso Suzane Von Richthofen⁵⁹ e o caso Lindemberg Alves Fernandes.

Para destacar o cuidado extraordinário que teve o sujeito do discurso na elaboração do *decisum* relativo aos Nardoni, trazemos, a título de comparação, alguns excertos, extraídos, das Sentenças Condenatórias da ré Suzane e dos irmãos Cravinhos, proferida em julho de 2006 e do recentíssimo caso do réu Lindemberg A. Fernandes⁶⁰,

Já dissemos que a primeira parte da sentença condenatória do casal Nardoni se ocupa de prestar o relatório, atendendo ao disposto no art. 381 do CPP. O sujeito do discurso qualifica os réus e sucintamente apresenta as razões de acusação e as teses de defesa. Das 32 linhas dispensadas pelo julgador para esta primeira etapa, identificamos que 16 delas são destinadas a tratar da acusação, explicitando os seus detalhes, duas linhas tratam da tese da defesa (negativa de autoria) e as demais tratam dos procedimentos judiciais (instrução, pronúncia, decisão do conselho de sentença).

⁵⁸ Não temos a intenção de analisar as duas outras sentenças trazidas à comparação. Nosso intuito é, com isso, destacar questões que nos interessam para a completa análise da sentença do caso Nardoni. Apenas alguns pontos serão objeto de comparação e discussão.

⁵⁹ Escolhemos tais casos por comungarem de semelhante repercussão social com o caso Nardoni. Em decorrência de tal repercussão, é suficiente dizer que a ré Suzane e os irmãos Cravinhos foram acusados, julgados e condenados pelo homicídio qualificado dos pais dela, crime orquestrado por ela e executado pelos réus, com o suporte oferecido pela Suzane. Houve confissão de todos, cerca de 8 dias após o crime.

Com relação ao réu Lindemberg A. Fernandes, é suficiente dizer que foi acusado, julgado e condenado pelo crime de homicídio qualificado de sua ex-namorada Eloá, após dias de cárcere privado cometido contra a vítima do homicídio e outras 3 pessoas. O crime foi transmitido pela televisão, desde o início do cárcere até o trágico final, em tempo real. Após, houve a confissão.

Apesar das semelhanças, portanto, há um elemento muito importante que os distingue: a confissão do crime. A certeza inequívoca do cometimento.

Para o tratamento das comparações, chamaremos caso Suzane e caso Lindemberg, por economia.

⁶⁰ Ambas as sentenças encontram-se reproduzidas na íntegra, nos Anexos III e IV, respectivamente.

Chamamos a atenção para o fato de que o sujeito do discurso opta por descrever com certa minúcia os termos da acusação, descrevendo as qualificadoras do crime, não apenas de forma genérica, mas oferecendo entre parênteses as condutas que importam na ocorrência da qualificadora, como lemos em (51):

(51) teriam praticado crime de homicídio triplamente qualificado pelo meio cruel (asfixia mecânica e sofrimento intenso), utilização de recurso que impossibilitou a defesa da ofendida (surpresa na esganadura e lançamento inconsciente pela janela) e com o objetivo de ocultar crime anteriormente cometido (esganadura e ferimentos praticados anteriormente contra a mesma vítima) contra a menina ISABELLA OLIVEIRA NARDONI (...) delito de fraude processual, ao alterarem o local do crime com o objetivo de inovarem artificialmente o estado do lugar e dos objetos ali existentes, com a finalidade de induzir a erro o juiz e os peritos (linhas 6 a 15).

É, queremos demonstrar, uma descrição minuciosa do crime, uma súmula de todas as acusações que culminaram na condenação. Nem sempre é assim. Em (52) temos trecho inicial da sentença do caso Suzane, e transcrito em (53) a primeira parte da sentença proferida no caso Lindemberg:

(52) V I S T O S.

Submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença houve por bem:

(53) Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do artigo 492, do Código de Processo Penal.

Submetido a julgamento nesta data, o Colendo Conselho de Sentença reconheceu que o réu LINDEMBERG ALVES FERNANDES praticou o crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima (vítima Eloá Cristina Pimentel da Silva), o crime de homicídio tentado qualificado pelo motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima (vítima Nayara Rodrigues da Silva), o crime de homicídio qualificado tentado (vítima Ato Antonio Valeriano), cinco crimes de cárcere privado e quatro crimes de disparo de arma de fogo.

Em (52) não há descrição, não há relatório e não há sequer a informação de que o relatório fora dispensado. Em (53) o sujeito do discurso informa a dispensa do relatório pelo permissivo do art. 492 do CPP, no entanto, informa já nesta primeira etapa, a conduta típica do agente que enseja o julgamento.

Dispensar o relatório é também dispensar uma oportunidade de apresentar o acusado e as condutas ilícitas que justificam o julgamento. Na sentença dos Nardoni, o sujeito do discurso aproveita esta primeira oportunidade para descrever o crime com algum nível de detalhamento.

No caso Lindenberg, a juíza a explicita o crime assim como as qualificadoras (*motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima*), e ao tratar dos demais crimes (*cárcere privado e disparo de arma de fogo*) apenas quantifica, enumerando (*cinco e quatro*, respectivamente), contudo sem descrever as circunstâncias ou nomear as vítimas. A descrição é econômica, tem o fim apenas de rememorar e apresentar a decisão soberana do Conselho de Sentença que *reconheceu* a prática criminosa das condutas mencionadas.

No caso da sentença lavrada no caso Suzane, a estrutura eleita pelo sujeito do discurso é diversa. Na primeira fase, apenas anuncia que *o Conselho de Sentença houve por bem* tais julgamentos, que serão apresentados posteriormente, e separados por réu, conforme veremos adiante.

Quando o sujeito do discurso informa que *o Conselho de Sentença houve por bem* cria-se um efeito de sentido de afastamento. Sua função ali é narrar as decisões havidas por outros, aplicando a lei penal apenas para a dosagem da pena. Não há descrição *a priori* das condutas. Selecionamos o que *o Conselho de Sentença houve por bem*, especialmente quanto à ré Suzane, conforme transcrito em (54) para seguirmos:

(54) Ré: SUZANE LOUISE VON RICHTHOFEN

1. Em relação à vítima Manfred Albert Von Richthofen, por unanimidade foi reconhecida a materialidade do delito e, por maioria a co-autoria do homicídio.

Por maioria de votos, negaram que a ré tivesse agido em inexigibilidade de conduta diversa, bem como, também por maioria, negaram tivesse agido sob coação moral e irresistível.

Por maioria de votos, reconheceram a qualificadora relativa ao motivo torpe e, por unanimidade reconheceram as qualificadoras do recurso que impossibilitou a defesa da vítima e do meio cruel e, ainda, por maioria, as atenuantes existentes em favor da acusada.

2. Vítima Marísia Von Richthofen: por maioria foi reconhecido a materialidade do delito de homicídio e, também por maioria reconheceram a co-autoria,(...) (suprimimos por ser cópia exata dos termos usado quanto á vítima Manfred von Richthofen, vide íntegra). (linhas 30 a 49)

Apenas no momento seguinte é que temos o trecho transcrito em (54). Observe-se que a menção das três qualificadoras reconhecidas pelo Conselho de Sentença e aplicáveis ao caso é citada após a afirmação de que o conselho de sentença reconheceu (motivo torpe, recurso que impossibilitou a defesa da vítima e meio cruel). Não há descrição da barbárie, não há menção à crueldade do crime, não há qualquer reprova moral, por serem as vítimas, pais da homicida.

Conhecemos as teses da defesa⁶¹ pela exposição feita pelo sujeito do discurso, para informar que o conselho de sentença negou *que a ré tivesse agido em inexigibilidade de conduta diversa, bem como (...), negaram tivesse agido sob coação moral e irresistível.*

Bastante evidente ficará a comparação quando buscarmos nas três decisões a análise das circunstâncias do art. 59, para a dosagem da pena. Em (55) temos trecho do caso Lindemberg (extraímos apenas o trecho inicial que já se presta a demonstrar os detalhes trazidos para a superfície do discurso), em (56) do caso Suzane (a transcrição é integral, já que breve) e em (57) recuperamos o caso Nardoni (apenas parte):

(55) Na hipótese vertente, as circunstâncias delineadas nos autos demonstram que o réu *agiu com frieza, premeditadamente, em razão de orgulho e egoísmo*, sob a premissa de que Eloá não poderia, por vontade própria, terminar o relacionamento amoroso. Tal estado de espírito do agente constituiu a força que determinou a sua ação. E, nesse contexto, envolveu não apenas tal vítima, mas também Nayara, Iago e Vitor, amigos que a acompanhavam na data em que o acusado invadiu o apartamento. Durante o cárcere privado, *as vítimas, desarmadas e indefesas, permaneceram subjugadas pelo agente, sob intensa pressão psicológica, a par de agressões físicas contra todos perpetradas*. Durante a *barbárie*, o réu deu-se ao trabalho de, por telefone, dar entrevistas a apresentadores de televisão, reforçando, assim, seu comportamento *audacioso e frieza assustadores*. Lindemberg Alves Fernandes chegou a pendurar uma camiseta de time de futebol na janela da residência invadida (linhas 39 a 51, e, **vê-se no Anexo IV que segue até linha 84**. Grifos nossos)

(56) Pelo homicídio praticado contra Manfred Albert Von Richthofen, atento aos elementos norteadores do artigo 59 do Código Penal, considerando a culpabilidade, intensidade do dolo, clamor público e conseqüências do crime, incidindo três qualificadoras, uma funcionará para fixação da pena base, enquanto as outras duas servirão como agravantes para o cálculo da pena definitiva (RT 624/290). Assim, fixo a pena base em dezesseis (16) anos de reclusão, a qual aumento de quatro (04) anos, totalizando vinte (20) anos de reclusão. Reconhecida a presença de *circunstâncias atenuantes, que no caso deve ser considerada a menoridade à época dos fatos*, reduz a pena de seis (06) meses, resultando em dezenove (19) anos e seis (06) meses de reclusão. (linhas 139/148, **integral**. Grifos nossos)

(57) Uma vez que as condições judiciais do art. 59 do Código Penal não se mostram favoráveis em relação a ambos os acusados, suas penas-base devem ser fixadas um pouco acima do mínimo legal.

Isto porque a culpabilidade, a personalidade dos agentes, as circunstâncias e as conseqüências que cercaram a prática do crime, no presente caso concreto, excederam a previsibilidade do tipo legal, exigindo assim a

⁶¹ Para que conste da sentença que o Conselho de Sentença *negou* tais situações, é porque houve quesito formulado para tanto. Sendo assim, podemos afirmar que se trata de tese da defesa a alegação de que seria inexigível conduta diversa por parte da ré, e que, para o cometimento do crime, fora, coagida moralmente, de tal sorte que não teve outra opção plausível se não o cometimento do delito.

exasperação de suas reprimendas nesta primeira fase de fixação da pena, como forma de reprovação social à altura que o crime e os autores do fato merecem.

Com efeito, as circunstâncias específicas que envolveram a prática do crime ora em exame demonstram a presença de uma *frieza emocional* e uma *insensibilidade acentuada* por parte dos réus, os quais após terem passado um dia relativamente tranqüilo ao lado da vítima, passeando com ela pela cidade e visitando parentes, teriam, ao final do dia, investido de *forma covarde* contra a mesma, como se *não possuíssem qualquer vínculo afetivo ou emocional com ela*, o que *choca* o sentimento e a *sensibilidade do homem médio*, ainda mais porque o conjunto probatório trazido aos autos deixou bem caracterizado que esse *desequilíbrio emocional* demonstrado pelos réus constituiu a mola propulsora para a prática do homicídio. (linhas 37 a 54, e no Anexo II, e, **vê-se no Anexo IV que segue até linha 114.** Grifos nossos)

Em todos os casos, o papel do o sujeito do discurso é aplicar a dose adequada da pena, a partir dos *elementos norteadores do artigo 59 do Código Penal*. Para isso, em (55) o sujeito do discurso se socorre de termos como *frieza, egoísmo, orgulho, vítimas desarmadas e indefesas*; em (57), igualmente, *frieza, insensibilidade, covarde*; já em (56) o sujeito do discurso se limita a mencionar os termos do art. 59 do CP, sem sequer nomear as qualificadoras aplicáveis, não emitindo qualquer julgamento moral, valorativo, acerca da conduta da ré. Em (56), ao tratar da segunda vítima, o sujeito do discurso repete integralmente o texto utilizado para a primeira vítima, criando um efeito de sentido de rigorismo técnico, imparcialidade.

Tais comparações objetivam demonstrar o modo como o sujeito do discurso pretende construir uma atmosfera de adesão com o co-enunciador, no caso Nardoni. Lentamente descreve, repete e predica as condutas, criando um efeito de sentido de humanidade, de reprodução da voz das multidões.

O fato de termos, no caso Nardoni, um crime que não é confesso, de autoria controversa, talvez seja um motivador para que o enunciador descreva o ato criminoso com tantos detalhes – mencionando a esganadura, a defenestração, a ligação do laço de consanguinidade. É que para que não reste qualquer dúvida quanto à *justiça* da condenação (estratégia de não-polemização), é salutar documentar, historicizar, a gravidade do crime atribuído aos réus. O co-enunciador é cooptado pelo discurso do julgador frente aos fatos narrados.

No caso Suzane, por sua vez, embora também seja um crime bastante cruel, cuja motivação era rasa, arquitetado por meses pela filha das vítimas, num cenário de frieza bastante chocante, tais fatos não são em nenhum momento mencionados. Não se fala da premeditação, da crueldade (salvo para qualificadora do meio cruel) ou dos laços de sangue entre homicida e vítimas. O crime foi confessado pelos réus, não há dúvida de autoria, de motivação ou de como se deu a dinâmica de execução. Cabe ao juiz, ao contrário da situação dos Nardoni cingir-se à aplicação da letra da lei, não é necessário convencer o co-enunciador. Basta que se aplique a lei. E de modo imparcial⁶². É justamente este o efeito de sentido criado pela economia de predicados, de detalhes, de juízos de valor.

A opção de cada um dos juízes (caso Nardoni e caso Suzane) é diametralmente oposta.

Comparativamente aos dois casos trazidos, no caso Nardoni todas as oportunidades são utilizadas para descrever e qualificar as condutas dos réus. No caso Lindemberg, a juíza opta pela dispensa do relatório inicial, mas em outros momentos da sentença se ocupa de descrever as condutas do agente, ocupando-se, sobretudo de avaliar a personalidade do agente, sua frieza, seu egoísmo, o menosprezo pela integridade física e psicológica das vítimas, o fato de conceder entrevistas por telefone, enfim, documenta uma série de circunstâncias. Já no caso Suzane, não há nenhuma menção à relação filial ou à personalidade dos agentes, não há descrição do crime.

A partir da comparação é possível ainda observar o quanto o discurso jurídico penal possui uma dupla função⁶³: de um lado pune o infrator da regra (punição que tem tanto o caráter objetivo em face dos criminosos, quanto o caráter exemplar *para o mais da sociedade*); por outro, reforça a própria estrutura do Estado, protegendo a *credibilidade de um dos poderes da república* - o Poder Judiciário (sentença do

⁶² Vemos apenas na linha 175 da Sentença, disponível no Anexo III, uma expressão que merece destaque: “considerando a *evidente* periculosidade da ré”. É o único momento em que sujeito do discurso emite um juízo de valor. Ressalte-se que a mesma expressão, exatamente com as mesmas palavras é usada com relação aos demais réus, os irmãos Cristian e Daniel Cravinhos.

⁶³ Tratamos das funções que ora nos interessam. Na teoria da pena, as características que destacamos dizem respeito a função simbólica ou retórica, por cujo meio “não se pretende a resolução de um dado conflito de interesse propriamente, mas produzir na opinião pública uma impressão tranqüilizadora de um” poder atuante e atento (QUEIROZ, 2008:51).

caso Nardoni, linhas 184) - e a preservação da *confiança no império da lei* (sentença do caso Nardoni, linhas 231).

3.2 Referenciação e a inscrição do mundo na superfície do discurso

O sujeito do discurso é o ponto de partida da referenciação. É que o discurso se fixa numa inscrição histórica, tendo como referência primordial o sujeito que fala, de onde fala, sobre o que fala, etc.

A referenciação da situação da fala, por si só, constrói a cena que legitima o próprio discurso.

Na sentença condenatória dos Nardoni (Anexo I) temos a seguinte passagem de (58):

(58) ALEXANDRE ALVES NARDONI e ANNA CAROLINA TROTTA PEIXOTO JATOBÁ, qualificados nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público porque no dia 29 de março de 2.008, por volta de 23:49 horas, na rua Santa Leocádia, nº 138, apartamento 62, vila Isolina Mazei, nesta Capital, agindo em concurso e com identidade de propósitos, teriam praticado crime de homicídio triplamente qualificado pelo meio cruel (asfixia mecânica e sofrimento intenso), utilização de recurso que impossibilitou a defesa da ofendida (surpresa na esganadura e lançamento inconsciente pela janela) e com o objetivo de ocultar crime anteriormente cometido (esganadura e ferimentos praticados anteriormente contra a mesma vítima) contra a menina ISABELLA OLIVEIRA NARDONI. (nas linhas 2 a 11).

O sujeito do discurso faz uma breve síntese das razões de acusação, observando o mandamento legal, explicitando os termos da denúncia, por meio de paráfrase (já que não há citação direta dos termos usados pelo MP), referindo o endereço completo, conforme o MP, como local do crime.

Qualificar os réus, dar-lhes nome e sobrenome, endereço completo é apontá-los, identificá-los, individualizá-los no tempo e no espaço, e portanto, é um recurso de discursividade referencial, na medida em que liga a construção discursiva a uma asserção no mundo, cujo valor de verdade é positivo.

Assim como datar o fato criminoso, apontando não apenas o dia, mas a hora do cometimento, remete a informações extradiscursivas importantes ao co-enunciador. Dizer, por exemplo, que o crime se deu às 23:49 horas, informa que se trata de noite escura, ruas silenciosas, vizinhos recolhidos para dormir.

Importa ressaltar que o sujeito do discurso opta pelo apontamento da cidade/estado, pela expressão *nesta capital*. A referenciação do lugar físico da fala, da enunciação, remeteria ao trecho final do texto, em que, por usual, deveria estar expressamente constante a fórmula cidade, estado e data. No entanto, quando vamos à parte final da sentença – linha 331/332, vemos que há a manutenção do dêitico, com a seguinte indicação: *Plenário II do 2º Tribunal do Júri da Capital*.

Sendo assim, a referência histórica necessária para o preenchimento deste branco, pressupõe o prévio conhecimento do co-enunciador das condições de produção deste discurso. Ou, cabe ao co-enunciador buscar esse preenchimento ao longo do texto, anaforicamente, como por exemplo em (59), em que o sujeito do discurso o faz pela referência ao foro de processamento dos autos, qual seja, *Fórum Regional de Santana*:

(59) Por esta razão, os réus foram então submetidos a julgamento perante este Egrégio 2º Tribunal do Júri da Capital do Fórum Regional de Santana (nas linhas 20/21).

Ainda sobre a referência de local, em (60), a menção à *Polícia Militar do Estado de São Paulo*, que funciona deiticamente indicando que o *Fórum Regional de Santana* localiza-se no estado de São Paulo. Exige que o co-enunciador infira tais informações e busque no discurso os corretos preenchimentos:

(60) esquema de segurança e contenção por parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo na frente das dependências deste Fórum Regional de Santana (linhas 196/7)

Esta opção pela referenciação discursiva, não preenchida no lugar usual – ao final – inscreve o discurso num dado momento histórico e por conta de seu conteúdo temático, remete a um ‘já-dito’ a um conhecimento prévio de qualquer um que tenha acesso a este documento, porque, em verdade, o sujeito do discurso não ignora a repercussão do crime, bem como todos os detalhes de sua ocorrência – vinculando-se ao estado de São Paulo. Abaixo alguns excertos cuja marca de inscrição histórica e a remissão de uma já-dito fica na superfície:

(61) Após o regular processamento do feito em Juízo, os réus *acabaram sendo pronunciados, nos termos da denúncia*, remetendo-se a causa assim

a julgamento ao Tribunal do Júri, cuja *decisão foi mantida* em grau de recurso. (linhas 17/19).

(62) Em razão dessa decisão, passo a decidir sobre a pena a ser imposta a *cada um dos acusados*. (linhas 34/5).

(63) Justifica-se a aplicação do aumento no montante *aqui* estabelecido de um quarto. (linhas 96).

(64) Com efeito, as circunstâncias específicas que envolveram a prática do crime ora em exame. (linhas 45).

O trecho abaixo reproduzido (65) traz o exemplo da referenciação horizontal e vertical possível. Se verticalmente faz a mostração com *crime atribuído*, esta *capital* e *todo o país*, aponta também horizontalmente a um já-dito, já-sabido com a adjetivação de *hediondez*, pelas *manifestações coletivas* e sua ampla divulgação *pela mídia*.

Só se autoriza dizer de algo que seja hediondo pela experiência criada discursivamente a respeito da hediondez, e, portanto, aponta para um interdiscurso moral.

(65) Portanto, diante da hediondez do crime atribuído aos acusados, pelo fato de envolver membros de uma mesma família de boa condição social, tal situação teria gerado revolta à população não apenas desta Capital, mas de todo o país, que envolveu diversas manifestações coletivas, como fartamente divulgado pela mídia (linha 191).

(66) [a mãe da vítima] por ainda se encontrar, dois anos após os fatos, em situação aguda de estresse (linhas 64)

(67) Plenário II do 2º Tribunal do Júri da Capital, às 00:20 horas, do dia 27 de março de 2.010. (linhas 331)

Nos trechos acima (66) e (67) vemos marca de temporalidade (*dois anos após os fatos* e *00:20 horas, do dia 27 de março de 2.1010*). Na primeira com o condão de demonstrar o tamanho do sofrimento, mas marcando também o decurso do tempo desde a ocorrência do crime até o efetivo julgamento, e no segundo trecho a fixação do lugar da enunciação e do tempo da enunciação, citando-se expressamente o horário do proferimento, criando um efeito de sentido de proatividade (já que o sujeito está trabalhando às 00:20h), como que se afirmasse que para fazer justiça não há hora certa, mas toda hora é hora.

Abaixo vemos transcrito (68) excerto em que o sujeito do discurso ao passo que marca *este juízo* como o proferidor da fala, reforçando a legitimação institucional

e descolando de um EU qualquer. E falar em distrito da culpa é falar em culpa – o que tecnicamente se autoriza, já que a essas alturas, os réus já foram declarados culpados. Então, o efeito de sentido é que a instituição – *este juízo* é quem está por *fixar culpa* (subtraindo-se o distrito).

(68) Por fim, como este Juízo já havia deixado consignado anteriormente, ainda que se reconheça que os réus possuem endereço fixo no distrito da culpa. (linhas 251)

(69) a falta de lisura no comportamento adotado pelos réus *durante o transcorrer da presente ação penal*, demonstrando que fariam tudo para tentar, de forma deliberada, frustrar a futura aplicação da lei penal. Linhas 284/6)

Em (69) o sujeito remete a um tempo processual – *durante o transcorrer da presente ação penal* – sobre o que incide a falta de lisura. O efeito de sentido é que desde sempre os réus não foram probos, agiram com lisura.

3.2 Frases formulaicas, jargão e latinismos

Porter (1997:57) afirma que, sem dúvida, o jargão “tem seus usos legitimados atuando como uma estenografia profissional” gerando, diz o autor – queiram ou não – “uma verbosidade mistificadora que é obscura para o público”.

Se, para o público em geral, os leigos, não iniciados, o jargão pode ser um obstáculo a uma comunicação eficiente (BURKE e PORTER, 1997:20), de outro lado, tem a função de oferecer uma comunicação mais “rápida e eficiente entre os iniciados. Os leigos não entenderão, mas então esse é o tipo de conversa que não lhes diz respeito” (BURKE e PORTER, 1997:22). Marca, portanto, de forma potente e definitiva uma linha que delimita inclusão e exclusão, “não é por acaso que essa forma de linguagem seja desenvolvida de maneira tão rica em instituições totais, em que os habitantes sentem-se extremamente diferentes do resto do mundo (...) Ele [o jargão] é um meio e um sinal de iniciação em uma nova comunidade” linguística. (BURKE e PORTER, 1997:24).

O discurso jurídico, com o qual trabalhamos, pertence a um campo exemplar no uso do jargão como marca de inclusão/exclusão. Profissionais se reconhecem entre si pelo manejo adequado dos jargões do campo e pela condição de desvendar e trabalhar com o que a verbosidade *quer dizer de fato*.

Ao tratar sobre o monopólio de exercício do dizer a lei, Bourdieu (2007:225) afirma que a fronteira linguística do *espaço judicial* marca os que estão preparados para “entrar no jogo e os que, quando nele se acham lançados, permanecem de fato dele excluídos, por não poderem operar a conversão de todo o espaço mental” necessário para a circulação nesse espaço social.

É que permanecer desconhecido é a maneira de o discurso ser reconhecido como tal – jurídico – e deste reconhecimento é que decorre sua legitimidade (BOURDIEU, 2007:243), porque seu enunciador de saída se recobre da aura do saber científico (descolado das simples recomendações do senso comum) e da aura da verdade ética (como em uma lógica normativa da moral) (BOURDIEU, 2007:213).

Feitas essas sucintas anotações, passemos à sentença condenatória objeto do nosso estudo, para verificar como essas marcas linguísticas aparecem.

Na primeira linha da sentença temos a expressão *VISTOS*, grafada em caixa alta. E é assim que o juiz começa o texto, já demarcando claramente o gênero *sentença judicial*, inscrito no discurso jurídico. Tal expressão remete à fórmula tradicional *vistos e examinados os autos*, ou ainda *vistos, relatados e discutidos*, cuja origem remonta à desnecessidade de motivação judicial para as decisões, de modo que depois de *vistos, relatados e discutidos*, cabia apenas a decisão final: *absolvo/condeno*, conforme leciona Tornagui (1981: 171). Com o passar do tempo a fórmula completa foi sendo paulatinamente substituída pela abreviação *vistos etc.*, ainda a fórmula mais comumente encontrada no início das decisões judiciais. Apesar da mudança nas sistemáticas jurídicas, que impuseram a necessidade de motivação expressa das decisões, a fórmula ainda é utilizada, como podemos ver neste *corpus*.

Não há qualquer imposição legal para o uso de nenhuma expressão ou fórmula que abra os trabalhos, restringindo-se a lei penal apenas a elencar todos os requisitos formais da sentença, sem, contudo, prescrever uma ordem necessária. Ocorre que o universo jurídico é, por sua própria natureza, intrinsecamente ligado ao que podemos chamar de tradição.

Tradições, diga-se, que nem sempre contam com uma explicação razoável para que sejam mantidas, senão mesmo a reprodução de uma ideologia que assim o quer, porque “é a ideologia que, através do hábito e do uso, está designando, ao

mesmo tempo, *o que é o que deve ser*” (PÊCHEUX, 1997: 160). Não se trata, portanto, de querer dizer *vistos, relatados e discutidos*, mas de ser **compelido** (podemos pensar no caso dos dois esquecimentos já tratados neste estudo) a fazer o uso de tal expressão, ainda que – de fato – ela não tenha nenhum conteúdo informacional.

Iniciar o texto com a expressão *VISTOS* marca também esta aderência do sujeito do discurso a uma tradição formal. O sujeito, portanto, marca o seu pertencimento ao universo jurídico pela opção do uso da expressão, incluindo-se deliberadamente⁶⁴ neste universo e fornecendo ao co-enunciador uma pista eloquente de quais são os limites deste discurso: marca o gênero, marca sua inscrição no universo jurídico, marca sua vinculação a uma tradição. A partir dessa marca, deve o co-enunciador, mobilizar os aparatos de decodificação para a produção dos sentidos.

VISTOS funciona exatamente como um *não-começo* do discurso, a demonstração da inexistência de um começo, como quer Pêcheux (1997, 164), trata-se do “‘pré constituído’ correspondendo ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)”.

Não se pode deixar de mencionar, por evidente que seja, o efeito de sentido que marca também uma posição institucional. Ao usar a expressão *VISTOS*, o sujeito do discurso dá sinais de que não se trata de um texto qualquer, que será integralmente compreendido por qualquer co-enunciador sem que se imponha desde logo uma diferença entre si (o sujeito do discurso) e o co-enunciador. Fica marcado com o uso dessa expressão uma distância de posição – do lugar de onde fala. Abre-se o canal de comunicação com os pares – outros juízes, advogados, membros do MP, servidores da Justiça – mas afasta-se, por consequência, do que não partilhe desse *jargão*. Quando demarca o universo do discurso jurídico, também, e por conseguinte, demarca um lugar de fala, institucional, de léxico especializado, de uma semântica especializada.

⁶⁴ Não pressupomos que seja uma escolha consciente (tal dado não é relevante para os fins deste estudo), mas propomos que seja uma escolha deliberada na medida em que importa na produção de sentidos que colam sua figura de sujeito do discurso ao universo judicial, conforme outras considerações que fazemos no corpo do texto.

Bourdieu (2007:226) bem aponta que “a linguagem jurídica consiste num uso particular da linguagem vulgar (...)” que é capaz de carregar consigo a mágica da legitimação.

No trecho discutido na seção dos dêiticos, acima, trabalhamos com a primeira parte da sentença (linhas 2 a 11 do Anexo II), o início da parte chamada relatório, uma das 3 partes formativas da sentença (relatório, fundamentação e dispositivo). A lei prescreve a forma da sentença penal, no texto do art. 381 do Código de Processo Penal (CPP), reproduzido abaixo, e a não observância aos elementos ali listados como necessários à sentença, acarreta na anulação do julgado, o que importaria em morosidade, o que no caso do universo do direito penal, pode implicar impunidade⁶⁵.

Art. 381 - A sentença conterá:

- I - os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;
- II - a exposição sucinta da acusação e da defesa;
- III - a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;
- IV - a indicação dos artigos de lei aplicados;
- V - o dispositivo;
- VI - a data e a assinatura do juiz.

O inciso I é justamente do que se ocupa o juiz: nomear as partes, fazendo expressa referência ao fato de que ambos os réus já estão *qualificados nos autos*. Faz uso aqui de um jargão – o da qualificação.

É também uma forma tradicional dos processos judiciais em que as partes litigantes são qualificadas na primeira oportunidade possível nos autos. Desta qualificação devem constar todos os dados da vida civil do sujeito que o particularizem inequivocamente, porque *qualificar* é dar as suas qualidades: seu prenome, seu nome de família, sua nacionalidade, o seu estado civil, o endereço de sua residência.

Vemos neste momento do texto a remissão a uma qualificação já presente no caderno processual, cumprido, pois, o requisito formal de definir o sujeito de que

⁶⁵ Trata-se do instituto da prescrição penal, segundo o qual para cada tipo penal (crime), em dadas circunstâncias (como a idade do agente, por exemplo) o Estado teria um certo lapso temporal para executar seu poder de punir. Após este tempo previsto como razoável para a punição do evento criminoso, o Estado estaria impedido de exercer seu poder de punir, tudo em nome das acomodações sociais em face do crime. Não é o caso de tecer uma longa reflexão sobre o tema, mas a ideia central é simplesmente não criar situações em que o crime já nem seja mais lembrado pela sociedade, nem seja mais necessário punir o criminoso – que já teria sofrido punições de outras ordens – de tal sorte que se instaure uma situação de segurança jurídica.

trata a demanda de modo que todas as dúvidas quanto à sua identidade possam ser sanadas, evitando-se os efeitos indesejados de uma homonímia, por exemplo.

Deslizando pontualmente da reflexão do jargão, e olhando para o conteúdo dessa qualificação, observamos que o nome próprio insere o sujeito numa ordem familiar que o constitui e o subjetiva, o individualiza. A respeito da importância da interpelação-identificação desta ordem social Pêcheux assim se manifesta:

Sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus compromissos) há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: ‘aquele que ...’, isto é X, o quidam que se achará aí; e isso sob diversas formas, impostas pelas ‘revelações sociais jurídico-ideológicas’ (PÊCHEUX, 1997:159).

O dado da linhagem familiar é um dado que é relevante para a sistemática jurídica. No caso em análise, por exemplo, a ordem familiar importa em uma majoração de pena ao réu, porque vitimar a filha merece uma reprova social maior do que vitimar qualquer outra pessoa. Trata-se uma valorização a vínculos de consanguinidade, que estão em consenso com a proteção da família como menor célula da sociedade.

Nesse trecho (linhas 2 a 11) na mesma mão em que o juiz cumpre o inciso I do art. 381 do CPP, passa a cumprir o inciso II do mesmo artigo, passando à exposição sucinta de acusação e defesa. Note-se que a lei não fala em exposição de fatos, já que, no caso em tela, tratar de fatos seria altamente temerário. Não há confissão, não há testemunha ocular, não há prova material irrefutável que resolva definitivamente o imbróglio, então é um momento de *mera* narrativa.

Após essa primeira parte da sentença, eminentemente narrativa, o sujeito faz uso da fórmula de conclusão da etapa:

(70) É a síntese do necessário.

Na linha 32, acima citada, vemos novamente a utilização de uma fórmula usual, porém herdada apenas da tradição – sem prescrição formal, portanto – para a finalização da parte relativa ao relatório da sentença. É uma maneira de demarcar o fim do relatório para passar à nova etapa. Está contida na fórmula, ainda, a avaliação pessoal do sujeito do discurso a respeito do que seja *necessário* relatar.

Dizer que o relatado é o *necessário* diz também, de outro lado, que o que não foi relatado não é necessário. O que se viu, no entanto, foi um relato bastante dedicado às razões da acusação, negligenciando as razões de defesa, opção esta protegida pela ideia do que seja necessário relatar.

O caderno processual, considerando a produção de provas, o número de testemunhas, a reconstituição do crime e as perícias realizadas é bastante extenso. Entendeu o juiz, sujeito do discurso, suficiente apresentar parcialmente o resultado da instrução processual, desde logo desenhando e justificando a condenação dos acusados. O efeito de sentido desta primeira parte da sentença constrói uma discursividade que aponta à condenação, que embasa e justifica, como que desde logo chamando o co-enunciador a participar, concordar, buscando cumplicidade no desfecho.

Na linha 33, dividindo as partes da sentença, o sujeito marca textualmente a parte da FUNDAMENTAÇÃO (grafado em caixa alta no original). Não se trata de uma exposição de motivos aos quais se deva a condenação – posto que em sede de Tribunal do Júri não há motivação declarada -, mas é o momento em que haverá a fundamentação da dosimetria da pena: é um momento de aplicação da técnica que, frente às respostas dos quesitos por parte dos jurados, buscará na lei as doses de majoração ou diminuição de pena. E é justamente aí que o juiz deverá se socorrer da lei penal que prescreve como se dá a efetiva aplicação da pena, tanto no que diz respeito ao quanto de pena a que deve se sujeitar o réu, quanto ao modo de cumprimento da penalidade.

A intensa remissão a texto de lei é uma característica bastante marcada no discurso jurídico. Tanto nas manifestações de advogados (por petição), quanto nas decisões (sejam interlocutórias ou terminativas⁶⁶), recorrentemente o enunciador cita expressamente ou remete ao texto de lei. Em alguns casos a própria lei exige a apresentação dos fundamentos legais, mas o que se vê é que mesmo nos casos dispensados da apresentação do fundamento de lei, por vício, hábito ou tradição os textos estão repletos delas. É uma marca apreciada pelos operadores do direito, que

⁶⁶ Interlocutórias são as decisões de mero andamento do processo, exigindo ou determinando certas coisas; as terminativas são todas cuja eficácia importa na extinção do processo – ao menos naquele grau de jurisdição em que é proferida.

veem com isso a possibilidade de diferenciar-se daquele que não transita por estes meios, marca a posição e o lugar de fala.

É o que podemos observar no seguinte trecho em (71):

(71) Assim sendo, frente a todas essas considerações, majoro a pena-base para cada um dos réus em relação ao crime de homicídio praticado por eles, qualificado pelo fato de ter sido cometido para garantir a ocultação de delito anterior (inciso V, do parágrafo segundo do art. 121 do Código Penal) no montante de 1/3 (um terço), o que resulta em 16 (dezesseis) anos de reclusão, para cada um deles.

Após a apresentação das escusas, o sujeito finalmente fixa a pena-base, informando que todas as considerações anteriores se inscrevem nesta objetiva fixação dos 16 anos de reclusão para cada um dos co-réus. Neste momento o sujeito do discurso faz uma série de remissões ao texto legal, com o fim de comprovar que sua avaliação observou a prescrição legal, dando provas, pois, de sua competência técnica. Decide também o modo de cumprimento da pena então fixada, qual seja, reclusão.

Este trecho da decisão é a parte dedicada à fundamentação, então, a remissão ao texto de lei é bem-vinda, e, no caso de não ser apresentada quando obrigatória, pode resultar na anulação da decisão por erro formal. Ou seja, ainda que seja mero esquecimento, a falta de requisito formal da sentença poderá torná-la inválida, nula.

No trecho (72), abaixo transcrito, o sujeito do discurso aplica uma agravante, porque assim deseja a vontade da lei. E remete à legislação, ainda que sem citação expressa do texto legal, mas referencia onde se encontram as disposições a que ele evoca.

(72) Como se trata de homicídio triplamente qualificado, as outras duas qualificadoras de utilização de meio cruel e de recurso que dificultou a defesa da vítima (incisos III e IV, do parágrafo segundo do art. 121 do Código Penal), são aqui utilizadas como circunstâncias agravantes de pena, uma vez que possuem previsão específica no art. 61, inciso II, alíneas “c” e “d” do Código Penal. (linhas 87 a 91)

Nas linhas 96 a 101 o juiz justifica o agravamento da pena, trazendo ao corpo do texto a conduta capaz de agravar: o meio cruel (materializado pela esganadura capaz de gerar sofrimento intenso à vítima), e presente nos quesitos (anexo I), nas

linhas 3, 6, 9, 11. Demonstra-se assim a importância do dado da esganadura, já que presente em 5 dos 11 quesitos, de tal sorte que a aplicação da qualificadora se impõe *um pouco acima do patamar mínimo* (linha 97). Transcritos abaixo os quesitos que tratam da esganadura:

2A - Alexandre deixou de socorrer a vítima durante a esganadura?

4A - O crime foi cometido de forma cruel (esganadura)?

5A - Houve emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vítima durante a esganadura?

6 - O crime foi cometido para esconder a esganadura?

Utilização de meio cruel e utilização de meio que impossibilite a defesa da vítima são expressões constantes da lei penal, *ipsis litteris*, mas que, contudo, não foi diretamente citada como letra de lei (72), conforme:

(72) posto que tanto a qualificadora do meio cruel foi caracterizada na hipótese através de duas ações autônomas (asfixia e sofrimento intenso), como também em relação à qualificadora da utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima (surpresa na esganadura e lançamento inconsciente na defenestração). (linha 97 a 100)

Vemos nos discursos jurídicos uma recorrência a citações exatamente iguais ao texto de lei, que funcionam até mesmo como máximas, mas sem a indicação da citação direta. É a apropriação do sujeito do discurso daquelas expressões que estão tão presentes na sua atuação profissional, estão tão arraigadas no seu próprio discurso, que são assumidas pelo sujeito, e destarte, dispensa-se a indicação da citação. É como se estas expressões constituíssem o modo de organizar o pensamento e a fala, e então, fossem recortadas do seu local de aparecimento para ganhar vida e significação em outros contextos, assumidos pelo sujeito do discurso.

É o caso, por exemplo, das constantes referencias a *meio cruel, utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima, ocultação de delito anterior, circunstâncias do art. 59 do CP, culpabilidade, personalidade do agente* sem nenhuma tentativa de substituição por sinônimos ou por paráfrases.

Importa destacar que esta seção foi por nós denominada frases formulaicas, jargões e latinismos. Ocorre que na sentença condenatória do casal Nardoni não há sequer um latinismo, embora seja um elemento tradicionalíssimo no discurso

jurídico. Percebemos, aliás, que mesmo os jargões utilizados são os mais acessíveis possíveis, com um ou outro de maior distância do uso tradicional. É que, como último capítulo da novela, a audiência estava toda voltada à última cena do espetáculo, e para que não restassem dúvidas sobre o conteúdo do *decisum*, o sujeito do discurso abre as portas do clube secreto a que pertence, participando a todos os convivas do significado real do seu discurso – a esperada condenação. Silenciar é também significar.

Possenti (2009:17) afirma que “as estruturas discursivo-ideológicas se realizam no texto de certa forma, e a presença ou ausência de um traço não é uma questão de acaso. É, ao contrário, a expressão de um sistema ideológico e de um discurso específico de autoridade”.

Nos trechos transcritos abaixo, ficam expressos dois itens lexicais bastante comuns no discurso jurídico, constituindo, pela peculiaridade do uso, jargão do campo. No primeiro exemplo, a expressão *v. acórdão* que remete ao termo *venerando*, aquilo a que se deve veneração, que se deve cultuar. É um modo elogioso e respeitoso de se referir ao acórdão. O uso de tal expressão é tão corrente que o sujeito do discurso sequer evita a abreviação, optando pelo uso de *v.*

(73) voto condutor do *v. acórdão* (linha 212)

A seguir outra modalidade laudatória de ostensão, é a referência aos Tribunais, que aparece neste discurso é *Egrégio* e *Colendo*, ambos com a acepção de *muito distinto, altamente respeitável, venerável*, como nas ocorrências que citamos:

(74) Tanto é assim que o próprio Colendo Supremo Tribunal Federal já admitiu este fundamento como suficiente para a manutenção de decreto de prisão preventiva (linha 178/9)

(75) Esta posição já foi acolhida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado (linha 205)

(76) julgamento perante este Egrégio 2º Tribunal do Júri da Capital do Fórum Regional de Santana (linha 20/1)

Fórmula comum e marca de gênero *sentença judicial condenatória* é a significativa expressão abaixo transcrita:

(77) lancem-se os nomes dos réus no livro Rol dos Culpados (325/6)

Trata-se de uma frase formulaica que informa o gênero, inscreve o discurso na ordem do discurso jurídico, de caráter performativo e ritualístico. Com a enunciação desta fórmula o sujeito o discurso, cumpridos os requisitos legitimadores, marca simbolicamente o réu. De acusado passa a culpado – de presumidamente inocente, passa a criminoso. Ordenar que seu nome seja lançado no rol dos culpados quer dizer também que sua conduta foi inequivocamente reprovada por esta sociedade. É ainda uma referência à publicização das penas. Não se trata mais de exibir o criminoso durante o cumprimento de sua pena de martírio físico, enquanto de fato *pena* por inobservação da ordem legal. É, pela própria evolução da teoria da pena (que excluiu o martírio físico, por exemplo), que não faz doer no corpo do condenado, mas impõe a ele uma simbologia do poder. Seu nome passa a constar do livro de culpados, e sua pena será cumprida longe dos olhos do povo, num encontro muito particular entre o criminoso e a força simbólica do Estado.

Não há condenação secreta no Brasil, é uma consequência da natureza de Estado Democrático de Direito. Há leis, válidas para todos. Descumprir a lei implica a resposta do Estado, feita às claras, publicamente, com os resultados igualmente públicos⁶⁷. É uma garantia ao cidadão contra o potencial despótico do Estado.

Expressar na sentença que o nome do réu será lançado no rol de culpados cumpre também a função publicizante – informa que o processo foi regular público, e publica é a condenação.

3.3 Estilo e subjetividade

“Os juízes dispõem todos, embora em graus muito diferentes do poder de explorar a polissemia ou a anfibologia das fórmulas jurídicas recorrendo

⁶⁷ Salvo exceções específicas dadas pelo segredo de justiça. Até 2007 o processo penal encontrava-se sob Segredo de Justiça durante a fase de inquérito, até a decisão instrutória. Com alterações dadas pela lei 48/2007 a regra é que o processo penal seja sempre público, desde as fases mais incipientes, sendo regra excepcional a decretação de Segredo de Justiça (art. 792 Código de Processo Penal). No entanto, o instituto do Segredo de Justiça abrange o acesso aos autos por terceiros, bem como a assistência de atos processuais, mas não incluir, em caso de Processo penal, a leitura da Sentença, que será sempre, pública.

quer” a uma leitura que restrinja, quer a uma que estenda. (BOURDIEU: 2007: 224)

Chamamos essa seção de estilo e subjetividade porque aqui trataremos das marcas do sujeito no discurso, suas opções discursivas e também os silêncios. Os silêncios também nos importam, como vimos acima a respeito dos latinismos.

É que na sistemática jurídica, a imparcialidade do juiz é requisito para a validade da relação processual⁶⁸, já que se trata de princípio⁶⁹ informador do Direito. Nesse sentido, para Souza (2008), citando Werner Golschmidt, a imparcialidade consiste em colocar entre parênteses todas as considerações subjetivas do juiz. Tal imparcialidade diz respeito a quatro dimensões diferentes: a imparcialidade como objetividade; a imparcialidade como isenção, como transparência e como neutralidade.

Em verdade a imparcialidade do juiz excede a natureza principiológica, já que encontra expressão em texto de lei⁷⁰, acedendo à natureza de norma. Contudo, excluindo-se as manifestações *evidentes* de parcialidade (parentesco com as partes, envolvimento pessoal com a matéria etc.), em que é possível afastar o magistrado da presidência do processo ao qual de alguma maneira se vincula, há a presunção de imparcialidade, e é a partir desta premissa que a sistemática se organiza.

Veremos, pois, como a (pretensão de) imparcialidade do juiz se materializa no seu discurso, como os critérios objetivos se organizam e qual o grau de afastamento do sujeito do discurso, a partir de algumas marcas linguísticas que destacaremos.

Em (78), abaixo transcrito, encontramos o verbo *ter*, flexionado no futuro do pretérito, dando uma ideia de condicionante – dizer que teriam praticado tal conduta criminosa difere completamente de dizer que praticaram tal conduta. Nesta altura, um efeito de sentido possível é o da desvinculação do sujeito do discurso que

⁶⁸ Vale mencionar que há um movimento importante no Direito Contemporâneo – ao qual nos filiamos – propondo a relativização da imparcialidade do juiz, por entender que “a verdadeira justiça, muito ao contrário, é sempre parcialíssima. Ela não se coaduna com equidistâncias formais nem se contenta com equilíbrio de circunstâncias” (COMPARATO, 1995:283), porque apenas com essa concepção a realização de um estado justo e solidário é minimamente conjecturável.

⁶⁹ Em Souza (2008:53) lemos que princípios constituem critérios “objetivos de interpretação e aplicação do direito que impõem ao julgador o dever de sua observância, evitando, desta maneira, que Lee lance mão de eventuais concepções meramente subjetivas”.

⁷⁰ Hipóteses de suspeição e impedimento do magistrado, normatizadas pelos arts. 252 e 254 do CPP e 134 e 135 do CPC, aplicáveis também, esses últimos, subsidiariamente na Justiça do Trabalho.

prefere não aderir à tese de que os réus indubitavelmente cometeram tal ato criminoso. Essa flexão do verbo coloca em xeque a ocorrência do crime nestes termos: *teriam* cometido o crime, importa na significação de que teriam (ou não) cometido o crime. Há uma negação (possível) da conduta subjacente à afirmação.

(78) agindo em concurso e com identidade de propósitos, *teriam* praticado crime de homicídio triplamente qualificado pelo meio cruel

Outro efeito de sentido possível decorre da observância ao estado de inocência, que reza que até o proferimento da condenação com o trânsito em julgado da decisão⁷¹ são todos indiscriminadamente inocentes, razão porque se faz necessária a relativização da acusação na primeira parte, e motivo que impõe a condicionante no momento da descrição da denúncia do MP. Até a enunciação da condenação, como vemos nas linhas 23, 29 e 36, não há atribuição de culpabilidade. É, portanto, uma atenção do sujeito do discurso ao preceito da norma e à principiologia do estado de inocência, com isso, aos pares, o efeito de sentido é de imparcialidade, ilibação de caráter, prática equânime e sensata, criando-se um *ethos* de *expertise* e apuro técnico no detalhe.

Ocorre que em (79), o apuro técnico é substituído pela afirmação categórica de tentativa de *ocultar crime anteriormente cometido*, seguido por *praticados*. Vejamos no corpo do texto:

(79) e com o objetivo de ocultar crime anteriormente cometido (esganadura e ferimentos praticados anteriormente contra a mesma vítima) (linhas 9 e 10).

Para que se mantivesse a ideia, como exposta acima, de limitação a atribuição de autoria do crime, uma possibilidade de construção seria a introdução de *pretensamente* entre crime e anteriormente. Com efeito, a ausência do elemento que marque a dúvida sugere a atribuição inequívoca da prática da conduta, afastando todo o apuro na principiologia do estado de inocência.

O controle do que se diz, para a AD, é relativizado pelo assujeitamento. É a manifestação das ideologias que atravessam o sujeito, é a manifestação de um julgamento do inconsciente. Nesta oposição *teriam praticado crime x crime*

⁷¹ Até que da decisão não caibam mais recursos e que, portanto, torne-se definitiva. Apenas como mero esclarecimento, em verdade, não há decisão de todo definitiva. Surgindo, em algumas situações, prova cabal do equívoco da decisão esta pode ser alterada, ainda que já tocada pelo trânsito em julgado, o que, contudo, configura uma situação excepcionalíssima.

anteriormente cometido algo escapa ao sujeito do discurso, em algum dos momentos.

Vemos na linha 7, abaixo em (80), a expressão *sofrimento intenso*, e em 8 temos *surpresa na esganadura*.

(80) teriam praticado crime de homicídio triplamente qualificado pelo meio cruel (asfixia mecânica e sofrimento intenso), utilização de recurso que impossibilitou a defesa da ofendida (surpresa na esganadura e lançamento inconsciente pela janela) (linha 7).

Tanto uma quanto outra são, em verdade, suposições. Ainda que a perícia tivesse admitido a existência de marcas compatíveis com asfixia mecânica, difícil afirmar com tamanha veemência que foram eficientes para causar *sofrimento intenso*. Aliás, *sofrimento*, apenas, teria um efeito de sentido menos dramático do que este produzido com o encadeamento que se deu com o qualificador *intenso*.

Assim como a afirmação de que a esganadura foi surpreendente é, no mínimo, temerária: digamos que a cena tenha ocorrido como descreve a acusação, em primeiro lugar asfixia mecânica e depois esganadura, ambas como desfecho de outras agressões físicas de menor potencial. A essas alturas, depois de agressões físicas e asfixia mecânica, por que a esganadura causaria surpresa? A surpresa pressupõe algo não esperado, que não se vislumbrara, que cause espanto. Mas após um embate físico de um adulto contra uma criança, capaz de lesionar, acrescido de uma asfixia mecânica não há nada de espantoso em que o desfecho seja uma esganadura.

O efeito de sentido, contudo, do encadeamento de *sofrimento intenso* seguido adiante por *surpresa na esganadura* constrói um ambiente de extrema hostilidade, quase como se houvesse no ar partículas suspensas de violência – é quase uma cena teatral, uma tragédia, por óbvio. Vale lembrar que neste ponto o juiz está descrevendo ou narrando, parafrasticamente, a denúncia do MP. Não nos interessa, entretanto, saber quais os termos utilizados pelo MP (aliás, este sim autorizado a, no seu papel de órgão acusador, ser contundente na construção de uma ambiência favorável à condenação), mas o que nos interessa é que, utilizando as mesmas ideias, ou as reconstruindo, o juiz age, manobra no discurso, pesando as tintas na crueldade dos assassinos, abrindo um canal simpático com a opinião pública.

Na linha 11 a vítima é designada como *menina Isabela*. Tecnicamente a informação de que se trata de uma menina é irrelevante a essas alturas, importando apenas que seja filha de um dos co-réus (para fins de agravamento da pena). *Menina Isabella* é precisamente como a imprensa se referia diuturnamente à vítima, e portanto, é fortemente marcado com o apelo à condenação pública. É que uma palavra não tem um sentido em si, mas tem um sentido construído.

Apenas como um exercício, imaginemos que em lugar de menina Isabela houvesse apenas uma nota em razão da pouca idade da vítima – se a expressão fosse *menor Isabella*, estaríamos diante de uma informação relevante tecnicamente, e pouco marcada pelo uso midiático.

É justamente o fato de tratar-se de menor de 14 anos, diga-se, este sim elemento técnico relevante, que é recuperada na linha 24, e não por tratar-se de uma *menina*. Embora o conteúdo de informação seja o mesmo, o efeito de sentido produzido caminha para a sensibilização do co-enunciador.

(81) contra a vítima Isabella Oliveira Nardoni, pessoa menor de 14 anos

A designação da vítima como *menina* traz consigo uma série de outras significações pertencentes ao universo semântico de menina: frágil, doce, dependente, boa (em oposição a má), incapaz de defender-se, incapaz de ameaçar. E é justamente buscando esses deslizamentos de sentido que a mídia engajou-se tão intensamente na vinculação do nome da vítima ao fato de ser uma *menina*. A televisão, como bem aponta Bourdieu (1997) tem a necessidade de despertar bons sentimentos, de ficar no limite da moralidade, com um discurso de sensibilidade, que toque o quanto mais universalmente possível.

Ao aludir à vítima, qualificando-a como *menina*, o efeito de sentido é a colagem deste discurso ao discurso midiático, e portanto, ao comprar a expressão *menina Isabella*, compram-se também as predicções de *monstruosidade*, *terror* e *crueidade*.

Esta colagem, em certa medida, orienta também o co-enunciador, que assim é capaz de decodificar o conjunto de sentidos proposto pelo sujeito do discurso – é, portanto, em alguma medida, também um dado dêitico. Há, a partir da enunciação da *menina Isabella* – nestes termos -, imediata empatia entre o co-enunciador e o

sujeito do discurso, que a partir do compartilhamento destes significados, poderá, potencialmente, ser mais cooperativo com o sujeito do discurso.

Entrar na marca do discurso midiático, ao tocar no universo da infância perdida, da inocência ceifada, o sujeito do discurso evoca seus opostos, evoca o lado obscuro, a selvageria, a truculência e a desumanidade, e ainda, opõe o adulto à criança – e mais grave - o homem adulto à menina. Cria-se, pois, uma aura em que um dos efeitos produzidos é a materialização do maniqueísmo ao qual não resta livre optar, senão que o lado do bem se pinta como um ditame, que a fragilidade da *menina* vence a disputa da sensibilidade.

Temos, então, um crime que *teria* sido cometido, e a vítima é uma *menina*, então o juízo de valor é imediatamente deslocado da dúvida primeira para que aponta a condicionante do *teria*, para a frágil *menina*.

Há um embate do sujeito do discurso que flutua entre sua pretensa imparcialidade de juiz e a filiação a um juízo forte sobre a conduta, compadecido pela vítima. É sujeito de discurso como quer a AD, cindido, atravessado pela ideologia e pelo inconsciente.

Das linhas 12 a 16 vemos a mesma estratégia da atribuição do condicional à ocorrência, limitando a afirmação, temos: *teriam incorrido*; *ao alterarem* (futuro do subjuntivo) o local do; *inovarem* (futuro do subjuntivo) artificialmente; *viria* (futuro do pretérito do indicativo) a ser iniciado. Em todas essas flexões, o valor condicional, a suposição frente a asseveração aparece novamente.

Neste trecho estabelece-se também a ideia de que houve o cometimento de fraude com o fim de despistar peritos e demais envolvidos, por ocasião de um *processo penal que viria a ser iniciado*, gera um efeito de sentido de um alto grau de maquiavelismo, segundo o qual cada detalhe fora lentamente programado, premeditado, objetivando a impunidade. O efeito de sentido produzido faz pesar sobre os réus um juízo ainda mais negativo, já que, em tese, não teria se tratado de uma reação em curto-circuito, um ato impensado e desesperado, mas, ao contrário, objetivando a impunidade, foi calculado para apagar os eventuais rastros nefastos.

Em (82) temos que o juiz assevera e afiança o *regular processamento do feito*, assim:

(82) Após o regular processamento do feito em Juízo, os réus acabaram sendo pronunciados, nos termos da denúncia, remetendo-se a causa assim a julgamento ao Tribunal do Júri, cuja decisão foi mantida em grau de recurso. (linhas 17 a 19).

Tal informação é de fundamental importância, porque apenas o regular processamento do feito garante a lisura do processamento penal. Não é o que se dá num estado de exceção, não é o que se dá, buscando uma referência da literatura, na obra kafkiana *O processo*. E, no texto kafkiano, o inusitado, o *nonsense*, o elemento mágico é justamente a inexistência de um processo regular. Sem o regular processamento do feito estaríamos diante de uma anomalia jurídica, capaz de gerar uma insegurança jurídica ímpar, desencadeadora de uma série de revoltas populares, já que ilegítima em sua formação. É a garantia da legitimidade da instituição. *O regular processamento do feito* tem o condão de assegurar que as garantias de ampla defesa foram observadas, que o Estado Democrático de Direito é rígido e sólido e mesmo diante de uma sanha vingadora robusta, o lugar de fala deste sujeito do discurso é um lugar posto sobre uma instituição legítima.

Assim como também na informação de que houve a manutenção da decisão de pronúncia em sede de recurso, vemos o mesmo efeito produzido, ou seja, nesta informação está contida também a informação de que não lhes foi negado o direito a recorrer, que a pronúncia não se baseou na opinião particular de um juiz, mas que, em grau de recurso, foi examinada também por um colegiado de desembargadores no Tribunal.

Nas linhas 27 e 28 o juiz cumpre a última parte do inciso II do art. 381 do CPP, acima transcrito. São praticamente 3 parágrafos para a apresentação *sucinta* das razões de acusação, ao passo que a tese da defesa é apresentada da seguinte forma, vale a transcrição integral: *a tese única sustentada pela Defesa dos réus em Plenário de negativa de autoria*. Optou o sujeito do discurso por ser sucinto apenas quanto à tese de defesa.

Na sentença, tendo falado previamente sobre a acusação, anotemos os seguintes itens lexicais e expressões: *crime, homicídio, triplamente, qualificado, cruel, asfixia, sofrimento intenso, impossibilitou defesa, esganadura, ocultar, ferimentos, menina, delito, fraude, artificialmente, induzir em erro*. Quando se trata de apontar tese da defesa, temos: *negativa de autoria*.

Vemos, portanto, um comprometimento maior do sujeito do discurso com a tese da acusação, não apenas pela extensão das descrições ser desproporcional, mas também, e principalmente, pela escolha dos predicados na primeira parte. Embora se trate de um léxico técnico (parte pelo menos), o sujeito do discurso optou por não descrever melhor a tese da defesa de negativa de autoria, sem apresentar sequer um dos argumentos da defesa que embasassem o fato de não serem os co-réus os autores do crime.

E nos socorremos do destaque a itens lexicais como um “método auxiliar e não essencial para a análise”, de modo que o trabalho de construção do sentido incide sobre um “fenômeno enunciativo (um movimento enunciativo) e não sobre o conteúdo do termo” (MAINGUENEAU, 1997:136-8).

O sujeito passa para a verificação dos requisitos de lei para o início da dosimetria, remetendo-se ao art. 59 do Código Penal (CP), o qual reza que caberá ao juiz estabelecer, “conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime” uma pena-base para, depois, agravar ou atenuar, conforme as circunstâncias. Vamos à sentença:

(83) Uma vez que as condições judiciais do art. 59 do Código Penal não se mostram favoráveis em relação a ambos os acusados, suas penas-base devem ser fixadas um pouco acima do mínimo legal.

É que quando a lei prevê uma conduta como criminosa, e imputa-lhe uma sanção, vemos uma variabilidade razoável de pena-base, por exemplo, no caso do homicídio, o art. 121 do CP atribui pena de reclusão de 6 a 20 anos. E é justamente o art. 59 do CP que orientará o juiz a fixar a pena base dentro deste espectro elástico de 6 a 20 anos, observando-se precisamente a culpabilidade (o quão culpado foi o agente), os antecedentes criminais (condenação já impostas por outros crimes), a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima. E embora o juiz não tenha acesso à motivação pessoal de cada jurado para condenar o réu, deve buscar, a partir do dado da condenação, informações no caderno processual que auxiliem na fixação da pena-base.

E dizer que as condições judiciais do art. 59 CP não se mostram favoráveis significa dizer que neste conjunto de elementos (culpabilidade, conduta social,

personalidade, motivos, circunstâncias, consequências ...) significa dizer que um ou mais de um desses elementos são negativos relativamente ao agente, com base em critérios objetivos (como fortemente no caso da reincidência e menos no da culpabilidade) ou subjetivos (personalidade do agente, conduta social, motivos, consequências etc.).

O sujeito se refere a *um pouco acima do mínimo legal* sem ainda precisar. É que antes de precisar ele passará a analisar pontualmente as circunstâncias do art. 59 do CP, já que a fixação da pena-base servirá de base de cálculo para as demais agravantes e atenuantes aplicadas, quando for o caso. Ao dizer *um pouco acima*, o efeito de sentido produzido é de que não será muito maior, diminui, pois a importância desses elementos, de modo que o conteúdo da informação é de que a alteração será pequena. Um pouco acima se opõe a muito acima, o que, conforme veremos adiante, aparece como uma estratégia do enunciador para se descolar de uma eventual carga de vingança. Atenua, pois, a força, em que pese, em verdade, seja bastante rígido na aplicação, conforme veremos no parágrafo seguinte, em (84):

(84) Isto porque a culpabilidade, a personalidade dos agentes, as circunstâncias e as consequências que cercaram a prática do crime, *no presente caso concreto*, excederam a previsibilidade do tipo legal, exigindo assim a exasperação de suas reprimendas nesta primeira fase de fixação da pena, como forma de reprovação social à altura que o crime e os autores do fato merecem. (linhas 40/4)

No trecho acima o juiz, sujeito do discurso, nomina pontualmente as circunstâncias do art. 59, até então apenas referidas indiretamente. Dizer que a avaliação se dá no *presente caso concreto* (linha 41) restringe a aplicação da norma e a subsume à particularidade: gera o efeito de sentido de que o sujeito do discurso analisou e avaliou todos esses elementos através da produção das provas em tribuna, assim como pela consulta ao que fora levado a termo nos autos do processo, concluindo pela *exasperação* da pena (linha 42/43), já que tais elementos que cercam o crime *excederam* a previsibilidade legal. Vemos o confronto destas justificativas com a expressão *um pouco acima*, tratada anteriormente.

Na parte final do trecho transcrito (linha 44), o sujeito menciona que tanto o crime quanto os autores do crime merecem uma reprimenda social. Isso significa dizer que a aplicação desta pena atende a um duplo caráter: trata-se tanto de uma

vertente pedagógica, que impõe um exemplo a todos aqueles que praticarem tal conduta, quanto uma sanção pessoal ao criminoso que pessoalmente atentou contra a sociedade e suas regras legais. Com este cuidado de criar uma punição exemplar – além de punir o agente da conduta -, o sujeito do discurso colabora para a construção de um *ethos* de justiceiro, de cidadão preocupado com a dinâmica social, responsável pelo papel de controle social do judiciário.

Nas linhas 45 a 54 o sujeito se ocupa de avaliar as *circunstancias específicas* do cometimento do crime. Novamente restringe com a expressão *ora em exame* (linha 45/46) reforçando a ideia de que todos os detalhes do crime são levados em consideração para a fixação da pena, exatamente como feito em *no caso concreto* (linha 41), expressando a importância da individualização e análise casuística para o Direito Penal⁷².

O sujeito do discurso passa a fazer sua avaliação sobre os fatos a que foi apresentado (tanto durante debates de plenário, quanto instrução dos autos, não se mostrando, ainda, alheio à repercussão e as informações extraprocessuais) classificando-os como *de uma frieza emocional e uma insensibilidade acentuada*. Já nos deparamos, neste trabalho, com a análise das expressões *frieza emocional e insensibilidade acentuada*, pelo que remetemos o leitor às páginas 16/17 e 32/33 deste trabalho, cabendo apenas reforçar a ideia de que o sujeito do discurso cria tais julgamentos pessoais a respeito das circunstâncias, em atenção da prescrição do art. 59 do CP. Ou seja, para o sujeito do discurso falar em culpabilidade, conduta social, personalidade do agente, motivação criminosa é falar de frieza emocional e insensibilidade acentuada.

Sendo assim, a *exasperação* da pena, e a fixação de pena-base *um pouco acima* do mínimo legal são apenas facetas de um julgamento bastante mais rígido do que o expresso diretamente, o que nos leva a pensar sobre a imparcialidade pela transparência no processamento e procedimento.

Em (85), que, embora longo vale citar integralmente, vemos o seguinte:

(85) Com efeito, as circunstâncias específicas que envolveram a prática do crime ora em exame demonstram a presença de uma frieza emocional e

⁷² Não apenas para o Direito Penal, vale dizer. Mas no Direito Penal, a individualização das condutas é um elemento constitutivo da efetiva Justiça.

uma insensibilidade acentuada por parte dos réus, os quais após terem passado um dia relativamente tranquilo ao lado da vítima, passeando com ela pela cidade e visitando parentes, teriam, ao final do dia, investido de forma covarde contra a mesma, como se não possuíssem qualquer vínculo afetivo ou emocional com ela, o que choca o sentimento e a sensibilidade do homem médio, ainda mais porque o conjunto probatório trazido aos autos deixou bem caracterizado que esse desequilíbrio emocional demonstrado pelos réus constituiu a mola propulsora para a prática do homicídio. (linhas 45 a 54).

Quando o sujeito do discurso segue na *sua* descrição do fato, romantizando a belíssima tarde que teve a família, num dia tranquilo, passeando pela cidade e visitando parentes, pinta uma cena de extrema harmonia, de felicidade, de compromisso familiar de uns com ou outros, sem incluir os eventuais conflitos existentes (tanto entre o casal, como entre as crianças, bem como também entre a relação da esposa do pai com a mãe da menina, situação prototipicamente delicada). Mas nada disso é mencionado.

Em verdade, podemos admitir que um crime desta natureza possa mesmo ser motivado pelos vínculos afetivos e emocionais. É o espaço do embate entre a ex-esposa e a nova família, e a disputa da nova esposa (mãe apenas de meninos) com a filha. A menina surge como uma materialização do antigo relacionamento no seio da nova vida do pai. É, portanto, um clássico conflito familiar, em que há espaço tanto para passeio, visitas, dias tranquilos, como para uma tensão permanente entre todos os integrantes deste núcleo familiar – o que foi providencialmente afastado pelo sujeito do discurso, com o efeito possível de criar uma reprova ainda maior ao fato, um rechaço mais contundente à figura dos criminosos, prevendo-se como resultado a adesão do co-enunciador às razões de condenação, e desonerando o sujeito do discurso de uma responsabilidade e de uma reprova por sua decisão.

Em (86) o sujeito do discurso se mostra compadecido com a condição da mãe da vítima, tanto pelo sofrimento produzido pelo falecimento da filha, quanto pelo assédio sofrido pela mãe em decorrência desse fato. Não resta claro se o sujeito se refere ao assédio da imprensa, mas seria bastante razoável assim imaginar, remetendo novamente às condições de produção, vejamos:

(86) Porquanto não se desconheça que em qualquer caso de homicídio consumado há sofrimento em relação aos familiares do ofendido, no caso específico destes autos, a angústia acima do normal suportada pela mãe da criança Isabella, Sr^a. Ana Carolina Cunha de Oliveira, decorrente da morte da filha, ficou devidamente comprovada nestes autos, seja através do teor

de todos os depoimentos prestados por ela nestes autos, seja através do laudo médico-psiquiátrico que foi apresentado por profissional habilitado durante o presente julgamento, após realizar consulta com a mesma, o que impediu inclusive sua permanência nas dependências deste Fórum, por ainda se encontrar, dois anos após os fatos, em situação aguda de estresse (F43.0 – CID 10), face ao monstruoso assédio a que a mesma foi obrigada a ser submetida como decorrência das condutas ilícitas praticadas pelos réus, o que é de conhecimento de todos, exigindo um maior rigor por parte do Estado-Juiz quanto à reprovabilidade destas condutas. (linhas 57 a 69)

Neste longo trecho, o sujeito novamente busca criar uma esfera de sensibilidade, apelando ao sentimento do co-enunciador, em busca da cumplicidade para a condenação dura.

No trecho das linhas 57 e 58, início da citação acima, novamente vemos o sujeito do discurso trazendo as prescrições em tese da lei para o caso em análise, como já havia feito. É uma obsessão do sujeito do discurso demarcar o limite deste caso em apreço, afastando similar aplicação de penas a casos outros, ainda que relativamente próximos na concepção e execução. É como se dissesse que *este* caso em particular merece mais atenção, *este* caso é particularíssimo, *este* caso está sendo minuciosamente destrinchado para a correta aplicação da lei penal.

Nas linhas 67 e 68 (fim do trecho acima citado) o texto expressamente menciona *o que é de conhecimento de todos*, criando uma ambiguidade útil: tanto pode se referir ao crime que é de conhecimento de todos, como ao sofrimento e assédio a que foi submetida a mãe da vítima. E dizemos ambigüidade útil, porque em qualquer dos casos o efeito produzido é o mesmo. É de conhecimento de todos tanto o crime quanto a situação da mãe da vítima, de modo que independentemente da interpretação que se dê, a informação mais preciosa é que *tudo* é de *conhecimento de todos*, de tal sorte que todos são como espectadores deste show, desta trama novelesca, que se encaminha para as *últimas semanas*, gerando grave expectativa na punição dos vilões.

Ao final, nas linhas 68 e 69 (fim de 86) o sujeito explica que frente a tal estado de coisas a resposta do estado punidor deve ser mais robusta. Um efeito de sentido possível é que por conta do fato de que *é de conhecimento de todos* a resposta deva ser exemplar, porque num crime de tais proporções a faceta pedagógica ganha mais relevo.

Ainda na fase de agravamento da pena, vemos as seguintes considerações:

(87) Pelo fato do co-réu Alexandre ostentar a qualidade jurídica de genitor da vítima Isabella, majoro a pena aplicada anteriormente a ele em mais 1/6 (um sexto)

Quanto à qualidade jurídica de progenitor da vítima, capaz de agravar a pena prevista ao crime, o sujeito do discurso se manifesta nas linhas 102 a 105, acima referidas. Notemos que, neste particular, o juiz trata com brevidade do tema, sem se ocupar de construir uma longa fundamentação, ou ainda, sem manter a linha que vinha adotando de buscar uma construção de uma cena que toque à sensibilidade do co-enunciador. Sequer entra no mérito da vontade da lei que agrava crimes cometidos em face de filhos, por atentar, de uma só vez, a uma série de valores morais da sociedade, que ignora a fragilidade emocional do filho frente ao pai, a hierarquia, a força física (especialmente em se tratando de uma criança).

Aliás, o sujeito do discurso também não predica a vítima como menina neste ponto, mas apenas se refere à vítima Isabella, sem sequer mencionar a relevante informação de que se trata de uma menor.

Embora seja um dos pontos mais delicados da trama – um pai que de alguma forma participa do assassinato da filha – o sujeito recua na sua argumentação, tratando seca e tecnicamente dos dados. É como se deixasse, subjazendo, a informação de que não é sequer necessário comentar demoradamente a gravidade do fato, basta dizer que é alguém que *ostenta a qualidade jurídica de genitor da vítima*. Nada mais estéril do que *ostentar a qualidade jurídica de genitor*. E aqui é significativo observar que o sujeito do discurso nega a paternidade ao réu: Alexandre Nardoni não figura como PAI em nenhum ponto do texto. E o vocábulo *pai* é o que carrega consigo a marca do amor incondicional, da compreensão, da cessão, da educação. Evoca por si um universo de significações vinculadas a proteção, cuidado. Mas ao contrário, figura como *genitor* que é tão somente uma *qualidade jurídica* afastada de qualquer outra significação.

A única referência a *pai* no corpo do texto se refere ao fato de que o apartamento em que vivia o casal de réus fora um presente do pai. E, aí sim, faz sentido o emprego do termo, porque pai é o que dá a casa para que o filho viva com

sua família, pai participa (foi o primeiro a receber a ligação informando do que aconteceu naquela fatídica noite, como amplamente divulgado), pai é o que acolhe num momento difícil, que trata dos assuntos delicados para preservar o filho⁷³. A figura que ostenta a qualidade *afetiva de pai*, neste discurso, é apenas o pai do réu. Isto nos remete a uma série de informações extradiscursivas, que dizem respeito às condições de produção do discurso.

No primeiro depoimento dado pelo réu Alexandre Nardoni⁷⁴, vemos o seguinte trecho: “quando estavam saindo do apartamento já tiveram a ideia de ligar para o seu pai e o pai dela. (...) Não teve ideia de ligar de seu celular para chamar uma ambulância ou viatura no local (...)”, posto que no momento delicado em que se encontrava, apenas a figura do seu pai e do pai de sua esposa é que foram lembradas.

Não é o caso do termo *mãe*, que aparece na sentença para designar a genitora da vítima, cujo contexto de aparecimento do termo, o entorno, diz respeito a um intenso sofrimento pelo falecimento da filha, uma *angústia acima do normal* (linha 59).

Na mesma esteira, observemos as duas ocorrências da palavra *filha*, buscando explicação na metodologia das palavras pivô (MAINGUENEAU, 1997: 155), porque “vocabulário encontra-se necessariamente situado no cruzamento de múltiplas instâncias, da cena enunciativa aos modos de coesão textual, passando pelo interdiscurso”. Na primeira ocorrência, linha 60, o discurso está tratando do sofrimento da mãe, do profundo estresse a que foi submetida a mãe, da angústia profunda, remetendo diretamente ao universo do amor materno dirigido à filha.

⁷³ Em uma entrevista veiculada pelo Fantástico, a mãe da vítima Isabella declara à entrevistadora que: “Patrícia Poeta - PP: E com quem você tratava, lidava dos assuntos sobre a Isabella? Ana Carolina de Oliveira - ACO: Com o pai dele.

PP: Escola, todas as dúvidas, tudo era com o pai, você ligava para o pai para falar com ele? ACO: Eu procurava não ligar muito, eu resolvia tudo o que eu podia resolver. Escola, médico, todos os tipos de assunto em relação a ela eu tentava resolver. Quando o assunto era ele, ou envolvia alguma coisa com ele, aí eu conversava com o pai dele. E era ele quem fazia esse intermédio, conversava com ele, conversava comigo”. Entrevista disponível na versão eletrônica do programa Fantástico, postado em 11/05/2008, no seguinte endereço eletrônico: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL699153-15605,00.html>

⁷⁴ Íntegra do depoimento de Alexandre Nardoni disponível na versão eletrônica do Diário de S. Paulo de 16/04/2008, veiculado pelo O Globo, postado às 8h19min, no seguinte endereço eletrônico http://oglobo.globo.com/sp/mat/2008/04/16/veja_integra_do_depoimento_do_pai_de_isabella_nardoni-426866767.asp.

(88) a angústia acima do normal suportada pela mãe da criança Isabella, Sr^a. Ana Carolina Cunha de Oliveira, decorrente da morte da filha, ficou devidamente comprovada nestes autos

Na segunda ocorrência, linha 247, vemos, conforme vemos abaixo, a expressão *homicida ‘de sua própria filha’*, com as aspas que marcam uma expressão de senso comum – como pode ter feito isso com ‘a própria filha’ – porque se a conduta vitimasse outra pessoa, esta seria também uma filha, mas de outra pessoa, e portanto, potencialmente um desconhecido, o que se admite com menos pavor. Mas com a própria filha não se pode admitir. A marca de *própria*, destacando-se a expressão *própria filha* com as aspas remete a um já-dito, uma fala ordinária que conota a gravidade da conduta.

(89) Aquele que está sendo acusado, ‘em tese’, mas por gigantescos indícios, de ser homicida de sua ‘própria filha’ – como no caso de Alexandre – e ‘enteada’ – aqui no que diz à Anna Carolina – merece tratamento severo

Negar, pois, a qualidade de pai, substituindo pela *qualidade jurídica de genitor*, implica assumir uma série de consequências da ordem dos efeitos de sentido possíveis. Conferir a qualidade de mãe, na mesma esteira, confere à genitora a aura da proteção, da benevolência e do amor, negados quando da predicação do réu.

A partir da linha 108 o juiz, sujeito do discurso, inicia a terceira e última fase da aplicação da pena, majorando a pena em razão da idade da vítima. Neste ponto, o sujeito opta por não se referir à vítima como *menina*, como já havia feito, informando apenas que se trata de menor de 14 anos, e portanto, aplicável a majorante.

Os indícios, para o sujeito do discurso, são *gigantescos*, em que pese tratar-se de uma acusação ‘em tese’. Ora, dizer que acusação se dá *em tese* significa dizer que ela pode ou não ser verificável, ou seja, seu valor de verdade é questionável. Contudo, o confronto com o adjetivo *gigantescos* retira da expressão *em tese* a possibilidade de que não haja de fato crime, ou seja, confere apenas uma possibilidade de resposta, e o efeito de sentido aponta para a culpabilidade do agente, com *gigantesco* grau de certeza.

Igual valoração vemos no trecho abaixo (90), extraído de uma citação introduzida no texto pelo sujeito do discurso, para destacar *indícios veementes*, equiparando-os aos *gigantescos indícios* (os gigantescos apenas assumidos pelo sujeito do discurso):

(90) Aquele que está sendo acusado, e com indícios veementes, volte-se a dizer, de tirar de uma criança, com todo um futuro pela frente, aquilo que é o maior 'bem' que o ser humano possui – 'a vida'. (linhas 239/241)

Aliás, quanto à culpabilidade ou não do agente, interessante observar que no rol de quesitos são formuladas duas vezes a mesma pergunta:

(91) 3 - O jurado absolve o réu? 10 - O jurado absolve o réu?

Na lista dos 11 quesitos, dois dedicam-se a perscrutar se se deve ou não condenar o réu – quesito 3 e 10 (linhas 5 e 15 do Anexo I, expresso em (91)). A justificativa para isso é que o jurado poderá reconhecer a existência de ato criminoso e ainda assim absolver o réu. E é justamente aí que reside a força da reprova de um ato criminoso avaliado pelo júri, já que embora a conduta possa ser descrita como criminosa pelo sistema legal, entretanto, não significar uma conduta reprovável pelas circunstâncias. A lei antevê e abarca a hipótese, por exemplo, do cometimento de ato criminoso inescapável ao agente (para salvar-se, por exemplo, ou para salvar um filho), de tal sorte que, embora se verifique a conduta criminosa, possa o agente ser declarado inocente e ser absolvido pelo Conselho de Sentença.

A partir de recentes modificações no Código Penal e Código de Processo Penal a própria lei penal obriga o juiz presidente do Júri a incluir tal opção em que o jurado mesmo reconhecendo a existência de prática criminosa, tenha a liberalidade de, ainda assim, considerar o réu inocente.

Quanto à fixação da pena de multa de cerca de R\$ 1300,00 cada um, assim se manifesta o juiz, em (92):

(92) os réus demonstraram, durante o transcurso da presente ação penal, possuírem um padrão de vida compatível com o patamar aqui fixado. (linhas 124).

Essa é a avaliação que o sujeito do discurso faz sobre a condição financeira dos acusados. A avaliação das condições financeiras se dá a partir da observação

de pequenos detalhes, como os profissionais contratados para a defesa, o padrão social da residência, a profissão dos agentes e demais informações colhidas fora dos autos, mediante uma avaliação subjetiva do juiz.

Não é sem razão que ele assim se manifesta, e não é apenas nessa ocasião que o texto refere a condição social dos agentes. Nas linhas 192, o juiz se refere a um choque maior do ponto de vista da gravidade do crime vez que ocorrido no seio de uma *família de boa condição social*. Para o sujeito do discurso, pelo crime envolver uma família de padrão social alto, o choque produzido é mais contundente. Subjaz a essa afirmação a ideia de que caso se tratasse de uma família de baixa renda não teríamos um choque tamanho. É que este é o lugar da violência, o ambiente cuja posição social não seja tão destacada, e aí então as reações frente à violência, numa favela, por exemplo, são usualmente consideradas de maior aceitabilidade. Evidencia-se uma manifestação da ideologia dominante, que entende e prescreve que a violência ativa é monopólio de certas classes sociais, e que, nestes contextos, ela é constitutiva, e portanto, não choca. O choque se dá quando a violência se desloca do seu espaço de direito e se dá em classes sociais que gozam de certos privilégios (privilégios esses que incluem o fato de serem e estarem descolados das práticas violentas).

É o que nos faz pensar, inclusive, que a repercussão do caso se deu justamente por envolver uma família de condição financeira razoável (ou boa). Visto que, lamentavelmente, infanticídios da mesma natureza (ou ainda mais cruéis) figuram em notinhas de jornais na seção policial quase que diariamente, poucos, contudo, ganham o destaque algo parecido com o que se deu no caso em comento.

3.4 Citações e argumentos de autoridade

Segundo as correntes dominantes na Teoria Geral do Direito, são fontes do Direito a lei, os costumes, a jurisprudência (e para alguns a doutrina). Por tal motivo, é que tanto textos de lei quanto a jurisprudência são evocados com tamanha regularidade no discurso jurídico e aqui nos deteremos na observação das ocorrências destas duas modalidades e também na evocação da doutrina.

O texto de lei é citado, em geral, para tipificar a conduta do agente, ou seja, descreve-se a conduta e a subsume ao texto de lei, por exemplo: o réu matou alguém para ocultar crime anterior, tal conduta é típica porque descrita no art. 121, §2, V do Código Penal. Também ocorre a citação do texto legal com o fim de fundamentar a decisão, oferecendo à letra da lei *sua* interpretação conforme o caso.

Por outro lado, a jurisprudência – decisões reiteradas de Tribunais – tem também bastante espaço, já que a partir dela o sujeito do discurso oferece uma aparência de univocidade para a interpretação que ele confere à lei. É como se demonstrasse ao interlocutor que não está sozinho nesta leitura possível e que, ao contrário, há um enunciador anterior – legítimo – em quem é possível ancorar a interpretação.

Trata-se de uma modalidade de criação de efeito de sentido de verdade, conforme já mencionamos neste estudo.

Ressalte-se também o modo de inserção das jurisprudências ao texto, sempre laudatórias, como nas transcrições abaixo:

(93) Nessa mesma linha de raciocínio também se apresentou o voto do não menos brilhante Desembargador revisor, Dr. Luís Soares de Mello que, de forma firme e consciente da função social das decisões do Poder Judiciário, assim deixou consignado: (linhas 235/8)

(94) conforme entendimento já pacificado perante a jurisprudência pátria, face aos demais aspectos mencionados acima que exigem a manutenção de suas custódias cautelares, o que, de forma alguma, atenta contra o princípio constitucional da presunção de inocência: (linhas 260/3)

(95) Tanto é assim que o *próprio* Colendo Supremo Tribunal Federal já admitiu este fundamento como suficiente para a manutenção de decreto de prisão preventiva: (linhas 178/9)

(96) Esta posição já foi acolhida *inclusive* pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como demonstra a ementa de acórdão a seguir transcrita: (linhas 205/6)

Em (93) os termos *não menos brilhante*, *forma firme e consciente* reforçam a tese exposta pelo sujeito do discurso.

Em (94) a citação caminha pela não-polemização e universalização – está *pacificado o entendimento* na jurisprudência pátria, e, corrobora esta afirmação citando duas jurisprudências, uma das quais, por sua vez, refere em seu corpo outras três decisões no mesmo sentido, de tal forma que dá solidez à sua afirmação de que a matéria está pacificada nos Tribunais pátrios.

A natureza de (95) e (96) é diversa, mas equivalente entre si: o *próprio Colendo STF*, corte máxima, *admite este [meu] fundamento*; e *inclusive egrégio TJSP acolhe esta [minha] posição*. O que o sujeito do discurso faz é apresentar o seu argumento e para que não restem dúvidas sobre a legitimidade de sua decisão, ou sobre a razoabilidade dos seus juízos, os insere na linha das cortes superiores.

Quando das aplicações das circunstâncias do art. 59 do CP, o sujeito do discurso justifica a longa avaliação afirmando que não se trata apenas de aplicar o referido artigo, mas que tal análise é de fundamental importância para a individualização da pena, e busca, na autoridade do argumento de um nome consagrado no universo jurídico, um apoio no que desenvolveu até o momento. Introduz a fala da autoridade a quem recorre, predicando sua lição como *sempre lúcida* e informando que se trata de *professor e magistrado*.

Colar a sua fala, como já dissemos neste trabalho, a outra predicada com lucidez, implica ter em conta sua fala como também lúcida. Apresentá-lo como professor e magistrado afiança a qualidade de sua lição, já que se fosse *apenas* professor, idealmente poderíamos ser levados ao resultado de que se trata de alguém fora do mundo prático, da aplicação do direito, e assim, mais distante das questões postas no dia a dia profissional; por outro viés, caso fosse tão somente magistrado, poderíamos ser levados a crer que se trata de alguém distante das discussões acadêmicas, das questões filosóficas e informadoras da ciência do direito, e deste modo, também de alguma forma capenga de robustez e força. Entretanto, unindo as qualidades *a priori* de um professor (e então atento às discussões modernas e relevantes para a área) e de um magistrado (equânime e sensato, de conduta ilibada e cômico das demandas de cada caso), apresenta o melhor dos mundos em termos de autoridade de argumento.

E a primeira parte da citação trazida diz respeito a um eventual cerceamento desta atividade de individualização minuciosa (linha 76). O efeito de sentido produzido, portanto, tende a rechaçar qualquer avaliação negativa quando ao fato de o sujeito do discurso se deter tão longamente nesta primeira parte. Funciona, desde logo, como uma justificação que dá suporte à sua opção.

O conteúdo maior da citação diz respeito à defesa da inclusão de dados de ordem subjetiva para a aplicação objetiva da pena, é uma maneira de legitimar todo

o desenho de família feliz antes feito, do desenho de mãe que sofre (*dois anos após os fatos* – linha 65), da brutalidade do crime, da inocência da criança, a denominada ‘menina Isabella’.

Incluir, ao final da citação, a referência bibliográfica completa (linha 81) é também uma demonstração de boa circulação pelo universo da academia, contribuindo para a construção de um *ethos* de erudição e preparo intelectual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Foucault (1977) ao apresentar o dossiê do crime de Rivière, justifica seu interesse naquele vasto material por entender que os documentos

permitem decifrar as relações de poder, de dominação e de luta dentro das quais os discursos se estabelecem e funcionam; permitem pois uma análise do discurso (e até dos discursos científicos) que seja ao mesmo tempo política e relacionada com o acontecimento, logo estratégica (FOUCAULT, 1977: XIII)

Aí também residui, como tentamos demonstrar, o nosso interesse ao olhar para as sentenças condenatórias - porque esse é um espaço de disputas discursivas, de relações de poder e dominação.

Na sentença condenatória encontramos a luta do direito pela sua própria manutenção, a luta do poder Estado posta em questão pela infringência de sua lei, a luta de uma sociedade que rechaça certas condutas. O espaço disto, como vimos na superfície do discurso, é vozeado por um sujeito, com suas crenças, atravessada por ideologias e dotado de posicionamentos – muitos deles irrefletidos.

As opções discursivas do sujeito do discurso – ao renegar francamente o título de pai ao infanticida é significativa -, especialmente posta em oposição à figura de uma mãe que sofre *angustia acima do normal*, ou do pai que *presenteou* o filho com o apartamento em que reside (e que, ironicamente, é, possivelmente, o cenário de tenebroso crime). As inúmeras recorrências da instituição judiciária sendo evocada não são aleatórias, a descrição e adjetivação da barbárie do crime dialogam com as expectativas da sociedade. A reprovação, finalmente, com o

apenamento dos criminosos traz *a palavra e a solução* (linhas 245 da sentença dos Nardoni).

Dizer que ao Judiciário cabe, *em última instância, (...) a palavra e a solução* dos conflitos postos ao seu arbítrio é súmula da mais alta importância. Ousamos reelaborar as palavras do julgador para afirmar que *a palavra do Judiciário é, em última instância, solução*. Tudo isto porque o seu *dizer é fazer*, sua *palavra* é ato que *segrega* (linhas 281 da sentença dos Nardoni). Tudo porque a ritualística desta guerra (FOUCAULT, 2003:57) que é o direito teve sua *liturgia* máxima observada em todos os graus: a instituição é legítima, a pessoa é legítima.

Com nossas observações ao longo deste estudo, quisemos (e esperamos ao menos ter apontado para esta direção) destrinchar o objeto de estudo sob vários pontos de vista, para, ao final, podermos demonstrar as inúmeras camadas de sua formação: se temos a lei positiva (arbitrária, na medida em que um crime não é um dado natural); por outro lado aparecem ainda os ecos do discurso moral e religioso como constituintes da lei positiva. Vemos um embate retórico/teórico entre acusação e defesa – os discursos científicos dos peritos num embate contra a negativa de autoria da defesa. É um embate entre *veementes indícios de autoria* (linhas 218 e 240 da sentença dos Nardoni) e uma voz que nega o cometimento de um crime, protegida pela presunção de inocência (linhas 27, 220 e 264) que orienta e ilumina o Estado Democrático de Direito.

Há o clamor popular (linhas 185, 216) pela condenação e a medida da justa reprovação (linhas 228) para que a pena seja adequada e dentro dos limites postos pela lei. É sem dúvida um embate. De um lado está o homem médio dotado da capacidade de se chocar frente a um fato criminoso de monta; de outro o inimigo da sociedade dotado da capacidade de agir de modo reprovável, cruel, frio, a despeito de laços afetivos ou emocionais com a vítima.

A televisão – “um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1997:20) – se ocupando de replicar o drama da vida real, *como fartamente divulgado pela mídia* (linhas 195), tem também o seu espaço na luta dos discursos, e penetra na ordem do discurso da condenação.

Este espaço discursivo, buscamos apontar, é também o espaço de conflito entre a forma e conteúdo, entre a rigidez e a subjetividade. É a batalha entre o *VISTOS, registre-se e cumpra-se* quando a vítima é a *menina Isabella*. O juiz segue os critérios objetivos do art. 59 do CP para fixar a pena *um pouco acima do mínimo legal* (linhas 39) reprovando o fato de que o réu parecia não ter *qualquer vínculo afetivo ou emocional* com a vítima (linha 50). Não *parecer* ter vínculos com a sua própria filha salta aos olhos do sujeito do discurso, é algo que merece destaque na batalha entre os critérios de verificação de culpabilidade para a dosimetria da pena – é a sua subjetividade posta em combate com a letra da lei. E insiste o julgador que frente ao crime e aos criminosos em questão – *não existem circunstâncias atenuantes, não existem condições favoráveis* (linhas 106, 127, 148, 38, 120, 142 158) – tudo pelo *restabelecimento do império da lei e da Justiça* (linha 231).

É ainda a verdade que vence a mentira. Os réus negaram, *de forma veemente* (linhas 292) que forneceram amostras de sangue, *o que acabou sendo afastado posteriormente* com nova coleta de material que comprovou o primeiro fornecimento. Neste embate, a *falta de lisura* merece reprimenda, a verdade surge como imperativo do que ‘parece ser’, materializada pelos indícios. A verdade é ancorada no discurso científico, que busca na obra *Individualização da Pena, Ed. RT, 2ª Ed., 2007, pág 195 (linhas 81)*, sua legitimação – pela via da demonstração do bom trânsito pelo conhecimento formal, assim como também encontra modos de demonstração pela inserção de quatro outras decisões judiciais que respaldam e legitimam seu discurso, fazendo-o (parecer) verdadeiro.

Das linhas 57 a 69 da sentença condenatória o sujeito do discurso descreve as agruras da mãe da vítima, o seu sofrimento, o assédio da imprensa que renova os sofrimentos, a submissão a avaliações médico que comprovam o estado de estresse e conclui que tais situações redundam na necessidade de *maior rigor por parte do Estado-juiz quanto à reprovabilidade destas condutas*. Os argumentos ali expostos, bem como o modo de encadeação sugerem uma reprovação maior por fazer a/uma mãe sofrer – soa quase como um castigo. Uma mãe é uma categoria de pessoa que, para o julgador, merece maior proteção do judiciário, porque no caso em tela, fazer uma mãe sofrer implicou maior rigor quanto à reprovabilidade da conduta. É um dado da subjetividade do julgador que vem até a superfície do

discurso, que se amarra a um hipotético saber, uma legitimidade forçada, para fazer valer seu juízo particular.

Falar em culpabilidade e personalidade dos agentes (linhas 40 e 52 a 54) traz a tona uma problemática das mais delicadas, já destacada por Foucault (2003), que autoriza a sociedade (representada pelo Judiciário, na pessoa do juiz) a tratar do cidadão a partir da suas potencialidades criminosas, “significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos”, e, completa afirmando que não se trata de crimes que ocorreram, “não (...) infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 2003:85). É uma premissa contrária a toda a lógica da infração que determina a punição pela quebra do contrato social. A sua potencialidade não efetiva – que, aliás, ronda a todos os cidadãos e não apenas os *periculosos* – não é, *a priori* criminalizável, mas quanto posta *a respeito* de um criminoso é capaz de gerar agravamento em sua pena.

Aparece, portanto, a partir da análise alguma distancia entre o *ser* do Direito e o *dever ser*. Norteamos nossa discussão teórica a partir de um *dever ser* que não se realiza no discurso.

O que quisemos demonstrar, pois, é justamente a existência das infinitas camadas que formam o discurso. A remissão necessária (e eventualmente invisível) a um já-dito jamais-dito, e as inúmeras forças que concorrem na existência do acontecimento discursivo. Esperamos ter conseguido, se não esgotando o assunto - não temos tal pretensão -, mas chamando a atenção para este espaço discursivo e para a riqueza de elementos que nele dividem espaço com a efetiva punição a um criminoso.

BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, JL. **Performativo – Constativo**. In: Ottoni, Visão Performativa da Linguagem: 111-144. (1998).

AMOSSY, Ruth. Ethos. IN: CHARAUDEAU, Patrick, e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. In: _____ (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2008.

BARONAS, Roberto Leiser; KOMESU, Fabiana. **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso** (Coleção Ideias sobre Linguagem). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez editora, 2005.

BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Hemus livraria editora Ltda, 1974.

BONFIN, Edilson Mougnot. Parra Neto, Domingos. **O novo procedimento do júri: comentários à lei n. 11.689/2008**. São Paulo, Saraiva: 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **Sobre o poder simbólico**. In: _____. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso desde julho/2010.

_____. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Texto Compilado. Disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm, acesso desde julho/2010.

_____. Decreto-lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Texto Compilado. Disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm, acesso desde julho/2010.

BURKE, Peter. PORTER, Roy. **Línguas e jargões**. In: _____(org.). Línguas e jargões: contribuições para uma história social da língua. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

CHARAUDEAU, Patrick, e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. **Papel do jurista num mundo em crise de valores**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão da Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

EGGS, Ekkehard. **Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna**. In: AMOSSY, R. (org.). Imagens de si no discurso: a construção do ethos. Contexto, 2008.

EL TASSE, Adel. **Tribunal do Júri**. Curitiba: Juruá, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1979. E-book disponível no endereço eletrônico: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf>, acesso desde janeiro/2011.

_____. (coord.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. **A ordem do discurso.** 18 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **A arqueologia do saber.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 9ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu.** 1921. E-book disponível no endereço eletrônico: <http://www.todososlinks.com.br/sigmundpsicol>. Acesso desde julho/2011.

_____. **Mal estar na civilização.** 1930. Disponível no endereço eletrônico: http://cei1011.files.wordpress.com/2010/04/freud_o_mal_estar_na_civilizacao.pdf. Acesso desde julho/2011.

GADET, F; HAK, Tony (orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do Discurso – diálogos e duelos.** 3ª edição, São Carlos: Claraluz, 2007.

ISRAËL, Nicolas. **Genealogia do Direito Moderno: o estado de necessidade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

JESUS, Damásio E. de. **Volume 1: Parte Geral;** São Paulo: Saraiva, 2005.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito: introdução à problemática científica do direito.** 5ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

LINHARES, Juliana. Frios e dissimulados. **Revista VEJA**. Edição 2057, 23 de abril de 2008, disponível no endereço eletrônico: http://veja.abril.com.br/230408/p_084.shtml. Acesso a partir de julho/2011.

MAMELUQUE, Leopoldo. **Manual do novo júri**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes editora, 3ª edição, 1997.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo, Parábola editorial, 2008b.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Manual de Direito Penal – Vol. 1**. Atlas, 18ª ed., [2002](#).

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

ORDENAÇÕES Filipinas, vol. 1 a 5. (1603). Edição Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870. Edição em fac-símile disponível no endereço eletrônico <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/b.htm>. Acesso a partir de setembro/2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 8ª Edição. Campinas, São Paulo: Pontes, 2009.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: 3ª edição. Pontes Editores, 2008.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. 1ª Edição. São Paulo, Kairós livraria e editora: 1979.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, Michel. **Remontons de Foucault à Spinoza**. (1977), in L'Inquiétude du Discours, Editions des Cendres, 1990.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Editora Pontes, 2008.

_____. **Papel da memória**, in: P. ACHARD et alii, *Papel da memória*. Campinas: Ed. Pontes, 1983.

_____. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F; HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

POETA, Patrícia. Mãe de Isabella Nardoni fala pela primeira vez numa entrevista surpreendente e reveladora. **Fantástico**. Entrevista. Disponível na versão eletrônica do programa Fantástico, postado em 11/05/2008, no seguinte endereço eletrônico: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL699153-15605,00.html>. Acesso desde julho/2011.

POSSENTI, Sírio. **Apresentação da análise do discurso**. S. J. R. Preto - SP, Glotta, 12: 45-59, 1990.

_____. **Discurso, estilo e subjetividade**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas**. In: *Introdução à Linguística: Fundamentos epistemológicos*. Vol 3. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. **Os limites do discurso. Ensaio sobre discurso e sujeito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b.

_____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009c.

PORTER, Roy. **Perplexo com palavras difíceis: os usos do jargão médico**. In: *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da língua*. Peter Burke e Roy Porter (org.). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

QUEIROZ, Paulo. **Funções do Direito Penal: Legitimação versus Deslegitimação do Sistema Penal**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2008

REVISTA IstoÉ independente. N° Edição: 2005 | 09.Abr.08 - 10:00. Disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/2363_A+MORTE+INACEITAVEL+DE+ISABELLA. Consulta em 03/04/2010.

SOUZA, Artur César de. **A parcialidade positiva do juiz**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2008.

TORNAGUI, Hélio. **Código de Processo Penal**. Vol. 2. São Paulo: Editora Saraiva, 1981.

Integra do depoimento de Alexandre Nardoni, disponível na versão eletrônica do Diário de S. Paulo de 16/04/2008, veiculado pelo O Globo, postado às 8h19min, no seguinte endereço eletrônico http://oglobo.globo.com/sp/mat/2008/04/16/veja_integra_do_depoimento_do_pai_de_isabella_nardoni-426866767.asp. Acesso em julho/2011.

ANEXO I

Rol de quesitos

Réus: Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá

- 1 1A - A esganadura causou a morte? 1B - Ela (vítima) foi lançada pela janela?
- 2 2A - Alexandre deixou de socorrer a vítima durante a esganadura? 2B - Foi ele
- 3 (Alexandre) que a jogou pela janela?
- 4 3 - O jurado absolve o réu?
- 5 4A - O crime foi cometido de forma cruel (esganadura)? 4B - O crime foi cometido de
- 6 forma cruel (lançamento pela janela)?
- 7 5A - Houve emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vítima durante a
- 8 esganadura? 5B - Houve emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vítima
- 9 durante o lançamento pela janela?
- 10 6 - O crime foi cometido para esconder a esganadura?
- 11 7 - O crime foi cometido contra menor de 14 anos?
- 12 8 - Mexeram no local do crime?
- 13 9 - Eles lavaram a roupa para impedir a coleta de prova?
- 14 10 - O jurado absolve o réu?
- 15 11 - Ele (Alexandre) fez isso para eximir-se da culpa?

ANEXO II

Sentença Condenatória

Réus: Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá

VISTOS

ALEXANDRE ALVES NARDONI e ANNA CAROLINA TROTTA PEIXOTO JATOBÁ, qualificados nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público porque no dia 29 de março de 2.008, por volta de 23:49 horas, na rua Santa Leocádia, nº 138, apartamento 62, vila Isolina Mazei, nesta Capital, agindo em concurso e com identidade de propósitos, teriam praticado crime de homicídio triplamente qualificado pelo meio cruel (asfixia mecânica e sofrimento intenso), utilização de recurso que impossibilitou a defesa da ofendida (surpresa na esganadura e lançamento inconsciente pela janela) e com o objetivo de ocultar crime anteriormente cometido (esganadura e ferimentos praticados anteriormente contra a mesma vítima) contra a ISABELLA OLIVEIRA NARDONI.

Aponta a denúncia também que os acusados, após a prática do crime de homicídio referido acima, teriam incorrido também no delito de fraude processual, ao alterarem o local do crime com o objetivo de inovarem artificialmente o estado do lugar e dos objetos ali existentes, com a finalidade de induzir a erro o juiz e os peritos e, com isso, produzir efeito em processo penal que viria a ser iniciado.

Após o regular processamento do feito em Juízo, os réus acabaram sendo pronunciados, nos termos da denúncia, remetendo-se a causa assim a julgamento ao Tribunal do Júri, cuja decisão foi mantida em grau de recurso.

Por esta razão, os réus foram então submetidos a julgamento perante este Egrégio 2º Tribunal do Júri da Capital do Fórum Regional de Santana, após cinco dias de trabalhos, acabando este Conselho Popular, de acordo com o termo de votação anexo, reconhecendo que os acusados praticaram, em concurso, um crime de homicídio contra a vítima Isabella Oliveira Nardoni, pessoa menor de 14 anos, triplamente qualificado pelo meio cruel, pela utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima e para garantir a ocultação de delito anterior, ficando assim afastada a tese única sustentada pela Defesa dos réus em Plenário de negativa de autoria.

Além disso, reconheceu ainda o Conselho de Sentença que os réus também praticaram, naquela mesma ocasião, o crime conexo de fraude processual qualificado.

É a síntese do necessário.

FUNDAMENTAÇÃO.

4. Em razão dessa decisão, passo a decidir sobre a pena a ser imposta a cada um dos acusados em relação a este crime de homicídio pelo qual foram considerados culpados pelo Conselho de Sentença.

Uma vez que as condições judiciais do art. 59 do Código Penal não se mostram favoráveis em relação a ambos os acusados, suas penas-base devem ser fixadas um pouco acima do mínimo legal.

Isto porque a culpabilidade, a personalidade dos agentes, as circunstâncias e as conseqüências que cercaram a prática do crime, no presente caso concreto, excederam a previsibilidade do tipo legal, exigindo assim a exasperação de suas reprimendas nesta primeira fase de fixação da pena, como forma de reprovação social à altura que o crime e os autores do fato merecem.

Com efeito, as circunstâncias específicas que envolveram a prática do crime ora em exame demonstram a presença de uma frieza emocional e uma insensibilidade acentuada por parte dos réus, os quais após terem passado um dia relativamente tranqüilo ao lado da vítima, passeando com ela pela cidade e visitando parentes, teriam, ao final do dia, investido de forma covarde contra a mesma, como se não possuíssem qualquer vínculo afetivo ou emocional com ela, o que choca o sentimento e a sensibilidade do homem médio, ainda mais porque o conjunto probatório trazido aos autos deixou bem caracterizado que esse desequilíbrio emocional demonstrado pelos réus constituiu a mola propulsora para a prática do homicídio.

De igual forma relevante as conseqüências do crime na presente hipótese, notadamente em relação aos familiares da vítima.

Porquanto não se desconheça que em qualquer caso de homicídio consumado há sofrimento em relação aos familiares do ofendido, no caso específico destes autos, a angústia acima do normal suportada pela mãe da criança Isabella, Sr^a. Ana Carolina Cunha de Oliveira, decorrente da morte da filha, ficou devidamente comprovada nestes autos, seja através do teor de todos os depoimentos prestados por ela nestes autos, seja através do laudo médico-psiquiátrico que foi apresentado por profissional habilitado durante o presente julgamento, após realizar consulta com a mesma, o que impediu inclusive sua permanência nas dependências deste Fórum, por ainda se encontrar, dois anos após os fatos, em situação aguda de estresse (F43.0 – CID 10), face ao monstruoso assédio a que a mesma foi obrigada a ser submetida como decorrência das condutas ilícitas praticadas pelos réus, o que é de conhecimento de todos, exigindo um maior rigor por parte do Estado-Juiz quanto à reprovabilidade destas condutas.

A análise da culpabilidade, das personalidades dos réus e das circunstâncias e conseqüências do crime, como foi aqui realizado, além de possuir fundamento legal expresso no mencionado art. 59 do Código Penal, visa também atender ao princípio da individualização da pena, o qual constitui vetor de atuação dentro da legislação penal brasileira, na lição sempre lúcida do professor e magistrado Guilherme de Souza Nucci:

“Quanto mais se cercear a atividade individualizadora do juiz na aplicação da pena, afastando a possibilidade de que analise a personalidade, a conduta social, os antecedentes, os motivos, enfim, os critérios que são subjetivos, em cada caso concreto, mais cresce a chance de padronização da pena, o que contraria, por natureza, o princípio constitucional da individualização da pena, aliás, cláusula pétrea” (“Individualização da Pena”, Ed. RT, 2ª edição, 2007, pág. 195).

Assim sendo, frente a todas essas considerações, majoro a pena-base para cada um dos réus em relação ao crime de homicídio praticado por eles, qualificado pelo fato de ter sido cometido para garantir a ocultação de delito anterior (inciso V, do parágrafo segundo do art. 121 do Código Penal) no montante de 1/3 (um terço), o que resulta em 16 (dezesesseis) anos de reclusão, para cada um deles.

Como se trata de homicídio triplamente qualificado, as outras duas qualificadoras de utilização de meio cruel e de recurso que dificultou a defesa da vítima (incisos III

e IV, do parágrafo segundo do art. 121 do Código Penal), são aqui utilizadas como circunstâncias agravantes de pena, uma vez que possuem previsão específica no art. 61, inciso II, alíneas “c” e “d” do Código Penal.

Assim, levando-se em consideração a presença destas outras duas qualificadoras, aqui admitidas como circunstâncias agravantes de pena, majoro as reprimendas fixadas durante a primeira fase em mais um quarto, o que resulta em 20 (vinte) anos de reclusão para cada um dos réus.

Justifica-se a aplicação do aumento no montante aqui estabelecido de um quarto, um pouco acima do patamar mínimo, posto que tanto a qualificadora do meio cruel foi caracterizada na hipótese através de duas ações autônomas (asfixia e sofrimento intenso), como também em relação à qualificadora da utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima (surpresa na esganadura e lançamento inconsciente na defenestração).

Pelo fato do co-réu Alexandre ostentar a qualidade jurídica de genitor da vítima Isabella, majoro a pena aplicada anteriormente a ele em mais 1/6 (um sexto), tal como autorizado pelo art. 61, parágrafo segundo, alínea “e” do Código Penal, o que resulta em 23 (vinte e três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

Como não existem circunstâncias atenuantes de pena a serem consideradas, torno definitivas as reprimendas fixadas acima para cada um dos réus nesta fase.

Por fim, nesta terceira e última fase de aplicação de pena, verifica-se a presença da qualificadora prevista na parte final do parágrafo quarto, do art. 121 do Código Penal, pelo fato do crime de homicídio doloso ter sido praticado contra pessoa menor de 14 anos, daí porque majoro novamente as reprimendas estabelecidas acima em mais 1/3 (um terço), o que resulta em 31 (trinta e um) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão para o co-réu Alexandre e 26 (vinte e seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão para a co-ré Anna Jatobá.

Como não existem outras causas de aumento ou diminuição de pena a serem consideradas nesta fase, torno definitivas as reprimendas fixadas acima.

Quanto ao crime de fraude processual para o qual os réus também teriam concorrido, verifica-se que a reprimenda nesta primeira fase da fixação deve ser estabelecida um pouco acima do mínimo legal, já que as condições judiciais do art. 59 do Código Penal não lhe são favoráveis, como já discriminado acima, motivo pelo qual majoro em 1/3 (um terço) a pena-base prevista para este delito, o que resulta em 04 (quatro) meses de detenção e 12 (doze) dias-multa, sendo que o valor unitário de cada dia-multa deverá corresponder a 1/5 (um quinto) do valor do salário mínimo, uma vez que os réus demonstraram, durante o transcurso da presente ação penal, possuírem um padrão de vida compatível com o patamar aqui fixado.

Inexistem circunstâncias agravantes ou atenuantes de pena a serem consideradas. Presente, contudo, a causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do art. 347 do Código Penal, pelo fato da fraude processual ter sido praticada pelos réus com o intuito de produzir efeito em processo penal ainda não iniciado, as penas estabelecidas acima devem ser aplicadas em dobro, o que resulta numa pena final para cada um deles em relação a este delito de 08 (oito) meses de detenção e 24 (vinte e quatro) dias-multa, mantido o valor unitário de cada dia-multa estabelecido acima.

5. Tendo em vista que a quantidade total das penas de reclusão ora aplicadas aos réus pela prática do crime de homicídio triplamente qualificado ser superior a 04

anos, verifica-se que os mesmos não fazem jus ao benefício da substituição destas penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, a teor do disposto no art. 44, inciso I do Código Penal.

Tal benefício também não se aplica em relação às penas impostas aos réus pela prática do delito de fraude processual qualificada, uma vez que as além das condições judiciais do art. 59 do Código Penal não são favoráveis aos réus, há previsão específica no art. 69, parágrafo primeiro deste mesmo diploma legal obstando tal benefício de substituição na hipótese.

6. Ausentes também as condições de ordem objetivas e subjetivas previstas no art. 77 do Código Penal, já que além das penas de reclusão aplicadas aos réus em relação ao crime de homicídio terem sido fixadas em quantidades superiores a 02 anos, as condições judiciais do art. 59 não são favoráveis a nenhum deles, como já especificado acima, o que demonstra que não faz jus também ao benefício da suspensão condicional do cumprimento de nenhuma destas penas privativas de liberdade que ora lhe foram aplicadas em relação a qualquer dos crimes.

7. Tendo em vista o disposto no art. 33, parágrafo segundo, alínea “a” do Código Penal e também por ter o crime de homicídio qualificado a natureza de crimes hediondos, a teor do disposto no artigo 2o, da Lei nº 8.072/90, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei n. 11.464/07, os acusados deverão iniciar o cumprimento de suas penas privativas de liberdade em regime prisional FECHADO.

Quanto ao delito de fraude processual qualificada, pelo fato das condições judiciais do art. 59 do Código Penal não serem favoráveis a qualquer dos réus, deverão os mesmos iniciar o cumprimento de suas penas privativas de liberdade em relação a este delito em regime prisional SEMI-ABERTO, em consonância com o disposto no art. 33, parágrafo segundo, alínea “c” e seu parágrafo terceiro, daquele mesmo Diploma Legal.

8. Face à gravidade do crime de homicídio triplamente qualificado praticado pelos réus e à quantidade das penas privativas de liberdade que ora lhes foram aplicadas, ficam mantidas suas prisões preventivas para garantia da ordem pública, posto que subsistem os motivos determinantes de suas custódias cautelares, tal como previsto nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal, devendo aguardar detidos o trânsito em julgado da presente decisão. Como este Juízo já havia consignado anteriormente, quando da prolação da sentença de pronúncia – respeitados outros entendimentos em sentido diverso – a manutenção da prisão processual dos acusados, na visão deste julgador, mostra-se realmente necessária para garantia da ordem pública, objetivando acautelar a credibilidade da Justiça em razão da gravidade do crime, da culpabilidade, da intensidade do dolo com que o crime de homicídio foi praticado por eles e a repercussão que o delito causou no meio social, uma vez que a prisão preventiva não tem como único e exclusivo objetivo prevenir a prática de novos crimes por parte dos agentes, como exaustivamente tem sido ressaltado pela doutrina pátria, já que evitar a reiteração criminosa constitui apenas um dos aspectos desta espécie de custódia cautelar.

Tanto é assim que o próprio Colendo Supremo Tribunal Federal já admitiu este fundamento como suficiente para a manutenção de decreto de prisão preventiva:

“HABEAS CORPUS. QUESTÃO DE ORDEM. PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR. ALEGADA NULIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. DECRETO DE PRISÃO CAUTELAR QUE SE APÓIA NA GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO SUPOSTAMENTE PRATICADO, NA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA “CREDIBILIDADE DE UM DOS PODERES DA

REPÚBLICA”, NO CLAMOR POPULAR E NO PODER ECONÔMICO DO ACUSADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DO PROCESSO.”

“O plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 80.717, fixou a tese de que o sério agravo à credibilidade das instituições públicas pode servir de fundamento idôneo para fins de decretação de prisão cautelar, considerando, sobretudo, a repercussão do caso concreto na ordem pública.” (STF, HC 85298-SP, 1ª Turma, rel. Min. Carlos Aires Brito, julg. 29.03.2005, sem grifos no original).

Portanto, diante da hediondez do crime atribuído aos acusados, pelo fato de envolver membros de uma mesma família de boa condição social, tal situação teria gerado revolta à população não apenas desta Capital, mas de todo o país, que envolveu diversas manifestações coletivas, como fartamente divulgado pela mídia, além de ter exigido também um enorme esquema de segurança e contenção por parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo na frente das dependências deste Fórum Regional de Santana durante estes cinco dias de realização do presente julgamento, tamanho o número de populares e profissionais de imprensa que para cá acorreram, daí porque a manutenção de suas custódias cautelares se mostra necessária para a preservação da credibilidade e da respeitabilidade do Poder Judiciário, as quais ficariam extremamente abaladas caso, agora, quando já existe decisão formal condenando os acusados pela prática deste crime, conceder-lhes o benefício de liberdade provisória, uma vez que permaneceram encarcerados durante toda a fase de instrução.

Esta posição já foi acolhida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como demonstra a ementa de acórdão a seguir transcrita:

“LIBERDADE PROVISÓRIA – Benefício pretendido – Primariedade do recorrente – Irrelevância – Gravidade do delito – Preservação do interesse da ordem pública – Constrangimento ilegal inócurrenente.” (In JTJ/Lex 201/275, RSE nº 229.630-3, 2ª Câmara, rel. Des. Silva Pinto, julg. em 09.06.97).

O Nobre Desembargador Caio Eduardo Canguçu de Almeida, naquele mesmo voto condutor do v. acórdão proferido no mencionado recurso de “habeas corpus”, resume bem a presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva no presente caso concreto:

“Mas, se um e outro, isto é, se clamor público e necessidade da preservação da respeitabilidade de atuação jurisdicional se aliarem à certeza quanto à existência do fato criminoso e a veementes indícios de autoria, claro que todos esses pressupostos somados haverão de servir de bom, seguro e irrecusável fundamento para a excepcionalização da regra constitucional que presumindo a inocência do agente não condenado, não tolera a prisão antecipada do acusado.”

E, mais à frente, arremata:

“Há crimes, na verdade, de elevada gravidade, que, por si só, justificam a prisão, mesmo sem que se vislumbre risco ou perspectiva de reiteração criminosa. E, por aqui, todos haverão de concordar que o delito de que se trata, por sua gravidade e característica chocante, teve incomum repercussão, causou intensa indignação e gerou na população incontrolável e ansiosa expectativa de uma justa contraprestação jurisdicional. A prevenção ao crime exige que a comunidade respeite a lei e a Justiça, delitos havendo, tal como o imputado aos pacientes, cuja gravidade concreta gera abalo tão profundo naquele sentimento, que para o restabelecimento da confiança no império da lei e da Justiça exige uma imediata reação. A falta dela mina essa confiança e serve de estímulo à prática de novas infrações, não sendo razoável, por isso, que acusados por crimes brutais

permaneçam livre, sujeitos a uma conseqüência remota e incerta, como se nada tivessem feito.” (sem grifos no original).

Nessa mesma linha de raciocínio também se apresentou o voto do não menos brilhante Desembargador revisor, Dr. Luís Soares de Mello que, de forma firme e consciente da função social das decisões do Poder Judiciário, assim deixou consignado:

“Aquele que está sendo acusado, e com indícios veementes, volte-se a dizer, de tirar de uma criança, com todo um futuro pela frente, aquilo que é o maior ‘bem’ que o ser humano possui – ‘a vida’ – não pode e não deve ser tratado igualmente a tantos outros cidadãos de bem e que seguem sua linha de conduta social aceitável e tranqüila. E o Judiciário não pode ficar alheio ou ausente a esta preocupação, dê que a ele, em última instância, é que cabe a palavra e a solução.

Ora.

Aquele que está sendo acusado, ‘em tese’, mas por gigantescos indícios, de ser homicida de sua ‘própria filha’ – como no caso de Alexandre – e ‘enteada’ – aqui no que diz à Anna Carolina – merece tratamento severo, não fora o próprio exemplo ao mais da sociedade. Que é também função social do Judiciário. É a própria credibilidade da Justiça que se põe à mostra, assim.” (sem grifos no original).

Por fim, como este Juízo já havia deixado consignado anteriormente, ainda que se reconheça que os réus possuem endereço fixo no distrito da culpa, posto que, como noticiado, o apartamento onde os fatos ocorreram foi adquirido pelo pai de Alexandre para ali estabelecessem seu domicílio, com ânimo definitivo, além do fato de Alexandre, como provedor da família, possuir profissão definida e emprego fixo, como ainda pelo fato de nenhum deles ostentarem outros antecedentes criminais e terem se apresentado espontaneamente à Autoridade Policial para cumprimento da ordem de prisão temporária que havia sido decretada inicialmente, isto somente não basta para assegurar-lhes o direito à obtenção de sua liberdade durante o restante do transcorrer da presente ação penal, conforme entendimento já pacificado perante a jurisprudência pátria, face aos demais aspectos mencionados acima que exigem a manutenção de suas custódias cautelares, o que, de forma alguma, atenta contra o princípio constitucional da presunção de inocência:

“RHC – PROCESSUAL PENAL – PRISÃO PROVISÓRIA – A primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita não impedem, por si só, a prisão provisória” (STJ, 6ª Turma, v.u., ROHC nº 8566-SP, rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, julg. em 30.06.1999).

“HABEAS CORPUS . HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ASSEGURAR A INSTRUÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA A TESTEMUNHAS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. 1. A existência de indícios de autoria e a prova de materialidade, bem como a demonstração concreta de sua necessidade, lastreada na ameaça de testemunhas, são suficientes para justificar a decretação da prisão cautelar para garantir a regular instrução criminal, principalmente quando se trata de processo de competência do Tribunal do Júri. 2. Nos processos de competência do Tribunal Popular, a instrução criminal exaure-se definitivamente com o julgamento do plenário (arts. 465 a 478 do CPP). 3. Eventuais condições favoráveis ao paciente – tais como a primariedade, bons antecedentes, família constituída, emprego e residência fixa – não impedem a segregação cautelar, se o decreto prisional está devidamente fundamentado nas hipóteses que autorizam a prisão preventiva. Nesse sentido: RHC 16.236/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 17/12/04; RHC 16.357/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 9/2/05; e RHC 16.718/MT, de minha

relatoria, DJ de 1º/2/05). 4. Ordem denegada. (STJ, 5ª Turma, v.u., HC nº 99071/SP, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julg. em 28.08.2008).

Ademais, a falta de lisura no comportamento adotado pelos réus durante o transcorrer da presente ação penal, demonstrando que fariam tudo para tentar, de forma deliberada, frustrar a futura aplicação da lei penal, posto que após terem fornecido material sanguíneo para perícia no início da apuração policial e inclusive confessado este fato em razões de recurso em sentido estrito, apegaram-se a um mero formalismo, consistente na falta de assinatura do respectivo termo de coleta, para passarem a negar, de forma veemente, inclusive em Plenário durante este julgamento, terem fornecido aquelas amostras de sangue, o que acabou sendo afastado posteriormente, após nova coleta de material genético dos mesmos para comparação com o restante daquele material que ainda estava preservado no Instituto de Criminalística.

Por todas essas razões, ficam mantidas as prisões preventivas dos réus que haviam sido decretadas anteriormente por este Juízo, negando-lhes assim o direito de recorrerem em liberdade da presente decisão condenatória.

DECISÃO.

9. Isto posto, por força de deliberação proferida pelo Conselho de Sentença que JULGOU PROCEDENTE a acusação formulada na pronúncia contra os réus ALEXANDRE ALVES NARDONI e ANNA CAROLINA TROTTA PEIXOTO JATOBÁ, ambos qualificados nos autos, condeno-os às seguintes penas:

co-réu ALEXANDRE ALVES NARDONI:

- pena de 31 (trinta e um) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, pela prática do crime de homicídio contra pessoa menor de 14 anos, triplamente qualificado, agravado ainda pelo fato do delito ter sido praticado por ele contra descendente, tal como previsto no art. 121, parágrafo segundo, incisos III, IV e V c.c. o parágrafo quarto, parte final, art. 13, parágrafo segundo, alínea “a” (com relação à asfixia) e arts. 61, inciso II, alínea “e”, segunda figura e 29, todos do Código Penal, a ser cumprida inicialmente em regime prisional FECHADO, sem direito a “sursis”;

- pena de 08 (oito) meses de detenção, pela prática do crime de fraude processual qualificada, tal como previsto no art. 347, parágrafo único do Código Penal, a ser cumprida inicialmente em regime prisional SEMI-ABERTO, sem direito a “sursis” e 24 (vinte e quatro) dias-multa, em seu valor unitário mínimo.

B) co-ré ANNA CAROLINA TROTTA PEIXOTO JATOBÁ:

- pena de 26 (vinte e seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, pela prática do crime de homicídio contra pessoa menor de 14 anos, triplamente qualificado, tal como previsto no art. 121, parágrafo segundo, incisos III, IV e V c.c. o parágrafo quarto, parte final e art. 29, todos do Código Penal, a ser cumprida inicialmente em regime prisional FECHADO, sem direito a “sursis”;

- pena de 08 (oito) meses de detenção, pela prática do crime de fraude processual qualificada, tal como previsto no art. 347, parágrafo único do Código Penal, a ser cumprida inicialmente em regime prisional SEMI-ABERTO, sem direito a “sursis” e 24 (vinte e quatro) dias-multa, em seu valor unitário mínimo.

10. Após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações e comunicações, lancem-se os nomes dos réus no livro Rol dos Culpados, devendo ser recomendados, desde logo, nas prisões em que se encontram recolhidos, posto que lhes foi negado o direito de recorrerem em liberdade da presente decisão.

330 11. Esta sentença é lida em público, às portas abertas, na presença dos réus, dos Srs.
331 Jurados e das partes, saindo os presentes intimados.
332 Plenário II do 2º Tribunal do Júri da Capital, às 00:20 horas, do dia 27 de março de
333 2.010.
334 Registre-se e cumpra-se.
335 MAURÍCIO FOSSEN
336 Juiz de Direito

ANEXO III

Sentença Condenatória

Réus: Daniel Cravinhos de Paula e Silva, Cristian Cravinhos de Paula e Silva e Suzane Louise Von Richthofen

1 VISTOS.

2 Submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, o Conselho de

3 Sentença houve por bem:

4 Réu: DANIEL CRAVINHOS DE PAULA E SILVA:

5 1. No tocante à vítima Manfred Alberto Von Richthofen: por maioria de

6 votos reconheceram a autoria e por unanimidade a materialidade do

7 crime de homicídio;

8 Por unanimidade reconheceram que o crime foi praticado por motivo

9 torpe, mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima e

10 mediante meio cruel.

11 Por maioria, reconheceram em favor do réu a existência de

12 circunstância atenuante.

13 2. Com relação à vítima Marísia Von Richthofen: por maioria de votos

14 reconheceram a autoria, a materialidade do crime de homicídio e,

15 ainda, as qualificadoras e a existência de circunstância atenuante.

16 3. Por unanimidade reconheceram a existência do crime de fraude

17 processual e, por maioria a existência de circunstância atenuante em

18 favor do réu.

19 Réu: CRISTIAN CRAVINHOS DE PAULA E SILVA.

20 1. No tocante à vítima Manfred Albert Von Richthofen: por maioria

21 reconheceram a autoria e materialidade do delito de homicídio.

22 Por maioria reconheceram que o crime foi praticado por motivo torpe,

23 mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima e mediante

24 meio cruel.

25 Por maioria, reconheceram em favor do réu a existência de

26 circunstância atenuante.

27 2. Relativamente à vítima Marísia Von Richthofen: por unanimidade

28 reconheceram a autoria e materialidade do delito de homicídio e,

29 ainda, também por unanimidade todas as qualificadoras.

30 Por maioria, reconheceram em favor do réu a existência de

31 circunstância atenuante.

32 3. Por unanimidade reconheceram a existência do crime de fraude

33 processual e, por maioria a existência de circunstância atenuante em

34 favor do réu.

35 4. Pelos senhores Jurados, foi ainda por maioria, reconhecida a

36 existência do crime de furto e também a existência de circunstância

37 atenuante em favor do acusado.
38

39 Ré: SUZANE LOUISE VON RICHTHOFEN

1. Em relação à vítima Manfred Albert Von Richthofen, por unanimidade foi reconhecida a materialidade do delito e, por maioria a co-autoria do homicídio. Por maioria de votos, negaram que a ré tivesse agido em inexigibilidade de conduta diversa, bem como, também por maioria, negaram tivesse agido sob coação moral e irresistível. Por maioria de votos, reconheceram a qualificadora relativa ao motivo torpe e, por unanimidade reconheceram as qualificadoras do recurso que impossibilitou a defesa da vítima e do meio cruel e, ainda, por maioria, as atenuantes existentes em favor da acusada.

2. Vítima Marísia Von Richthofen: por maioria foi reconhecido a materialidade do delito de homicídio e, também por maioria reconheceram a co-autoria, sendo negada a tese da inexigibilidade de conduta diversa, por maioria de votos, assim como, a tese relativa a coação moral e irresistível.

55 Por maioria de votos, reconheceram a qualificadora relativa ao motivo
56 torpe e, por unanimidade reconheceram as qualificadoras do recurso
57 que impossibilitou a defesa da vítima e do meio cruel e, ainda, por
58 maioria, as atenuantes existentes em favor da acusada.
59 3. Por maioria de votos foi reconhecida a co-autoria do crime de
60 fraude processual e também as circunstâncias atenuantes existentes
61 em favor da acusada.

62 Atendendo a soberana decisão dos Senhores Jurados, passo à dosagem
63 das penas:
64 Réu DANIEL CRAVINHOS DE PAULA E SILVA:

Pelo homicídio praticado contra Manfred Albert Von Richthofen, atento aos elementos norteadores do artigo 59 do Código Penal, considerando a culpabilidade, intensidade do dolo, clamor público e conseqüências do crime, incidindo três qualificadoras, uma funcionará para fixação da pena base, enquanto as outras duas servirão como agravantes para o cálculo da pena definitiva (RT — Revista dos Tribunais volume 624/ página 290). Assim, fixo a pena base em dezesseis (16) anos de reclusão, a qual aumento de quatro (04) anos, totalizando vinte (20) anos de reclusão. Reconhecida a presença de circunstâncias atenuantes, que no caso deve ser considerada a confissão judicial, reduzo a pena de seis (06) meses, resultando em dezenove (19) anos e seis (06) meses de reclusão.

Pelo crime no tocante à vítima Marísia Von Richthofen, atento aos elementos norteadores do artigo 59 do Código Penal, considerando a culpabilidade, intensidade do dolo, clamor público e conseqüências do crime, incidindo três qualificadoras, uma funcionará para fixação da pena base, enquanto as outras duas servirão como agravantes para o cálculo da pena definitiva (RT 624/290). Assim, fixo a pena base em dezesseis (16) anos de reclusão, a qual aumento de quatro (04) anos,

84 totalizando vinte (20) anos de reclusão. Reconhecida a presença de
 85 circunstâncias atenuantes, que no caso deve ser considerada a
 86 confissão judicial, reduzo a pena de seis (06) meses, resultando em
 87 dezenove (19) anos e seis (06) meses de reclusão.

88 Pelo crime de fraude processual, artigo 347, parágrafo único do Código
 89 Penal, fixo a pena em seis (06) meses de detenção e dez dias multa,
 90 fixados estes no valor mínimo legal de 1/30 do salário mínimo vigente
 91 no país à época dos fatos, devidamente corrigido até o efetivo
 92 pagamento.

93 No caso há evidente concurso material, nos termos do artigo 69 do
 94 Código Penal.
 95 Com efeito, o réu praticou dois crimes de homicídio, mediante ações
 96 dirigidas contra vítimas diferentes em circunstâncias diversas, uma vez
 97 que é o autor direto do homicídio em que é vítima Manfred Albert Von
 98 Richthofen e, co-autor do homicídio em que é vítima Marísia Von
 99 Richthofen. Além desses, também, praticou o crime de fraude
 100 processual.

101 Assim, as penas somam-se, ficando o réu DANIEL CRAVINHOS DE
 102 PAULA E SILVA, condenado à pena de trinta e nove (39) anos de
 103 reclusão e seis (06) meses de detenção, bem como, ao pagamento de
 104 dez dias-multa no valor já estabelecido, por infração ao artigo 121, §2º,
 105 inciso I, III e IV (por duas vezes) e, artigo 347, parágrafo único, c.c.
 106 artigo 69, todos do Código Penal.

107 Torno as penas definitivas à míngua de outras circunstâncias.

108 Por serem crimes hediondos os homicídios qualificados, o réu cumprirá
 109 a pena de reclusão, em regime integralmente fechado e, a de detenção
 110 em regime semi-aberto, primeiro a de reclusão e finalmente a de
 111 detenção.

112 Estando preso preventivamente e, considerando a evidente
 113 periculosidade do réu, não poderá recorrer da presente sentença em
 114 liberdade, devendo ser expedido mandado de prisão contra o réu
 115 DANIEL CRAVINHOS DE PAULA E SILVA.

116 Réu CRISTIAN CRAVINHOS DE PAULA E SILVA:

117 Pelo homicídio praticado contra Marísia Von Richthofen, atento aos
 118 elementos norteadores do artigo 59 do Código Penal, considerando a
 119 culpabilidade, intensidade do dolo, clamor público e consequências do
 120 crime, incidindo três qualificadoras, uma funcionará para fixação da
 121 pena base, enquanto as outras duas servirão como agravantes para o
 122 cálculo da pena definitiva (RT 624/290). Assim, fixo a pena base em
 123 quinze (15) anos de reclusão, a qual aumento de quatro (04) anos,
 124 totalizando dezenove (19) anos de reclusão. Reconhecida a presença
 125 de circunstâncias atenuantes, que no caso deve ser considerada a
 126 confissão judicial, reduzo a pena de seis (06) meses, resultando em
 127 dezoito (18) anos e seis (06) meses de reclusão.
 128 Pelo crime no tocante à vítima Manfred Albert Von Richthofen, atento
 129 aos elementos norteadores do artigo 59 do Código Penal,

130 considerando a culpabilidade, intensidade do dolo, clamor público e
131 conseqüências do crime, incidindo três qualificadoras, uma funcionará
132 para fixação da pena base, enquanto as outras duas servirão como
133 agravantes para o cálculo da pena definitiva (RT 624/290). Assim, fixo a
134 pena base em quinze (15) anos de reclusão, a qual aumento de quatro
135 (04) anos, totalizando dezenove (19) anos de reclusão. Reconhecida a
136 presença de circunstâncias atenuantes, que no caso deve ser
137 considerada a confissão judicial, reduzo a pena de seis (06) meses,
138 resultando em dezoito (18) anos e seis (06) meses de reclusão.
139 Pelo crime de fraude processual, artigo 347, parágrafo único do Código
140 Penal, fixo a pena em seis (06) meses de detenção e dez dias multa,
141 fixados estes no valor mínimo legal de 1/30 do salário mínimo vigente
142 no país à época dos fatos, devidamente corrigido até o efetivo
143 pagamento.

144 Pelo delito de furto, artigo 155, caput do Código Penal, considerando a
145 circunstância em que foi praticado o crime, fixo a pena em um (01) ano
146 de reclusão e dez dias multa, fixados estes no valor mínimo legal de
147 1/30 do salário mínimo vigente no país à época dos fatos, devidamente
148 corrigido até o efetivo pagamento.

149 No caso há evidente concurso material, nos termos do artigo 69 do
150 Código Penal.
151 Com efeito, o réu praticou dois crimes de homicídio, mediante ações
152 dirigidas contra vítimas diferentes em circunstâncias diversas, uma vez
153 que é o autor direto do homicídio em que é vítima Marísia Von
154 Richthofen e, co-autor do homicídio em que é vítima Manfred Albert
155 Von Richthofen. Além desses, também, praticou os crimes de fraude
156 processual e furto simples.

157 Assim, as penas somam-se, ficando o réu CRISTIAN CRAVINHOS DE
158 PAULA E SILVA, condenado à pena de trinta e oito (38) anos de
159 reclusão e seis (06) meses de detenção, bem como, ao pagamento de
160 vinte dias-multa no valor já estabelecido, por infração ao artigo 121,
161 §2º, inciso I, III e IV (por duas vezes), artigo 347, parágrafo único e,
162 artigo 155, caput, c.c. artigo 69, todos do Código Penal.

163 Torno as penas definitivas à míngua de outras circunstâncias.

164 Por serem crimes hediondos os homicídios qualificados, o réu cumprirá
165 a pena de reclusão, em regime integralmente fechado e, a de detenção
166 em regime semi-aberto, primeiro a de reclusão e finalmente a de
167 detenção.

168 Estando preso preventivamente e, considerando a evidente
169 periculosidade do réu, não poderá recorrer da presente sentença em
170 liberdade, devendo ser expedido mandado de prisão contra o réu
171 CRISTIAN CRAVINHOS DE PAULA E SILVA.

172 Ré SUZANE LOUISE VON RICHTHOFEN:

173 Pelo homicídio praticado contra Manfred Albert Von Richthofen,
174 atento aos elementos norteadores do artigo 59 do Código Penal,
175 considerando a culpabilidade, intensidade do dolo, clamor público e

176 conseqüências do crime, incidindo três qualificadoras, uma funcionará
 177 para fixação da pena base, enquanto as outras duas servirão como
 178 agravantes para o cálculo da pena definitiva (RT 624/290). Assim, fixo a
 179 pena base em dezesseis (16) anos de reclusão, a qual aumento de
 180 quatro (04) anos, totalizando vinte (20) anos de reclusão. Reconhecida
 181 a presença de circunstâncias atenuantes, que no caso deve ser
 182 considerada a menoridade à época dos fatos, reduzo a pena de seis
 183 (06) meses, resultando em dezenove (19) anos e seis (06) meses de
 184 reclusão.

185 Pelo crime no tocante à vítima Marísia Von Richthofen, atento aos
 186 elementos norteadores do artigo 59 do Código Penal, considerando a
 187 culpabilidade, intensidade do dolo, clamor público e conseqüências do
 188 crime, incidindo três qualificadoras, uma funcionará para fixação da
 189 pena base, enquanto as outras duas servirão como agravantes para o
 190 cálculo da pena definitiva (RT 624/290). Assim, fixo a pena base em
 191 dezesseis (16) anos de reclusão, a qual aumento de quatro (04) anos,
 192 totalizando vinte (20) anos de reclusão. Reconhecida a presença de
 193 circunstâncias atenuantes, que no caso deve ser considerada a
 194 menoridade à época dos fatos, reduzo a pena de seis (06) meses,
 195 resultando em dezenove (19) anos e seis (06) meses de reclusão.
 196 Pelo crime de fraude processual, artigo 347, parágrafo único do Código
 197 Penal, fixo a pena em seis (06) meses de detenção e dez dias multa,
 198 fixados estes no valor mínimo legal de 1/30 do salário mínimo vigente
 199 no país à época dos fatos, devidamente corrigido até o efetivo
 200 pagamento.

201 No caso há evidente concurso material, nos termos do artigo 69 do
 202 Código Penal.
 203 Com efeito, a ré participou de dois crimes de homicídio, mediante
 204 ações dirigidas contra vítimas diferentes, no caso seus próprios pais.
 205 Além desses, também, praticou o crime de fraude processual.

206 Assim, as penas somam-se, ficando a ré SUZANE LOUISE VON
 207 RICHTHOFEN, condenada à pena de trinta e nove (39) anos de reclusão
 208 e seis (06) meses de detenção, bem como, ao pagamento de dez dias-
 209 multa no valor já estabelecido, por infração ao artigo 121, §2º, inciso I,
 210 III e IV (por duas vezes) e, artigo 347, parágrafo único, c.c. artigo 69,
 211 todos do Código Penal.

212 Torno as penas definitivas à míngua de outras circunstâncias.

213 Por serem crimes hediondos os homicídios qualificados, a ré cumprirá a
 214 pena de reclusão, em regime integralmente fechado e, a de detenção
 215 em regime semi-aberto, primeiro a de reclusão e finalmente a de
 216 detenção.

217 Estando presa preventivamente e, considerando a evidente
 218 periculosidade da ré, não poderá recorrer da presente sentença em
 219 liberdade, devendo ser expedido mandado de prisão contra a ré
 220 SUZANE LOUISE VON RICHTHOFEN.

221 Após o trânsito em julgado, lancem-se os nomes dos réus no rol dos
222 culpados.

223 Sentença publicada em plenário, dou as partes por intimadas. Registre-
224 se e comunique-se.
225 Sala das deliberações do Primeiro Tribunal do Júri, plenário 8, às 02:00
226 horas, do dia 22 de julho de 2006.
227 ALBERTO ANDERSON FILHO

228 Juiz Presidente

Anexo IV

Sentença Condentória

Réu: Lindemberg Alves Fernandes

1 Vistos.
2 Dispensado o relatório, nos termos do artigo 492, do Código de
3 Processo Penal.
4 Submetido a julgamento nesta data, o Colendo Conselho de Sentença
5 reconheceu que o réu LINDEMBERG ALVES FERNANDES praticou o
6 crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe e recurso que
7 dificultou a defesa da vítima (vítima Eloá Cristina Pimentel da Silva), o
8 crime de homicídio tentado qualificado pelo motivo torpe e recurso
9 que dificultou a defesa da vítima (vítima Nayara Rodrigues da Silva), o
10 crime de homicídio qualificado tentado (vítima Atos Antonio
11 Valeriano), cinco crimes de cárcere privado e quatro crimes de disparo
12 de arma de fogo.
13 Passo a dosar a pena:
14 O julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade
15 todos os elementos que dizem respeito ao fato e ao criminoso,
16 obedecidos e sopesados todos os critérios estabelecidos no artigo 59
17 do Código Penal, para aplicar, de forma justa e equilibrada, a
18 reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para
19 a reprovação do crime.
20 Deve o Magistrado, atrelado a regras de majoração da pena, aumentá-
21 la até o montante que considerar correto, tendo em vista as
22 circunstâncias peculiares de cada caso, desde que o faça
23 fundamentadamente e dentro dos parâmetros legais.
24 A sociedade, atualmente, espera que o juiz se liberte do fetichismo da
25 pena mínima, de modo a ajustar o quantum da sanção e a sua
26 modalidade de acordo com a culpabilidade, os antecedentes, a
27 conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as
28 circunstâncias do crime, bem como o comportamento da vítima.
29 Pois bem.
30 Todas as condutas incriminadas, atribuídas ao réu e reconhecidas pelo
31 Egrégio Conselho de Sentença incidem no mesmo juízo de
32 reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as
33 circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal,
34 evitando-se assim, repetições desnecessárias.
35 As circunstâncias judiciais do artigo 59, do Código Penal, não são
36 totalmente favoráveis ao acusado, razão pela qual a pena base de cada
37 crime será fixada acima do mínimo legal.
38 Com efeito, a personalidade e conduta social apresentadas pelo
39 acusado, bem como as circunstâncias e consequências dos crimes
40 demonstram conduta que extrapola o dolo normal previsto nos tipos
41 penais, diferenciando-se dos demais casos similares, o que reclama
42 reação severa, proporcional e seguramente eficaz. (STF - RT 741/534).

43 Esta aferição encontra guarida no princípio da individualização da pena
44 e deve ser realizada em cada caso concreto (CF/ 88, art.5º XLVI).
45 Os crimes praticados atingiram o grau máximo de censurabilidade que
46 a violação da lei penal pode atingir.
47 Na hipótese vertente, as circunstâncias delineadas nos autos
48 demonstram que o réu agiu com frieza, premeditadamente, em razão
49 de orgulho e egoísmo, sob a premissa de que Eloá não poderia, por
50 vontade própria, terminar o relacionamento amoroso. Tal estado de
51 espírito do agente constituiu a força que determinou a sua ação.
52 E, nesse contexto, envolveu não apenas tal vítima, mas também
53 Nayara, Iago e Vitor, amigos que a acompanhavam na data em que o
54 acusado invadiu o apartamento. Durante o cárcere privado, as vítimas,
55 desarmadas e indefesas, permaneceram subjugadas pelo agente, sob
56 intensa pressão psicológica, a par de agressões físicas contra todos
57 perpetradas.
58 Durante a barbárie, o réu deu-se ao trabalho de, por telefone, dar
59 entrevistas a apresentadores de televisão, reforçando, assim, seu
60 comportamento audacioso e frieza assustadores. Lindenberg Alves
61 Fernandes chegou a pendurar uma camiseta de time de futebol na
62 janela da residência invadida.
63 Não posso olvidar, nesse contexto, as consequências no tocante aos
64 familiares das vítimas.
65 Durante o cárcere privado, a angústia dos familiares, mormente de
66 Eloá e Nayara, que por mais tempo permaneceram subjugadas pelo
67 réu, que demonstrava constante oscilação emocional, agressividade,
68 atingiu patamar insuportável diante da iminência de morte, tendo por
69 ápice os disparos que foram a causa da morte de Eloá e das lesões
70 sofridas por Nayara.
71 E depois dos fatos, as vítimas Nayara, Victor e Yago sofreram
72 alterações nas atividades rotineiras, além de terem de se submeter a
73 tratamentos psicológicos e psiquiátricos.
74 Ainda, além de eliminar a vida de uma jovem de 15 anos de idade e de
75 quase matar Nayara e o bravo policial militar Atos Antonio Valeriano, o
76 réu causou enorme transtorno para a comunidade e para o próprio
77 Estado, que mobilizou grande aparato policial para tentar demovê-lo
78 de sua bárbara e cruel intenção criminosa.
79 Os crimes tiveram enorme repercussão social e causaram grande
80 comoção na população, estarecida pelos dias de horror e pânico que o
81 réu propiciou às indefesas vítimas.
82 Em suma, a culpabilidade, a personalidade do réu, seus egoísticos e
83 abjetos motivos, as circunstâncias e nefastas consequências do crime
84 impõem a esta a Julgadora, para a correta reprovação e prevenção de
85 outros crimes, a fixação da pena, na primeira fase de aplicação, em seu
86 patamar máximo cominada para cada delito, ou seja, 30 anos de
87 reclusão para o crime de homicídio qualificado praticado contra Eloá;
88 30 anos para o crime de tentativa de homicídio qualificado praticado
89 contra Nayara; 30 anos para o crime de tentativa de homicídio
90 perpetrado contra a vítima Atos; 05 anos de reclusão para cada crime
91 de cárcere privado (contra Iago, Vitor, Eloá e Nayara, por duas vezes) e
92 de 04 anos de reclusão e pagamento de 360 (trezentos e sessenta dias
93 multa) para cada crime de disparo de arma de fogo (quatro vezes).

94 Na segunda fase, não incidem agravantes. Presente a atenuante da
95 confissão espontânea em relação aos crimes de disparo de arma de
96 fogo descritos nas nona e décima séries e cárcere privado da vítima
97 Eloá, reduzo as reprimendas em 1/6, o que perfaz 04 (quatro) anos e
98 02 (dois) meses para o crime de cárcere privado e 03 anos e 04
99 (quatro) meses de reclusão e 300 dias multa, para cada um dos crimes
100 de disparo de arma de fogo.
101 Não incidem causas de aumento de pena.
102 Reconhecida a tentativa de homicídio contra Nayara, reduzo a pena no
103 patamar mínimo de 1/3, tendo em vista o laudo pericial juntado a fls.
104 678/679 e necessidade de futura intervenção cirúrgica para
105 reconstrução dos ossos da face, concretizando-a em 20 (vinte) anos de
106 reclusão.

107 Em relação à tentativa de homicídio contra o policial militar Atos,
108 aplico a redução máxima de 2/3, uma vez que a vítima não sofreu
109 lesão corporal, o que perfaz 10 (dez) anos de reclusão.
110 Os crimes foram praticados nos moldes do artigo 69, do Código Penal.
111 Constatado que o réu agiu com desígnios autônomos, almejando
112 dolosamente a produção de todos os resultados, voltados individual e
113 autonomamente contra cada vítima, afasta-se qualquer das figuras
114 aglutinadoras das penas (artigos 70 e 71 do Código Penal) e
115 reconhecendo-se o concurso material de crimes, previsto no artigo 69,
116 do Código Penal.

117 Somadas, as penas totalizam 98 anos e 10 meses de reclusão e
118 pagamento de 1320 dias – multa, o unitário no mínimo legal.
119 Para o início de cumprimento da pena privativa de liberdade, fixo o
120 regime inicialmente fechado. Incidem os artigos 33, §2º, “a”, do Código
121 Penal, artigos 1º, inciso I, e 2º, §1º, ambos da Lei nº 8.072/90, em
122 relação aos crimes dolosos contra a vida.

123 É, ademais, o único adequado à consecução das finalidades da sanção
124 penal, consideradas as circunstâncias em que os crimes foram
125 praticados, que bem demonstraram ousadia, periculosidade do agente
126 e personalidade inteiramente avessa aos preceitos que presidem a
127 convivência social, bem como as consequências de suas condutas.

128 As ações, nos moldes em que reconhecidas pelo Conselho de
129 Sentença, denotam personalidade agressiva, menosprezo pela
130 integridade corporal, psicológica e pela própria vida das vítimas, o que
131 exige pronta resposta penal. Como fundamentado na primeira etapa
132 da dosimetria da pena, as circunstâncias judiciais são totalmente
133 desfavoráveis ao réu (§3º do artigo 33, do Código Penal).

134 E por tais razões não é possível a substituição da pena privativa de
135 liberdade por restritiva de direito ou a concessão de sursis, diante do
136 quantum fixado e da ausência dos requisitos subjetivos previstos nos
137 incisos III, do art. 44 e II, do art. 77, ambos do Código Penal.

138 Saliento, ainda, a vedação prevista no artigo 69, parágrafo primeiro, do
139 Código Penal, bem como que as benesses implicariam incentivo à
140 reiteração das condutas e impunidade.

141 Em face da decisão resultante da vontade soberana dos Senhores
142 Jurados, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado, para
143 condenar LINDEMBERG ALVES FERNANDES, qualificado nos autos,
144 como incurso nas sanções do artigo 121, parágrafo 2º, incisos I e IV

145 (vítima Eloá), artigo 121, parágrafo 2º, incisos I e IV, c.c. artigo 14,
146 inciso II (vítima Nayara), artigo 121, parágrafo 2º, inciso V, c.c. artigo
147 14, inciso II, (vítima Atos), artigo 148, parágrafo 1º, inciso IV, por cinco
148 vezes, (vítimas Eloá, Victor, Iago e Nayara, esta por duas vezes), todos
149 do Código Penal, e artigo 15, caput, da Lei nº 10.826/03, por quatro
150 vezes, à pena de 98 (anos) e 10 (meses) de reclusão e pagamento de
151 1320 dias-multa, no valor unitário mínimo legal.
152 O réu foi preso em flagrante encontrando-se detido até então.
153 Nenhum sentido faria, pois, que após a condenação, viesse a ser solto,
154 sobretudo quando os motivos que ensejaram o decreto da custódia
155 cautelar (CPP, art.312), foram ainda mais reforçados pelo Tribunal do
156 Júri, cuja decisão é soberana.
157 Denego a ele, assim, o direito de apelar em liberdade.
158 Recomende-se o réu na prisão em que se encontra recolhido.
159 Após o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol de culpados.
160 No mais, tendo em vista a exibição em sessão plenária de colete à
161 prova de balas, fato consignado em ata, artefato sujeito à
162 regulamentação legal e específica e em não sendo exibida
163 documentação relativa a tal instrumento, remeta-se cópia da ata da
164 sessão plenária ao Ministério Público para ciência quanto ao ocorrido.
165 Ainda, também durante os debates, na presença de todas as partes e
166 do público, a Defensora do réu Dra. Ana Lúcia Assad, de forma jocosa,
167 irônica e desrespeitosa, aconselhou um membro do Poder Judiciário a
168 “ voltar a estudar”, fato exhaustivamente divulgado pelos meios de
169 comunicação.
170 Nestes termos, considerando a prática, em tese, de crime contra a
171 honra e o disposto no parágrafo único do artigo 145, do Código Penal,
172 determino a extração de cópia da presente decisão e remessa ao
173 Ministério Público local, para providências eventualmente cabíveis à
174 espécie.
175 Decisão publicada hoje, neste Plenário do Tribunal do Júri desta
176 cidade, às 19: 52 horas, saindo os presentes intimados.
177 Custas na forma da lei.
178 Registre-se, cumpra-se e comunique-se.
179 Santo André, 16 de fevereiro de 2012.
180 MILENA DIAS
181 Juíza de Direito

